

Março de 2017

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, O PAÍS, Novo Jornal, Expansão, Economia e Finanças, A República, O Crime, Manchete, Liberdade, Continente, Grandes Notícias e Visão
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Lar kuzola está a receber até oito crianças por dia mesmo sem apoio	6
1.2 Angola é um dos países mais infelizes do mundo	6
1.3 Aumenta o número de exército de desempregados	7
2. MICROFINAÇAS	8
2.1 Taxa de bancarização pode chegar aos 60% este ano	8
2.2 Cooperativa de crédito em estudo	8
2.3 Linha de crédito projovem responde inquietações da classe juvenil	9
2.4 Micro, Médias e Pequenas Empresas são as que mais sofrem de 'morte prematura'	10
2.5 Por cada 100 empresas que nascem, 70 'morrem ao fim de um ano de actividade	10
2.6 Huambo financia empreendedores	11
2.7 Xikila money preparada para superar 300 mil contas ano	11
2.8 Banco Postal abre portas de olhos postos nas famílias	12
2.9 Cidade acorda com novos quiosques que integram a rede bancária Xikila Money	12
2.10 Processadoras de pescado recebem crédito	13
2.11 Xikila Money Preparada Para Superar 300 Mil Contas Ano	14
2.12 Crédito Projovem começa já a ser operacionalizado	15
2.13 Faje louva a iniciativa do executivo ao crédito	16
2.14 Jovens empreendedores da Huila aplaudem mecanismo de financiamento	18
2.15 Função económica do crédito	19
2.16 Crédito malparado aumentou 8,8% em 2015	20
3. MERCADO INFORMAL	21
3.1 Vendedoras ambulantes recebem kits	21
3.2 Criatividade garante sobrevivência no negócio de peixe seco em Luanda	21
3.3 Mulheres destemidas representam com orgulho o poder feminino	22
3.4 Paragens superlotadas na periferia	24
3.5 Zungueiras salvas dos bastões dos fiscais	25
3.6 Zungueiras são molestadas constantemente em Malanje, dizem organizações sociais	25
3.7 A vida também se escreve nas traseiras de um candongueiro	26
3.8 Combustível é desviado para o mercado paralelo	27
3.9 Governador do Namibe ausculta os vendedores	28
3.10 Aval aposta em cooperativa agrícola	29
3.11 Associação dos Taxistas é o principal cúmplice do mal-estar entre o MPLA e os associados da ATL	30
3.12 Fiscais do município de Kilamba Kiayi acusados de marginais	30
3.13 Mercado do Catinton abastece Luanda com produtos hortícolas em quantidade	31
3.14 Mercado vai ser regulado com a entrada da nova lei	32
3.15 Preços atractivos no Km 30	35
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	36
4.1 AR aprova projecto-lei para adaptar lei do OGE à nova legislação	36
4.2 Novo portal simplifica arrecadação de Impostos e pagamento de taxas	36
4.3 Sociedade civil instada a participar na elaboração e fiscalização do OGE	37

5.	GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	39
5.1	Novo portal simplifica arrecadação de Impostos e pagamento de taxas	39
5.2	Lei das autarquias da UNTA não reúne consenso	40
5.3	Unita leva ao parlamento leis para institucionalizar poder local em Angola até 2018	40
5.4	Nomeados administradores	41
5.5	País precisa de gestores e administradores eficientes	41
5.6	Justiça	42
5.7	Lei das autarquias da UNTA não reúne consenso	42
6.	URBANISMO E HABITAÇÃO	44
6.1	Município do Cazenga com novo visual por causa da visita de João Lourenço	44
6.2	Baía de Luanda passa à gestão do Estado	44
6.3	Resgate Gestão da Baía nas mãos do Governo de Luanda	45
6.4	Produtos imobiliários adaptam-se a conjuntura macroeconómica	45
6.5	Subprograma 200 fogos por município comercializa cinco mil habitações	46
6.6	Conclusão de infra-estruturas de acesso atrasa venda das casas nas centralidades	47
6.7	O Nosso Zimbo Prevê Construir 3.807 Habitações	48
6.8	Escassez de divisas afecta imobiliárias	49
6.9	Apartamentos da nova centralidade no terceiro semestre	50
6.10	Trocas comerciais entre Angola e China cresceram 50,47% em Janeiro	50
6.11	Centralidades mais caras	51
6.12	Preços das casas nas novas centralidades vão de 5 milhões a 18 milhões de Kz	52
6.13	Venda das Habitações inicia no IIº Trimestre	53
6.14	Reaberto processo de comercialização de moradias	55
6.15	È preciso gerar recursos financeiros para novos projetos	56
6.16	Pagamento do imposto predial termina já na próxima semana	58
6.17	AGT vai cobrar à porta de casa para fiscalizar imposto predial	59
6.18	As novas centralidades	59
6.19	Cobrança de imposto predial em residências	59
6.20	Finanças iniciam fiscalização do IPU de porta à porta	60
7.	TERRA	62
7.1	Sobas denunciam administradora do Cuango de corrupção	62
7.2	Porto do Lobito acusado de expropriar terreno de herdeiros	62
7.3	População em zonas de risco sensibilizada a deixar as casas	63
7.4	Gestão comercial de terrenos urbanos atribuída a uma empresa pública	63
7.5	Preço da concessão de terrenos na Huíla em discussão	64
7.6	'Imobiliária' do Estado quer vender 773 milhões USD em terrenos	65
8.	SERVIÇOS BÁSICOS	66
8.1	Condomínio das acácias da sonangol sem água e luz	66
8.2	China financia sector das águas e minas	66
8.3	Empresas das águas mais controladas	67
8.4	Vandalização trava projecto da EPAL	68
8.5	“Custos avultados” sem retorno no fornecimento de água ao interior de Benguela	69
8.6	Mais de metade da água para o consumo é desperdiçada	71
8.7	Água de qualidade para as populações rurais	73
8.8	São necessários 650 mil milhões USD anuais para garantir água para todos	74
8.9	15 Retratos sobre o reino de Angola	75
8.10	Água potável o pior é (pois claro) Angola	75
8.11	ENDE E EPAL prestam péssimo serviço a população	76

8.12	Uíge carece de um estudo sobre tratamento de água	77
8.13	Sector das águas expande serviços	77
8.4	Cartoon	78
8.15	EPAL assina contratos de empreitada	78
8.16	Afinal quem pode cobrar a taxa de serviços de limpeza	79
8.17	O saneamento do meio é qualidade de vida	80
8.18	Sindicalistas da Elisal acusados de corrupção	81
8.19	Trabalhadores criam tumulto na Elisal	82
8.10	Trabalhadores da Elisal paralisam trabalhos devido a atraso nos salários	82
8.21	A síndrome da greve na Elisal	83

9. GÉNERO E VIOLENCIA 85

9.1	Populares temem pela segurança	85
9.2	Polícia prepara contra-ataque a delinquência nos bairros de Benguela	85

10. AMBIENTE 87

10.1	Casas no Kwenha estão sob ameaça	87
10.2	Chuvas em Ondjiva inundaram mercado	87
10.3	Falta de chuvas está a reocupar os camponeses	87
10.4	Reforçado controlo dos recursos naturais	87
10.5	Recursos Florestais	89
10.6	Chapas de zinco foram entregues a famílias afectadas	90
10.7	População em zonas de risco sensibilizada a deixar as casas	91
10.8	Centenas de famílias são desalojadas	91
10.9	"La Nifia" causa fortes inundações no país	92
10.10	Cunene com cheias depois de cinco anos de seca severa	93
10.11	Milhares de pessoas são desalojadas	93
10.12	Agravadas penas para crimes ambientais	94
10.13	Cidades de Ndalatando e Ondjiva fustigadas pela chuva	95
10.14	Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem materializa política do executivo	96
10.15	Vítimas da seca no Sul do país recebem apoio alimentar	97
10.16	Ainda não é Abril e já há chuvas mil" em Benguela	97
10.17	Chuva em Luanda reinstala pandeD1ónio de sempre	99
10.18	Chuvas fazem estragos em Luanda	100
10.19	Baixo caudal do Kwanza e fraca precipitação podem inviabilizar produção de electricidade	101
10.20	Chuva causa estragos no cazenga	102
10.21	Chuva cria transtornos e sufoca Luanda	102
10.22	Chuva faz 11 mortos e inunda mais de 5000 casas	103
10.23	Chuvas continuam a causar danos irreparáveis em Luanda	103
10.24	Chuva deixa milhares de famílias ao relento	104
10.24	Viana demarca terrenos para famílias desalojadas	104
10.25	Uíge: chuva desaloja dezassete famílias na aldeia do kimalalo	105

11. MIGRAÇÃO 106

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 106

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Lar kuzola está a receber até oito crianças por dia mesmo sem apoio

Jornal O PAÍS
3 De Março de 2017

O lar de infância Lar Kuzola, em Luanda, está a receber diariamente entre duas a oito crianças desprotegidas e abandonadas, e há muito que já esgotou a capacidade, admitiu à Lusa a directora da instituição, assumindo a preocupação.

A situação de sobrelotação na instituição obriga mesmo a uma contagem regular, sempre na esperança de se encontrar espaço para uma criança, num lar cuja capacidade máxima de 250 menores há muito que se esgotou, conforme explicou Engrácia Etelvina do Céu.

"Todos os dias entram e saem crianças, daí que todas as segundas-feiras fazem uma contagem para certificar o número de crianças no espaço. É um número que pode baixar ou reduzir, sendo que em 2016 foi o ano em que tivemos o tecto máximo, de 315 crianças": disse a responsável pelo lar.

O lar acolhe crianças entre os 0 e os 14 anos, em situação de vulnerabilidade, crianças abandonadas pelos familiares, sob medidas de protecção e órfãs, que são distribuídas por quatro áreas distintas.

"Todos os dias, infelizmente, entram crianças e o número diário varia entre duas a oito crianças. A capacidade do lar é para 250, mas nós ultrapassamos esta capacidade devido ao fluxo diário de entrada de crianças, este ano já atingimos as 295 crianças": assumiu Engrácia Etelvina do Céu.

O lar de infância Kuzola é uma instituição pública de carácter social criada em 1976 e reinaugurada em 2014. Desde 2011 que é tutelada pelo Governo Provincial de Luanda, sendo gerido pela Fundação Lwini, presidida pela primeira-dama de Angola, Ana Paula dos Santos, e financiado pela petrolífera francesa Total.

O berçário da instituição recebe bebés até aos três anos, contando ainda com uma área para as crianças até aos seis anos e outra, escolar, para os menores até aos 14. Uma quarta área do lar recebe crianças e

adultos portadores de necessidades educativas especiais.

"Entraram crianças e ainda aqui se encontram, hoje são adultos": observou.

A instituição, vocacionada para o acolhimento, protecção, educação e ensino da criança, conta atualmente com 136 trabalhadores, desde professores, a técnicos e pessoal auxiliar, mas funciona com menos 40 funcionários face à sobrelotação e constante entrada de menores.

"No berçário, por exemplo, temos 36 bebés e às vezes apenas três senhoras a trabalhar, o que é um número insuficiente. Vamo-nos apoiando com as crianças mais crescidas": reconheceu.

Ao fim de mais de dois anos de crise, a situação social reflecte-se igualmente nas crianças.

"Esses abandonos surgem em função da fragilidade das famílias, por falta de condições de sobrevivência. São vários os motivos que poderíamos apontar desde a desestruturação familiar, em que o parceiro deixa a parceira e esta suporta os filhos sem o acompanhamento do pai": contou a directora.

Apesar dos apoios, as dificuldades são várias e o problema está longe de ser minimizado.

"Mas procuramos criar um espaço do qual a criança não se distancie tanto daquilo que é a vida numa família. Para que ao voltar para um lar ou ao ser inserida numa família esteja preparada para aquilo que é a vida quotidiana": assinalou Engrácia Etelvina do Céu.

I.2 Angola é um dos países mais infelizes do mundo

Jornal Manchete
24 De Março de 2017
Texto: Rede Angola

A edição deste ano do estudo Mundial sobre a Felicidade, da ONU, colocou Angola entre os 15 países mais infelizes do mundo. Segundo as Nações Unidas, o país ficou na 140ª posição, entre 155 analisados.

O relatório, que vai na 5ª edição, foi apresentado esta segunda-feira, Dia Internacional da Felicidade, uma data criada em 2012 pelas Nações Unidas.

As classificações foram geradas a partir de um conjunto de seis factores: PIB per capita, expectativa de vida saudável, apoio social (ter alguém em quem

confiar em momentos difíceis), ausência de corrupção no governo e nas empresas, liberdade social e generosidade (medida por doações recentes).

O estudo dedica um capítulo a África, intitulado "esperando pela felicidade", onde conclui que a transição para a democracia e auto-governança em muitos países não trouxe mudanças significativas para a vida das populações.

No continente estão oito dos dez países mais infelizes do mundo: República Centro-Africana (155), Burundi (154), Tanzânia (153), Rwanda (151), Togo (150), Guiné-Conacri (149), Libéria (148) e Sudão do Sul (147). A estes juntam-se Síria (152) e Iémen (146).

No extremo oposto da lista, estão os dez mais felizes do mundo, pela seguinte ordem: Noruega, Dinamarca, Islândia, Suíça, Finlândia, Holanda, Canadá, Nova Zelândia, Austrália e Suécia.

I.3 Aumenta o número de exército de desempregados

Jornal Liberdade

31 De Março de 2017

Texto: Domingos Lenga-Lenga

O presidente da Força Sindical Angolana Central Sindical, Joaquim de Freitas denunciou recentemente em Luanda com a entrada da nova Lei Geral do Trabalho em 2015, tiveram cerca de 58.752 trabalhadores despedidos no ano transacto, e neste ano estão com cerca de treze despedidos por dia

Estes dados foram apresentados durante a visita dos deputados da 8ª comissão da Assembleia Nacional, em que constatarem o estado organizativo, os constrangimentos e a dinâmica de intervenção em conflitos laborais e na concertação social, «neste ano estamos com cerca de treze trabalhadores despedidos por dia,' e as empresas não efectuem o desconto do valor da quota sindical», refere.

Para o sindicalista os assuntos mais candentes nos cadernos reivindicativos e geradores de greves nas empresas, «é o salário baixo, falta' de inscrição e de pagamento no Instituto Nacional de Segurança Social, atrasos no pagamento dos salários, mau relacionamento da direcção com os trabalhadores, não pagamento das horas extraordinárias, excesso de horas de trabalho, falta de condições de trabalho, falta de gozo de férias e tratamento diferenciado entre trabalhadores nacionais e expatriados», revela.

Joaquim de Freitas alerta que a Inspeção - Geral do Trabalho não aplica as multas por contravenções aos empregadores por violações' laborais, «facto que não desencoraja os empregadores das violações contra os trabalhadores. A Lei Geral do Trabalho nas empresas só favorece o empregador para penalizar e despedir os trabalhadores. Apesar da comunicação feita nos termos do artigo 1510 da Lei Geral do Trabalho, os delegados sindicais têm sido marcados, faltas nos dias em que exercem actividade de secretariado nacional nesta organização, criando assim mecanismos para desencorajar os trabalhadores de participarem nas acções sindicais».

Na sua visão os processos judiciais e as queixas que são apresentados a Inspeção - Geral do Trabalho, não aplicam as materiais que velam pelos instrumentos' de fiscalização e administração nos critérios e objectivos de enquadramento profissional nas empresas, sobre o qualificado r profissional, Durante o encontro com os deputados o presidente' do terceiro sindicato em Angola refere que, «tem estado a aumentar o número de empresas que quando recebem a declaração de greve em seguida colocam os agentes da - Polícia Nacional armados nas portas das empresas, para prender e repelir os trabalhadores grevistas, violando assim a Constituição da República. Assiste-se por parte da Inspeção - Geral do Trabalho, a inaplicabilidade de multas por contravenções aos empregadores por práticas coritravencionais laborais, facto que não desencoraja os empregadores das violações contra os trabalhadores», refere.

O presidente da 8ª comissão da Assembleia Nacional Fernando Heitor no final da visita disse a imprensa que, «existe alguma insensibilidade da' entidade patronal em tratar alguns assuntos com os trabalhadores, e também não há suficiente sensibilidade por parte do patronato 'e sem trabalhadores não vão a lado nenhum. As condições de trabalho têm que ser as melhores possíveis, e tem que haver motivação para que ele possa aumentar a produção e melhorar a produtividade. Há algum tratamento menos adequado, para os trabalhadores sindicalistas», disse.

De recordar que desde a sua fundação em 2004, a organização já teve mais de quarto milhões e seiscentos e vinte filiados a nível nacional, situação que devido, a entrada em vigor da nova Lei Geral do trabalho e a crise económica ficaram reduzidos em 59.260 associados.

2. MICROFINAÇAS

2.1 Taxa de bancarização pode chegar aos 60% este ano

Jornal O PAÍS

02 De Março de 2017

Texto: Hélder Caculo

A té finais de 2016, os números do Banco Nacional de Angola acusavam uma taxa de bancarização da população à volta dos 52%, correspondente a 7,8 milhões de contas bancárias abertas. A cifra representa um universo de 14,8 milhões de pessoas adultas acima dos 15 anos. Para o presente ano económico, a meta do Banco Central é chegar aos 60% de taxa de bancarização.

Sobre o assunto, o economista Mário Nelson, que falava à imprensa, nesta Quarta-feira, 1, disse que o sistema de pagamento em Angola evoluiu nos últimos quinze anos. Entretanto, aponta a baixa taxa de bancarização e os altos níveis de informalidade da economia nacional como alguns dos obstáculos que poderão condicionar a evolução do sistema financeiro angolano.

Um sistema de pagamento deve permitir a circulação do dinheiro de forma fácil. Muitas pessoas ainda não têm contas nos bancos e não podem fazer uso da moeda de forma virtual, a moeda bancária. A baixa taxa de bancarização e os altos níveis de informalidade da economia dificultam a evolução e expansão do sistema financeiro angolano", deduziu.

Em seu entender, as famílias, os bancos comerciais, as empresas e o Estado, através do Banco Nacional, devem contribuir para o aumento da taxa de bancarização e na redução da informalização da economia.

Por sua vez, o economista João Zumba entende que enquanto os bancos cobrarem taxas de juros reais, na tentativa de corrigirem os efeitos da inflação, os clientes serão remunerados com uma taxa de juro nominal baixa, que não considera os efeitos da inflação. Daí que em termos de análise ao custo-benefício, João Zumba refere que o custo de oportunidade em manter o dinheiro no banco é muito baixo.

Por isso, o público tem preferência à liquidez por não bancarização da sua moeda devido a custos de corretagem, isto é, devido ao excesso de burocracia e custos adicionais como as filas,

Por exemplo, no-acto do levantamento da moeda", declarou.

Para que a taxa de bancarização aumente será necessário que se supere estes estrangulamentos habituais no nosso sistema bancário. Para tal, devem se reduzir os custos de corretagem, para maior acesso ao crédito bancário e optar por taxas de juros reais", encorajou o economista.

O processo de bancarização teve início há seis anos e pretende atingir, até 2017, 60% da população adulta. Há no país cerca de 51 terminais de pagamento automáticos (TPA) por Cada 1000 km quadrados, duas caixas de pagamentos automáticos (ATM, na sigla em inglês), por cada 1000 km quadrados, e igualmente uma agência bancária por cada mil quilómetros quadrados.

Em termos de utilização, por número de pessoas, estão registados 817 TPA, por cada 100 mil pessoas, 37% de ATM por cada 100 mil pessoas e apenas 19 agências bancárias, por cada 100 mil pessoas.

2.2 Cooperativa de crédito em estudo

Jornal de Angola

04 De Março de 2017

Texto: Fula Martins

A Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola (UNACA) pretende criar uma Cooperativa de Crédito Agropecuária para melhorar as condições de trabalho e de vida das famílias no meio rural, disse o coordenador da comissão instaladora da cooperativa.

José Luís disse que a concessão de crédito às cooperativas e associações de camponeses tem sido uma tarefa exclusiva do Executivo através de programas específicos.

Para complementar essa tarefa, sublinhou, decidiu-se criar uma Cooperativa de Crédito Agropecuária. Para o efeito, realizou-se um seminário para informar os camponeses dos passos que devem dar para serem membros da Cooperativa de Crédito Agropecuária.

José Luís disse que para a criação de uma cooperativa de crédito o B A exige como valor mínimo cinco milhões de kwanzas. O presidente da UNACA, Albano da Silva Lussati, disse acreditar que a cooperativa de crédito vai minimizar as dificuldades que os camponeses filiados em cooperativas agrícolas e associações enfrentam. "As cooperativas agrícolas e associações de camponesas que ainda não estão

legalizadas não fazem parte da cooperativa de crédito", disse Albano da Silva Lussati, que esclareceu: "As cooperativas de crédito são instituições financeiras não-bancárias que recolhem depósitos dos seus associados e realizam operações de empréstimos, para a obtenção de produtos a preços bonificados e financiamento."

A UNACA integra atualmente duas mil cooperativas e oito mil associações de camponeses.

2.3 Linha de crédito Projovem responde inquietações da classe juvenil

Jornal Manchete

17 De Março de 2017

Texto: Mário Cassanda

Alinha de crédito Projovem, destinada a financiar projectos empreendedores dos jovens angolanos, constitui uma resposta do Governo angolano às inquietações levantadas no Fórum de Auscultação Juvenil em 2014. Uma das queixas mais levantadas pelos jovens angolanos na altura, foi a oportunidade de crédito para financiar iniciativas empreendedores.

Somente em Janeiro do corrente ano, o Executivo angolano apresentou uma linha de crédito no valor de 4 biliões de kwanzas, destinada a financiar projectos para jovens empreendedores que passou a designar-se "Projovem 2017 No entanto, o CNJ, é uma das instituições que vai operacionalizar o referido crédito, numa iniciativa que está inserida no Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude 2012-2017.

O Projovem tem um financiamento que vai dos 100 mil a 4 milhões de kwanzas para vários projectos em áreas como agricultura, hotelaria, turismo, instalação de serviços, prestação de serviços na área de consultoria de informática, consultoria ambiental, construção civil, entre outros.

Porém, se trata de uma gama e projectos que os jovens podem submeter e candidatar-se para receber o financiamento, dentro do programa de empreendedorismo juvenil.

Esta semana, o CNJ chamou as organizações filiadas e jovens interessados em ter mais informação sobre o Projovem. Os esclarecimentos foram feitos, mas ainda assim, no final, os participantes ficaram com algumas dúvidas se o crédito Projovem deverá abranger também pessoas singulares ou apenas colectivas?

Os mais privilegiados a este crédito devem ter uma formação sobre empreendedorismo Dirigida pelo

Instituto Nacional das Pequenas e Médias Empresas (INAPEM)?

Respondendo as dúvidas dos participantes ao encontro, o presidente do conselho de administração do INAPEM, António Assis, recomendou os jovens que devem compreender mais o projecto para melhor citarem as suas inquietações. António Assis compreende que os jovens estão a tomar conhecimento sobre os pressupostos do programa apenas agora, justificando que a sua instituição está aberta para apresentar melhores esclarecimentos.

Será fundamental os jovens que concorrerem ao financiamento poderem certificar as suas empresas junto do INAPEM", disse o responsável quando prestava declarações aos jornalistas no final do encontro.

CRÉDITOS SOB COMPETÊNCIA DO BCI

De acordo com as explicações do responsável da área de créditos do Banco Comércio e Indústria (BCI), Luís de Almeida, depois da certificação por parte do INAPEM, próximo passo a seguir é BCI, instituição financeira que vai dar o aval final para o credenciamento ou dotação financeira dos vários projectos.

Luís de Almeida disse que o banco está pronto para receber as propostas dos candidatos. Aliás, afirmou que o banco recebeu as primeiras propostas aquando do acto de lançamento do Projovem, no dia 6 de Março, na cidade do Uíge, onde terão recebido já cinco candidaturas.

O responsável adiantou ainda outros detalhes que os jovens devem seguir para apresentar a sua candidatura e a forma como ela será tratada a nível do banco. "O banco vai receber e operar as propostas depois de confirmar se os jovens estão aptos ou não para receber o financiamento".

"Para aquelas propostas que podem chegar até aos 4 milhões de kwanzas, equivalente a USD 200 mil ou pelo menos a partir de USD 50 mil, o comité de avaliação do banco vai reunir uma vez por semana para avaliar as propostas", revelou o responsável da área de créditos do BCI. O CRÉDITO VAI ABRANGER A TODOS

E a vice-presidente do Conselho Nacional da Juventude, Yolanda Miguel, admitiu que os jovens ainda precisam de mais esclarecimentos sobre o Projovem, e que estes serão dados pelo CNJ que é a plataforma juvenil do Estado e a nível do país.

As dúvidas ainda pairam no seio da juventude relativamente a questões de hipoteca, garantias do

crédito. Hoje eles ouviram quais são as garantias mas ainda não estão satisfeitos, e precisam de mais esclarecimentos", afirmou a vice-presidente do CNJ, tendo tranquilizados aqueles que não estão filiados nas organizações que o crédito vai abranger os empreendedores em todas as províncias.

2.4 Micro, Médias e Pequenas Empresas são as que mais sofrem de 'morte prematura'

Jornal Expansão

17 De Março de 2017

Texto: Martins Chambussoco

O coordenador do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola, Alves da Rocha, diz que, entre 2015 e 2016, a taxa de falência das empresas aumentou consideravelmente, e aponta o sistema financeiro e a burocracia como principais motivos da 'morte prematura' das iniciativas empresariais.

Segundo o economista, as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) são as que mais têm sofrido com a conjuntura económica e financeira que o País atravessa.

A escassez de recursos financeiros no sector bancário, prejudicando o acesso ao crédito, tem prejudicado as empresas. Para Alves da Rocha, é fundamental criar um sistema financeiro credível e transparente, de forma a atrair mais investimento, quer nacional, quer estrangeiro.

O economista defende, por isso, a criação de um ambiente de negócios favorável que permita aos empresários desenvolverem a sua actividade, referindo que o apoio público às iniciativas privadas, num ambiente de crise, pode melhorar a saúde das empresas.

O acesso ao crédito e as taxas de juros elevadas são outros constrangimentos que Alves da Rocha reconhece como estando na base da falência das empresas, por isso, reconhece ser preocupante a situação actual.

"Enquanto Angola não tiver um sistema financeiro credível, não teremos um tecido empresarial sólido. É imperioso que as autoridades criem condições para dinamizar a economia. É necessário evitar os compadrios para o desenvolvimento de projectos empresariais", referiu o economista.

O também coordenador do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade

Católica de Angola reconhece que a conjuntura económica ainda é desfavorável, mas avança que o desempenho empresarial deve estar associado às políticas do Governo para estabilizar o mercado e tornar os negócios mais robustos para resistirem aos choques externos.

O administrador do INAPEM, Samora Kitumba, afirma que as perspectivas de sobrevivência das empresas depender da retoma da economia.

"O processo vai acontecer naturalmente com o aumento dos fluxos financeiros. O financiamento às iniciativas empresariais é um mecanismo que pode reduzir taxas de mortalidade das empresas", notou.

Do lado das empresas, as preocupações passam pela necessidade de capacitação e apoio financeiro.

2.5 Por cada 100 empresas que nascem, 70 'morrem ao fim de um ano de actividade'

Jornal Expansão

Data: 17 De Março de 2017

Texto: Martins Chambassuco

A taxa de mortalidade anual das empresas em Angola ronda os 70%, ou seja, por cada 100 empresas criadas, no prazo de um ano, apenas 30 sobrevivem, revelou fonte do Ministério da Economia ao Expansão.

"O contexto económico faz-nos crer que cerca de 70% das empresas que entram no mercado morrem ao fim de um ano de actividade", revelou a fonte.

Segundo as estatísticas do Guiché Único de Empresa (GUE), divulgadas em Janeiro último, desde 2004 foram criadas 62.584 empresas dos diferentes sectores de actividade.

Quanto à origem dos investidores, as estatísticas dizem que 70% foram iniciativas de empresários angolanos e os restantes 30% foram de titulares estrangeiros.

Os dados ora divulgados, segundo as previsões dos especialistas consultados pelo Expansão, revelam que apesar da crise económica que o País enfrenta há dois anos, os angolanos têm investido na criação de empresas. No entanto, a falta de apoio do Estado, os constrangimentos no acesso ao crédito e as taxas de juros elevadas, ainda são apontadas como os principais obstáculos e motivos da inviabilidade de muitos dos projectos.

Número de empresas aumentou, apesar da crise Nos 13 anos de existência do GUE, 2015 foi o ano com o maior número de criação de empresas, com 12.117, contra as 8.564 de 2014.

Apesar da crise, a tendência crescente do nascimento de empresas é justificada com a entrada em vigor da actual lei sobre o investimento privado em Angola. O administrador do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INA- PEM), Samora Kitumba, explica que, nos últimos três anos, as taxas de falência aumentaram, e o ano passado foi "um pesadelo" para estas empresas.

"A contracção da economia contribuiu para o agravamento da situação das empresas em Angola. São vários os relatos que nos chegam de falências. Para inverter este quadro, teremos que aguardar pela retoma do crescimento", disse.

Quanto às dificuldades para apurar o número preciso de empresas que têm encerrado nos últimos anos, Kitumba garante que a falta de consultoria credível para medir a actividade das empresas tem sido um dos entraves.

"Os dados que existem são baseados nos pagamentos de impostos. Ora, sabemos que nem todas as empresas em actividade em Angola os pagam, ficando assim complicado avançar um valor exacto sobre as falências em Angola", explicou.

As dificuldades de acesso ao crédito, falta de capital humano qualificado, excesso de burocracia no licenciamento, infraestruturas deficientes, falta de energia eléctrica, estradas e telecomunicações, e o fraco apoio do Estado são os maiores handicaps ao desenvolvimento empresarial de forma estável e segura.

A presidente do conselho de administração do Instituto de Fomento Empresarial (IFE), Dalva Ringote Allen, sem avançar números, diz que é notória a queda dos indicadores sobre o mercado empresarial em Angola, apontando o contexto actual económico como o maior constrangimento, tendo como consequência o encerramento de empresas. Por outro lado, Allen refere que IFE, no âmbito das suas acções, tem articulado com as instituições nacionais e internacionais, para o apoio, de forma objectiva, à implementação das políticas para a capacitação de empresas.

2.6 Huambo financia empreendedores

Jornal de Angola

21 De Março de 2017

Texto: Mário Clemente

A linha de crédito de apoio ao empreendedor jovem, denominado "Projovem", vai financiar os empreendedores do Huambo, que pretendam entrar para o mundo dos negócios, disse ontem o director provincial do Instituto de Apoio as Pequenas Empresas (INAPEM).

Domingos Lopes disse que o "Projovem" é uma iniciativa do Executivo que começou localmente este mês, e visa financiar os empreendedores jovens que queiram abrir negócios. O programa abrange todos jovens angolanos dos 18 aos 40 anos, com experiência ou com formação profissional no domínio do negócio, que pretendam empreender, ter conhecimentos de gestão sobre micro, pequena ou média empresa, constituída e certificada pelo INAPEM, com os impostos em dia e com documentos em ordem. O aderente ao programa também não pode ter um crédito malparado no sistema bancário.

Além de financiar projectos, o "Projovem" cria mecanismos para que os beneficiários possam dedicar-se ao empreendedorismo. O responsável apelou aos empreendedores da província, a frequentarem os cursos ' propostos, para melhor dominarem a gestão de empreendimentos. Domingos Lopes disse que o valor da linha de financiamento "Projovem" na província vai de 100 mil kwanzas a 40 milhões, essencialmente para as áreas da agricultura, pecuária, pescas, tecnologia da informação, comunicação e inovação, empreendedorismo cultural, indústria, comércio e prestação de serviços.

2.7 Xikila money preparada para superar 300 mil contas ano

Jornal Economia e Finanças

31 De Março de 2017

Uma semana após a sua apresentação pública, a rede bancária Xikila Money do banco Postal prossegue com a atracção de mais clientes, Inovador, por tratar-se de um banco cuja relação com o cliente é efectuada, genericamente, com um telemóvel que o cliente associa à conta, os responsáveis avançam que

têm uma média de mil contas abertas, diariamente. Por esta razão, estimam que mais de 300 mil contas serão captadas no prazo de um ano de banca.

Com presença em Luanda e no Huambo, as agências, quiosques, do Xikila Money nas duas províncias são, de igual modo, razão de curiosidade, não só pela sua estrutura e dimensão, mas também pela forma em como os clientes depositam e levantam somas de dinheiro.

Na conversa que manteve com este jornal, um dos responsáveis do Banco Postal lembrou que, além de as quiosques estarem a ser montadas junto de pontos estratégicos no que respeita a segurança pública, a estrutura dos balcões do Xikila Money também integra um côfre com sistema anti-roubo bastante eficiente e preparado para a sua auto-destruição em caso deste ser forçado para arrombamento;

Ao todo, serão 200 quiosques, sendo 150 na capital e as restantes 50 no planalto central (Huambo), a primeira escolhida no plano de alargamento do serviços do Xikila Money às demais províncias.

Para todas as operações que o cliente precisar efectuar, o telemóvel que este associa à conta será o meio a utilizar.

Sem recurso a papel, os clientes do Xikila Money efectuam no seu próprio telemóvel todo o tipo de operações a exemplo do que são feitas nas caixas automáticas (ATM), vulgo multicaixas. IL

2.8 Banco Postal abre portas de olhos postos nas famílias

Novo Jornal

24 De Março de 2017

Texto: Faustino Diogo

Banco Postal, urna iniciativa público privada, que tem entre os principais accionistas os Correios de Angola, Grupo Ensa e EGM Capital, começou a funcionar esta semana, passando o sistema bancário nacional a contar agora com 28 bancos comerciais.

O Banco Postal, que se assume como potencializador da inclusão financeira e crescimento económico e sustentável dos angolanos, prevê para o seu primeiro ano de funcionamento a abertura de quatro agências, três em Luanda e uma na província do Huambo, e 200 quiosques, 150 na capital e 50 no Huambo, pontos estratégicos de desenvolvimento da instituição bancária.

Segundo o presidente do conselho de administração da mais recente instituição bancária a funcionar no

país, o Banco Postal vai apostar em três unidades de negócios.

"Temos o Xikila Money para diversas operações via telemóvel, o Corpora te & Personal, vocacionado para as médias, grandes empresas e particulares com rendimentos elevados, e ainda o Comércio & Empresários, dedicado às pequenas empresas e empresários que hoje se encontram na economia formal e informal e têm diversas dificuldades junto da banca", explicou N'gunu Noronha Tiny.

Apostas que caracterizam o Banco Postal como uma instituição de "proximidade que faz a ponte e complementaridade entre uma presença física e a inovação digital".

Inovação digital que ganha dimensão com o serviço Xikila Money, segmento actualmente com maior dimensão no Banco.

"Com o xikila Money pretendemos atribuir personalidade financeira a todos os angolanos. Nesta unidade, todas as pessoas, desde que tenham um telemóvel, vão poder realizar operações como, por exemplo, transferir dinheiro, efectuar pagamentos e outros serviços disponibilizados", avançou.

Apostando nas famílias com poucos rendimentos, o Banco Postal "pretende ser caracterizado pelo seu impacto e pela inovação social", razões que contribuíram para que o Banco Nacional de Angola autorizasse o seu funcionamento, segundo o presidente do conselho de administração do banco central.

"Esta é a razão pela qual o BNA entendeu ser estratégica a existência do Banco Postal em Angola, porque o desafio da nossa instituição, enquanto autoridade bancária, é no sentido de haver uma maior democracia financeira e, desta forma, podemos contribuir para o aumento da qualidade de vida das famílias angolanas", disse Walter Filipe, durante a cerimónia de abertura oficial do Banco Postal.

2.9 Cidade acorda com novos quiosques que integram a rede bancária Xikila Money

Jornal Economia

24 De Março de 2017

Texto: Vânia Inácio

Um novo banco foi lançado ao público, esta semana, em Luanda. Trata-se do Banco Postal, um operador detido por acionistas privados, que concentram 70 por cento, e dois investidores públicos,

designadamente a Ensa Seguros e os Correios de Angola com 10 e 20 por cento, respectivamente.

A cerimónia de apresentação da primeira agência aconteceu nas instalações do Instituto Superior de Tecnologias de Informação e Comunicação (ISUTIC), no Distrito do Rangel, ocasião em que foi anunciado que o Banco Postal representa um investimento avaliado em 30 milhões De dólares, e que visa potenciar a inclusão financeira e o crescimento económico e sustentável Da população angolana.

Segundo o presidente do Conselho de Administração, Ngunu Tiny, o banco actua de início em três segmentos: o Xikila Money, Comércio e Empresários e o Corporate & Persona L Revelou ainda que a abertura de uma conta no banco é a custo zero ou com um depósito simbólico de 100 kwanzas.

Conforme apresentação, o Xikila Money apresenta um serviço financeiro inovador e vai permitir aos cidadãos que nunca tiveram acesso ao sistema financeiro a abertura da sua primeira conta bancária e a transacção de valores em tempo real, através de um telemóvel a qualquer hora e com um custo acessível.

O segmento de comércio e empresarial é dedicado a pequenas empresas e homens de negócios que se encontram na economia informal e que são servidos por banco e instituições de micro-finanças. A outra unidade, a Coporate & Personal, está vocacionada para as médias e grandes empresas e para particulares com rendimentos elevados.

"Eu diria que inovação está na multiplicidade de canais utilizados para chegar aos clientes, desde as agências tradicionais, passando pelos postos bancários, "aquilo que denominamos por quiosques" e terminando com serviços por telemóveis e os agentes", afirmou.

Serviços N a ocasião, a PCA do Correios de Angola, Maria Luísa de Andrade, que proferiu ao discurso de abertura, disse que a unidade foi decorada a partir do novo conceito de agência bancária, que favorece a redução da desigualdade social e desta forma o crescimento económico e melhor ia da qualidade de vida do público-alvo.

Para a gestora, os bancos postais são uma marca dos correios em todo o mundo e nascem da grande necessidade em implementar-se serviços financeiros de qualidade e revelou que em todos os países em que bancos do género foram implementados trouxe benefícios para a sociedade e para os serviços.

"Penso que é um banco que vem impulsionar os correios. Nós temos exemplos de bancos mundiais

como o Banco Postal Japonês, o Banco Postal Chinês, os quais possuem serviços tecnológicos bastante avançados. A nível dos Palop, temos como exemplo também os bancos postais do Brasil e Portugal, que agregam valor. Portanto, acredito que os serviços postais podem ser desenvolvidos no nosso país", disse.

2.10 Processadoras de pescado recebem crédito

Jornal de Angola

24 De Março de 2017

Texto: Fernando Neto

Um total de vinte e cinco processadoras de pescado no município do Nzeto, província do Zaire, beneficiaram ontem de um crédito bancário, para o relançamento da sua actividade, no âmbito do programa de crédito agrícola de campanha, extensivo ao sector das pescas, concedido pelo Banco de Comércio e Indústria (BCI).

O acto de concessão do microcrédito foi orientado pela ministra das Pescas, Victória de Barros Neto, e decorreu no âmbito da inauguração da ponte cais de apoio à pesca artesanal na costa da vila piscatória.

A ministra das Pescas, que trabalhou durante algumas horas no Nzeto, esteve acompanhada do. presidente do conselho da administração do BCI, Filomeno Ceita, e do governador provincial do. Zaire, José Joanes André, entre outros responsáveis do seu sector e do. Governo local.

Este é o segundo microcrédito concedido pelo. BCI às processadoras de pescado no Nzeto, após a entrega feita em Maio de 2015 a 100 mulheres que exercem esta actividade na povoação, por altura do lançamento da primeira pedra para a construção da ponte cais local,

Ao discursar na cerimónia, o presidente do BCI, Filomeno Ceita, assegurou que o banco vai continuar a conceder crédito às mulheres processadoras de pescado. e apoiar outras actividades produtivas a nível da província do Zaire e do país Esse foi o terceiro crédito que o BCI concede este ano aos pequenos empreendedores, sendo os dois primeiros ocorridos nas províncias do Namibe, no município do Tômbwa, e Uíge.

A ministra das Pescas salientou que o programa de microcrédito se enquadra na estratégia do. Executivo de combate à fome e pobreza no seio das mulheres, frisando que o sector vai continuar a apoiar e promover iniciativas do género, em parceria com o

BCI, tendo apelado também para o envolvimento de outras instituições bancárias na iniciativa.

Armadores artesanais

Um total de dezasseis embarcações e igual número de motores de popa, redes, bóias, anzóis, coletes e outros materiais de apoio à pesca artesanal foram entregues pela ministra das pescas, Victória de Barros Neto, a cinco cooperativas de armadores do município do Nzeto.

A entrega destes meios, a título de crédito, foi feita na inauguração da pontecais de apoio à pesca artesanal na costa marítima da pequena vila piscatória da província do Zaire.

Ao discursar na cerimónia, a ministra das Pescas apelou aos empresários a investirem mais no sector, sobretudo na construção de entrepostos para conservação do pescado. "Não podemos deixar que o pescado do Nzeto, que tem tanta qualidade, se estrague por falta de redes de frio, daí o apelo aos empresários para que instalem aqui estes serviços, mercados e lojas para a venda de material de pesca", sublinhou.

Victória de Barros Neto, que reconhece ser a pesca uma actividade de relevo no município do Nzeto, encorajou os 50 pescadores artesanais beneficiários a prosseguirem com a determinação até aqui demonstrada na profissão, para que se consiga, cada vez mais, minimizar os efeitos da fome e da pobreza. "Vamos ter de trabalhar, para desenvolvermos o nosso município, fazendo com que as nossas condições de vida melhorem cada vez mais", incentivou a ministra.

O município do Nzeto, banhado pelo oceano Atlântico, dispõe de uma rica variedade de espécies marinhas ao longo da sua costa, como mariscos, carapau, sardinha, garoupa, cachucho e corvina, e dista 230 quilómetros de Mbanza Congo, a sede provincial do Zaire. A circunscrição conta com cinco cooperativas de pescadores artesanais.

Ponte-cais de apoio à pesca Uma ponte-cais, capaz de agilizar a actividade de descarga do pescado pelos armadores artesanais do.

Nzeto, está desde terça-feira ao serviço do sector marítimo local. A infra-estrutura pesqueira, que custou 50 milhões de kwanzas, foi construída com troncos de eucalipto, vigas e estacas de madeira preciosa, tem 150 metros de comprimento e uma saída de três metros em maré vazia. A construção da ponte-cais do.

Nzeto, cujo prazo de durabilidade é de 25 anos, teve um período de execução de cinco meses e está dimensionada para atracar três embarcações em simultâneo de até 16 metros de comprimento.

Em declarações à imprensa, o engenheiro da empresa construtora Jaime Silva disse ser necessária a construção de âncoras nos próximos dias, para facilitar a atracagem de embarcações de pesca. Jaime Silva assegurou que a infra-estrutura tem robustez suficiente para aguentar as descargas do pescado e todas as operações inerentes à pesca artesanal até 10 toneladas de peso concentrado.

"Temos pontes semelhantes construídas no território nacional e algumas delas já têm mais 40 anos, que é preciso programar um ciclo de manutenções. Por isso, incluímos na nossa brigada de construção sete municípios jovens, para no futuro apoiarem a administração no processo de manutenção da ponte", disse.

A inauguração contou com a presença do governador provincial do Zaire, José Joanes André, de responsáveis e técnicos do Ministério das Pescas, de membros do. Governo local e de gestores bancários.

2.11 Xikila Money Preparada Para Superar 300 Mil Contas Ano

Jornal Economia e Finanças
31 De Março de 2017

Uma semana após a sua apresentação pública, a rede bancária Xikila Money do banco Postal prossegue com a atracção de mais clientes. Inovador, por tratar-se de um banco cuja relação com o cliente é efectuada, genericamente, com um telemóvel que o cliente associa à conta, os responsáveis avançam que têm uma média de mil contas abertas, diariamente. Por esta razão, estimam que mais de 300 mil contas serão captadas no prazo de um ano de banca.

Com presença em Luanda e no Huambo, as agências, quiosques, do Xikila Money nas duas províncias são, de igual modo, razão de curiosidade, não só pela sua estrutura e dimensão, mas também pela forma em como os clientes depositam e levantam somas de dinheiro.

Na conversa que manteve com este jornal, um dos responsáveis do Banco Postal lembrou que, além de as quiosques estarem a ser montadas junto de pontos estratégicos no que respeita a segurança pública, a estrutura dos balcões do Xikila Money também integra um cofre com sistema anti-roubo bastante eficiente e preparado para a sua auto-destruição em caso deste ser forçado para arrombamento;

Ao todo, serão 200 quiosques, sendo 150 na capital e as restantes 50 no planalto central (Huambo), a primeira escolhida no plano de alargamento do serviços do Xikila Money às demais províncias.

Para todas as operações que o cliente precisar efectuar, o telemóvel que este associa à conta será o meio a utilizar. Sem recurso a papel, os clientes do Xikila Money efectuam no seu próprio telemóvel todo o tipo de operações a exemplo do que são feitas nas caixas automáticas (ATM), vulgo multicaixas.

2.12 Crédito Projovem começa já a ser operacionalizado

Jornal Economia & Finanças

Data: 10 De Março de 2017

Texto: Joaquim Júnior

O ministro da juventude e Desportos, Albino da Conceição José, recomendou ao Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), órgão encarregue de credenciar as empresas que vão ser financiadas, a evitar a burocracia na sua actuação, por forma a tornar o processo mais célere e permitir aos beneficiários terem os seus projectos conformados.

O governante, que procedeu nesta segunda-feira, na cidade do Uíge, ao lançamento oficial do projecto Projovem, uma linha de crédito de apoio ao empreendedor jovem, num valor entre 100 mil a 40 milhões de kwanzas, disse que o Inapem joga um papel importante, no qual vai atestar, certificar e dará garantias ao banco que os projectos que os jovens estão a fazer chegar têm sustentabilidade.

O ministro apelou para que no processo de avaliação dos processos "que não se interponham pessoas infiltradas, sem qualificação alguma e outros oportunistas, para não descredibilizar o projecto". E aos bancos o ministro Albino da Conceição José pediu de igual modo no sentido de cumprirem com as orientações do Executivo, que é a disponibilização efectiva da linha de crédito para que os jovens não se sintam enganados.

Albino da Conceição José referiu que o crédito é fruto do dinheiro do Estado e do país, chamando atenção dos jovens para a importância que representa a acção do empreendedorismo e ao crédito. "O empreendedorismo cria postos de emprego, ajuda as famílias e a economia do país e da província em particular", disse o governante, lembrando que o crédito é para ser aplicado para os fins a que for concedido.

"É preciso que os fundos sejam investidos e que venham potenciar os negócios, no sentido de haver satisfação, quer dos beneficiários, quer do credor. O crédito é para ser reembolsado, porque ao proceder ao contrário, coloca em risco a continuidade do projecto, os beneficiários têm que pôr as máquinas a trabalhar, os projectos a produzir e a rentabilizar para conseguir devolver o dinheiro recebido e por sua vez o banco continuar a emprestar a outros jovens", referiu.

No acto do lançamento que aconteceu no Banco de Comércio e Indústria (BCI), entidade encarregue da operação, cinco jovens com iniciativas empreendedoras beneficiaram do crédito, com montantes entre 3 a 39 milhões de kwanzas, que vão ser aplicados em projectos de comércio, prestação de serviços, hotelaria e turismo.

Iniciativa inovadora O projecto surge no âmbito da diversificação da economia e do aumento da renda dos jovens.

Ao proceder a apresentação do projecto, o ministro da Juventude e Desportos, disse que o projecto de apoio aos jovens empreendedores Projovem decorre das consultas e recomendações desenvolvidas pela juventude em 2013 aquando da realização do Fórum Nacional da Juventude, frisando que das consultas feitas permitiu a elaboração do Programa Nacional de Desenvolvimento da Juventude, onde estão emanadas as prioridades do Executivo dedicadas à juventude.

"Este e outros projectos que o Governo tem levado a cabo vêm dar respostas às questões do fórum económico levantadas pelos jovens. Isto não implica resolver tudo, pois as reclamações vão continuar, mas o Executivo está a criar as condições para que paulatinamente os jovens sejam beneficiados das políticas do Estado", disse.

Governador Já o governador provincial do Uíge, Paulo Pombolo, saudou o programa e por este se inserir no conjunto de estratégias para saída da crise traçadas pelo Executivo, e que visam incentivar e fortalecer as actividades do empresariado nacional, em particular os jovens, com vista a sua robustez e sobretudo na materialização dos objectivos inerentes à diversificação da economia para a produção local, incentivando deste modo o aumento de excedentes para a exportação e a consequente arrecadação de mais recursos para o país.

"Tornou-se comum no seio da juventude uigense um pouco por todo o país a manifestação de entusiasmo e ansiedade desde que foi anunciado o programa cujo lançamento do mesmo na província vem fazer jus a

característica empreendedora deste povo em particular da sua juventude, que sabe bem criar oportunidades para o pequeno negócio e assim ir crescendo", disse.

Paulo Pombolo apelou aos jovens da província maior organização, identificação conveniente do nicho do mercado, traçar projectos viáveis e exequíveis em função do capital disponível, rigor na contabilidade da empresa e aderirem ao projecto, tendo recomendado rigor na fiscalização sobre as formas de utilização do mesmo.

Acesso ao Projovem O presidente do Conselho da Administração do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), António Assis, disse que os beneficiários devem, necessariamente, ser cidadãos nacionais, com idades compreendidas entre os 18 e 40 anos, com micro, pequena ou média empresa constituída e certificada no Inapem, ter experiência ou formação no domínio do negócio em que pretende empreender e possuir noções de gestão.

"Os candidatos ao crédito, antes de se dirigirem ao banco, deverão necessariamente passar no Inapem para avaliação e certificação do projecto. E para devidos esclarecimentos e orientações sobre o destino certo a dar aos valores que são entregues", referiu.

Contemplações Marcos João e Simão Cani Catraio, jovens empreendedores no ramo de hotelaria e turismo, prestação de serviços, entre os cinco primeiros beneficiários, solicitaram montantes que rondam aos 39 milhões de kwanzas, para fazer funcionar e rentabilizar os seus empreendimentos. Mostraram-se satisfeitos com o financiamento recebido e assumiram compromisso e responsabilidade de honrarem os objectivos do programa, sobretudo junto da banca.

O projecto Promovem é financiado pelo BDA, e está a ser operado pelo- BCI e conta com a participação do Inapem, do Conselho Nacional da Juventude e do Instituto Angolano da Juventude no processo de facilitação.

O presidente do Conselho da Administração do BDA, Manuel Neto da Costa, disse que estão disponíveis para cada jovem empreendedor que apresentar um projecto credível, empréstimos que vão de 100 mil a 40 milhões de kwanzas, para fazer crescer o seu negócio. Com taxas de juro baixas e período de pagamento ajustado ao tipo de actividade.

"Os termos e condições definidos no financiamento oferecem ao benefício, um período de carência de 24

meses, prazo a título indicado que será ajustado de acordo com a capacidade de pagamento do mutuário ou da empresas, e o período de maturidade do crédito é de 84 meses. A taxa de juro anual varia em 7,12 por cento a 9,43 por cento.

2.13 Faje louva a iniciativa do executivo ao crédito

Jornal Economia & Finanças

Data: 10 De Março de 2017

Texto: Ismael Botelho

O Fórum Angolano dos Jovens Empreendedores (FAJE) recebeu a notícia da criação do Fundo Projovem com muita satisfação e optimismo no futuro, uma vez que esta iniciativa do Executivo vai poder colmatar uma das maiores dificuldades dos empreendedores angolanos, que é a falta de financiamento para a iniciativa de negócios dos jovens.

Segundo o secretário Executivo do Faje, Hélder Cafala, a falta de financiamento foi uma das maiores preocupações que eles apresentaram no Fórum Nacional de Auscultação dos Jovens, realizado em 2013, como demonstração de uma acção que visa incluir empreendedores no Plano de Desenvolvimento Nacional (2013/2017), contando assim com esta franja da sociedade para produzir bens e serviços, com o fim de ajudar o país na diversificação da economia.

Rigor na gestão

Para aquele responsável do fórum, a questão principal não está na disponibilidade do valor, mas na capacidade de gestão por parte de quem vai receber financiamento. Na sua visão, levanta-se não só a questão da responsabilidade das instituições que vão gerir o processo, como de quem vai se beneficiar dos valores disponibilizados.

"Esperamos que esta acção gere externalidades positivas e que a partir deste projecto surjam outros que ajudem cada vez mais na afirmação da juventude angolana", disse.

Apesar do Projovem vir a ser da responsabilidade do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), que espera contar com algumas das instituições da sociedade civil para executar este projecto, como é o caso do Faje, que pode absorver 25 por cento dos quatro mil milhões de kwanzas disponíveis para este programa. "Não conhecemos as demais organizações que serão beneficiárias desse montante, mas esperamos que aquelas que forem abrangidas, estejam

preparadas para dar resposta à procura", augura. Para o secretário Executivo, a crise é uma realidade visível no país com esta situação, o olhar para a produção de bens e serviços é uma prioridade para o Executivo, que quer, por meio da gestão rigorosa dos recursos financeiros, as organizações juvenis sejam capazes de ampliar os rendimentos.

Aquele responsável acredita que com o Projovem a criação de emprego e a diversificação da economia poderão vir a ser um facto, porque o Executivo angolano, fruto das várias experiências que possui, pode conceder esta linha de crédito a organizações ou associações para que estas trabalhem com jovens que sejam verdadeiros empreendedores e sejam capazes de responder aos anseios do Estado.

Fiscalização rigorosa

Para Hélder Cafala, é necessário que as instituições que tenham contacto com a juventude e venham a receber este montante, possuam estruturas credíveis e sejam sérias na selecção dos candidatos ao crédito.

Por outro lado, referiu, é preciso que sejam igualmente capazes de fiscalizar os investimentos concedidos, de tal maneira que o crédito tenha o devido retorno.

"Agora, é preciso que os jovens estejam organizados em associação para efeitos de crédito de forma a contribuir para a economia nacional", referiu.

Jovens com iniciativas

O Fórum Angolano de Jovens Empreendedores (FAJE) apelou, nesta senda, que os jovens com iniciativas próprias na criação de negócios, possam gerar pequenas e médias empresas, para o enquadramento de muitos cidadãos desempregados.

O Faje está implantado em todas as províncias do país e há ainda esforços que estão a ser envidados para que chegue em todos os municípios de Angola, onde a predominância de mulheres empreendedoras é considerável e os seus desafios e metas são conhecidos.

Nas várias palestras que o Faje tem estado a realizar um pouco por todas as províncias, o objectivo central é o apoio aos jovens na absorção de conhecimentos sobre o empreendedorismo, devido ao número de jovens que começam os seus pequenos negócios, mas que não estão estruturados e aqueles que têm negócios estruturados.

De acordo com dados avançados pelo Faje, em 2002 depois do alcance da paz, falar de jovens empreendedores em Angola era praticamente um

tabu. Não existia a prática do empreendedorismo, mas hoje existem muitos empresários, e significa que o número está a crescer todos os dias no país, representando um marco importante para a diversificação da economia e na criação de novos postos de trabalho.

Principal desafio

Segundo Hélder Cafala, o primeiro desafio é conjuntural, é a situação da crise económica, cujas soluções estão nas mãos dos jovens. Em segundo, existe o desafio face aos recursos necessários para poder dar andamento aos seus negócios, mas com essas dificuldades com que se deparam os jovens, esses desafios não podem estar somente na mão do jovem empreendedor, mas devem contar com o apoio do Estado e de todos. "A constituição de cooperativas de crédito para responder aos desafios que os jovens vão apresentando a nível de recursos financeiros e a adesão à associações já existentes podem ser uma boa alternativa para os jovens", referiu.

Participação massiva

O secretário Executivo do Faje apela a uma participação máxima dos jovens empreendedores ao Projovem, mas para isso é necessária organização e criação de empresas que sejam credíveis para que se aceda aos financiamentos até mesmo junto das estruturas da coordenação nacional, regional, provincial e municipal. "Os jovens precisam procurar os escritórios das coordenações municipais e integrar-se no fórum", explicou.

Para que isso aconteça, disse, a primeira coisa é estar ligado ao networking da organização. Depois, a formação, a integração no mundo dos negócios e ter informação como parte chave para poder dar melhor andamento aos negócios. Por outro lado, ligação às instituições públicas e privadas que possam apoiar o andamento do negócio é relevante para um empreendedor. "A oportunidade está aberta, agora cabe aos jovens aproveitarem esta iniciativa do Governo", concluiu o secretário Executivo em entrevista exclusiva ao JE.

2.14 Jovens empreendedores da Huila aplaudem mecanismo de financiamento

Jornal Economia & Finanças

10 De Março de 2017

Texto: Domingos Mucuta

O Fundo de Apoio aos Jovens Empreendedores "Projovem", anunciado recentemente pelo Executivo, é considerado, na Huila, como um mecanismo de financiamento que vai estimular e promover a criatividade, inovação, auto emprego e geração de novos postos de trabalho nesta província.

Esta perspectiva é partilhada por empreendedores que louvam a iniciativa do Executivo em instituir um fundo de quatro mil milhões de kwanzas.

Fundo oportuno

Os empreendedores de diferentes ramos de actividade ouvidos pela equipa de reportagem do JE na Huila destacaram que a criação do fundo de apoio à juventude com iniciativas empresariais surge num momento oportuno, em que o país aposta na diversificação económica.

O director executivo da empresa Tundavala Áudio Visuais, Domingos Calombola, considera a linha de crédito um instrumento financeiro que a juventude precisava para impulsionar e expandir os projectos de investimento e sobretudo transformar os sonhos de negócio em realidade.

Domingos Calombola argumentou que muitos jovens empreende-o dores das micro, pequenas e médias empresas com projectos em carteira têm agora a oportunidade de identificar os novos seguimentos de mercado, realizar estudos de viabilidade e apresentar projectos de investimentos viáveis para aceder aos montantes definidos.

O gestor de uma das empresas de referência nos ramos de prestação de serviço, comunicação, design, artes gráficas e cobertura de eventos na Huila admite a possibilidade de aderir ao crédito, mediante a análise dos requisitos e condições de acesso, das taxas de juro, dos riscos e do retorno do investimento a realizar, no sentido de assegurar o reembolso dos valores sem constrangimentos. "Sabemos das dificuldades que enfrentamos para o acesso ao crédito", frisou.

Já o estilista Maurício Chilinene Bauza, empreendedor do ramo de corte e costura há sete anos, destacou a importância do fundo para incentivar a participação dos jovens a criar micro,

pequenas e médias empresas, como unidades empresariais fundamentais em qualquer economia.

O costureiro com um atelier bastante concorrido pelos amantes de trajes africanos, considera que o desenvolvimento do país precisa de empresas de pequenas e médias dimensões para dinamizar as actividades geradoras de rendimento sustentável que promovam o auto emprego, o sustento das famílias e o desenvolvimento local.

Maurício Bauza revela também que vai reunir as condições para aceder ao crédito, cujo montante de financiamento pretende canalizar para a aquisição de máquinas sem industriais, o que pode aumentar o nível de eficiência e reduzir o tempo de entrega das encomendas aos clientes. "Sonho de ter um centro de formação para capacitar outros jovens que não têm a mesma oportunidade de aprender as técnicas", disse.

Prontidão dos parceiros

O Instituto nacional de micro, medias, e pequenas empresas (INAPEM) e o conselho provincial da huila, como parceiros estratégicos da iniciativa Projovem, estão em prontidão para desempenhar o papel necessário e garantir as informações adequadas e suporte técnico aos jovens empreendedores.

O director provincial do Inapem, Fernando Manuel, afirmou que a instituição está pronta para assegurar a vertente de formação e capacitação dos empreendedores. Garantir a consultoria, assistência técnica e certificação empresarial aos interessados.

Fernando Manuel aponta como três benefícios do "Projovem" a promoção do auto emprego e emprego de outras pessoas e o alargamento da base tributária por meio do surgimento de novas empresas ou novos investimentos, bem como o aumento do rendimento das famílias, além da consequente redução da pobreza.

"O fundo em si é uma mais-valia para os jovens. Espero que venha a ser executado com seriedade e que cada um dos participantes se empenhe para produzir os resultados esperados quanto a promoção do desenvolvimento económico e social da juventude", disse.

"Dentro em breve teremos mais novidades para os empreendedores sobre a disponibilidade do fundo e os mecanismos de trabalho sobre este novo instrumento de financiamento as micro, pequenas e médias empresas criadas pelas juventudes", concluiu.

Por sua vez, o secretário executivo do conselho municipal da juventude no Lubango. Carlos Kazequene, referiu que o organismo que dirige vai

trabalhar com as comissões de bairros para o esclarecimento de preparação dos jovens no sentido aproveitar a oportunidade dada pelo Executivo.

Carlos Kazequene disse que a expectativa é grande porque o fundo surge para cumprir com uma das recomendações saídas no Fórum Nacional de Auscultação para a Juventude, realizado em 2013 e o Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude.

O líder da plataforma juvenil no Lubango entende que o Pro-jovem é um instrumento criado para imponderar os jovens, como a força motriz da sociedade, estimulando a criação de iniciativas rentáveis e inovadoras nos diferentes domínios, promovendo o desenvolvimento.

O Inapem na Huíla certificou em 2016, um total de 25 micro, pequena e médias empresas, contra 50 do ano anterior, ao passo que o processo de renovação anual abrangeu mais 49 unidades que já constavam da base de dados.

2.15 Função económica do crédito

Jornal Economia
24 De Março de 2017

O cidadão Citadino Sentado pôs-se a "matutar na cachimónia" e não conseguia entender para onde havia escoado o dinheiro do considerável empréstimo bancário que havia obtido do banco, agora reduzido a alguns trocados, justamente no momento em que devia dar início ao projecto.

Virou e revirou a factura-proforma remetida pelo fornecedor a apresentar o orçamento para a aquisição das sementes e outros insumos para dar arranque ao projecto, afinal, tratava-se de um projecto agrícola, base da alimentação do nosso heroico e generoso povo, conforme enfatizara ao apresentar o projecto aos gestores bancários.

Deu-se conta que verdadeiramente só agora o projecto estava em condições de arrancar, com o fornecimento dos insumos e outros apetrechos para a semente germinar da terra, revelando-se, assim, imperativo os primeiros desembolsos, mas o principal havia sido descurado e, portanto, o reembolso do empréstimo estava comprometido.

Os seus passos se perderam pelo amplo e luxuoso gabinete de trabalho e pela janela contemplou a reluzente viatura de alta cilindrada, sem antes levar o pensamento para as dispendiosas viagens ao estrangeiro em acções de "benchmarking" para montar o seu negócio. Afinal, era um empresário e

não um "campuna" qualquer, daqueles que ainda ficam a mendigar chuva para as suas sementeiras.

[Vivências contemplativas em contexto de Konomia dya Kitanda (expressão em kimbundo que procura traduzir o qualificativo Economia de Mercado)].

O índice de mortalidade das empresas em Angola é elevado.

Cerca de 70 por cento das empresas "morrem" ao fim de um ano de actividade, de acordo com Dados divulgados pelo Ministério da Economia. As dificuldades de acesso ao crédito bancário e às divisas, a falta de capital humano qualificado e o excesso de burocracia do Estado no licenciamento das actividades empresariais são apontados como os maiores constrangimentos ao desenvolvimento empresarial.

A esta lista juntam-se os problemas decorrentes da precaridade das infra-estruturas do país, em concreto a ineficiente cobertura de energia elétrica e as "kientes vias rodoviárias.

Esta reacção é inversa para o caso do Brasil, mais concretamente para a região de São Paulo, maior polo industrial da América Latina, ou seja, cerca de 77 por cento das empresas rompem a barreira dos dois anos de actividade, portanto, o equivalente a uma taxa de mortalidade de apenas 23 por cento, segundo apuração do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). É evidente que para os outros Estados a polaridade da proporção é bem

Mais estreita, que podem servir melhor como padrão de comparação com Angola, e um pouco com os países da região Austral de África, pese embora a publicação de estatísticas sobre processo de falência, insolvência e recuperação de empresas não tenha a regularidade desejável.

Por outro lado, importa registar que o ambiente de negócios em Angola ainda não é suficientemente transparente e de concorrência perfeita.

Numa entrevista concedida em Dezembro de 2016 a um jornal de especialidade económica do país, a professora Doutora Laurinda Hoygaard defendeu que "há uma grande exclusão dos privados na participação da vida económica do país, considerando que há interesses pessoais camuflados que não deixam crescer este sector".

Avança ainda a entrevistada que "certos processos económicos devem ser diluídos para que os agentes privados tenham as mesmas oportunidades".

No chamado período de ouro da economia angolana, entre os anos 2005 a 2008, o ciclo interrompido

temporariamente com a crise do subprime, quando a economia angolana crescia a dois dígitos e o preço do barril do petróleo flutuava acima dos 100 dólares, o país perdeu uma soberana oportunidade para sistematizar os processos de diversificação da economia.

Esta escalada de crescimento que parecia promissora retomou entretanto em 2011, mas, uma vez mais os desequilíbrios estruturais da economia angolana ficaram evidentes com o derrube do preço do barril do petróleo no mercado internacional, desde meados de 2014, e a persistente manutenção do seu preço em valores reduzidos.

Com recorrência é apontada como uma das causas do fraco florescimento empresarial as dificuldades ao acesso ao crédito bancário por parte das empresas. É um facto, mas provavelmente, se as empresas apresentarem projectos com viabilidade técnica e económica e os seus promotores deterem capacidade de gestão, os bancos acabam financiando, pois é disso que os bancos vivem. Comprar dinheiro (ao aceitarem os depósitos) e vender dinheiro (ao concederem crédito).

O que ocorre é que nem sempre os projectos se apresentam suficientemente estruturados e com evidências de robustez e sustentabilidade. E deve se reconhecer que existe ainda algum défice em termos de capacidade técnica (conhecimento do negócio) e de gestão por parte considerável dos promotores dos projectos. Desta latitude pode emergir o chamado risco moral nas operações de crédito, que ocorre quando, depois que uma transação foi efetuada, o tomador do crédito se engaja em actividades indesejáveis (que reduzam o retorno ou aumentem o risco do investimento) do ponto de vista do banco.

Existe uma estreita complementaridade entre a economia e os bancos. Se por um lado, a economia necessita de recursos para financiar o seu crescimento, maioritariamente provenientes do sistema financeiro (Bancos e Mercado de Capitais), por outro, os bancos necessitam dos recursos temporariamente livres gerados na economia (poupança), sua principal matéria-prima, para adubar os campos do crescimento e desenvolvimento económico e social.

Outrossim, a incidência da actividade central dos bancos refere-se ao facto de a intermediação financeira permitir maior eficiência na alocação dos recursos financeiros, o que corresponde a maior captação de poupança e, conseqüentemente, maiores recursos para emprestar, que podem se destinar ao melhoramento do ambiente de negócios, o que, por sua vez, potencia o crescimento económico. Nisto,

portanto, reside a função económica do crédito bancário.

O cidadão Citadino Sentado reconheceu, após "Matutar" (pensar) em sua "cachirnônia" (memória), pleonasma que o calão luandense permite que os valores tinham sido diluídos nos "entretantos", numa inversão clara das prioridades, e os "finalmente" ficaram pendurados. Como adquirir os insumos que, sim, dariam sustentabilidade ao negócio e a conseqüente geração de renda para o reembolso do crédito? Decididamente tinha colocado a carroça a frente dos bois.

E nisto reside o dilema do economista, quando pensa ter o exclusivo da solução vem a Kitanda cujos operadores ajustam-se às novas condições descativando a cláusula ceteris paribus (todo o resto constante).

Em se tratando de economia todos são especialistas, até os economistas, haja em vista a sua relação intrínseca com as questões da sobrevivência humana. Quando foi formulado o teorema de Pitágoras os aplausos ecoaram pela plateia, num menear de aceitação da geometria euclídea na, mas hoje se perguntar, onde se situa o quadrado do comprimento da hipotenusa que deve ser igual à soma dos quadrados dos comprimentos dos catetos, ficaremos provavelmente a virar e a revirar o triângulo rectângulo.

2.16 Crédito malparado aumentou 8,8% em 2015

Jornal Expansão
31 De Março de 2017

O volume de crédito vencido no sector bancário nacional duplicou desde 2012, correspondendo a um crescimento anual de 26%, refere um estudo da consultora internacional KPMG, divulgado no final de 2016. E 2015, o malparado aumentou 8,8% face ao ano anterior, refere um estudo da auditora que partiu de um universo de 27 bancos a operar no mercado de Angola, uma fatia que representa a quase totalidade do sector financeiro (93%) do País

Já de acordo com o relatório Banca em Análise da consultora Deloitte, apresentado em Novembro de 2016, o crédito vencido na banca nacional atingiu em 2015 os 355,6 mil milhões Kz. O valor do crédito vencido, 13% do crédito líquido concedido, que em 2015 cresceu 6%, face ao ano anterior, para 2,736 biliões Kz, consta da 11ª edição da publicação Banca em Análise, da Deloitte.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Vendedoras ambulantes recebem kits

Jornal de Angola
09 De Março de 2017

Um total de quarenta e duas vendedoras ambulantes do distrito urbano do Rangel, em Luanda, receberam na segunda-feira kits para desenvolverem o seu negócio, numa parceria entre o Ministério da Família e Promoção da Mulher e a empresa Coca-Cola Angola.

A ministra da Família e Promoção da Mulher realçou, no acto formal de entrega, a importância das parcerias público/privadas para resolução de alguns problemas das comunidades.

Filomena Delgado salientou que Estado sozinho não consegue fazer tudo, por isso dá grande importância às parcerias, procurando trabalhar com as empresas, organizações não-governamentais e igrejas, para levar avante as suas responsabilidades enquanto Estado.

Referindo-se concretamente à entrega dos kits, frisou que se tratava de um pequeno gesto com grande importância, "porque existem exemplos de pessoas que iniciaram assim e conseguiram elevar os seus negócios, chegando até mesmo a serem considerados grandes empresários". Explicou que o seu pelouro está a trabalhar com o Governo Provincial de Luanda para formalizar o negócio das vendedoras ambulantes e que o acto em referência era a primeira colaboração nesse sentido. Acrescentou que, na sequência da entrega dos kits, as vendedoras vão ser registadas e deverão possuir cartões de sanidade e de comércio ambulante.

A vice-governadora da província de Luanda para a área Económica, José Manuel Cerqueira, disse que a iniciativa vai melhorar o nível de vida das famílias envolvidas e contribuir para o asseio e qualidade do serviço de venda de refrigerantes.

Chamou a atenção para a necessidade da continuidade dos serviços e de perspectivar-se a substituição dos meios entregues, assim que os mesmos atingirem o seu tempo de vida útil. Cada kit é composto por quatro grades de refrigerantes, uma caixa térmica rolante, sombrinha e avental. Segundo o responsável da Coca-Cola Angola, Manuel Sumbula, a empresa está engajada em projectos sociais, que tiveram início em 2016 com o lançamento do

projecto de entrega de kits a 46 vendedoras ambulantes no Zango, município de Viana. Fez saber que o projecto, que vai continuar, tem o objetivo fundamental de elevar as senhoras à condição de empreendedoras e inseri-las na cadeia de distribuição da Coca-Cola.

A administrador do distrito do Rangel, Francisco Manuel Domingos, afirmou estarem lançadas as bases para as vendedoras aumentarem as suas rendas e sustentarem as suas famílias.

3.2 Criatividade garante sobrevivência no negócio de peixe seco em Luanda

Jornal Economia & Finanças
Data: 10 de Março de 2017
Texto: André Sibi

Aposta na comercialização de peixe seco nas principais ruas da capital angolana e arredores lhe valeu o apelido de "Rei António Peixe Seco". Na verdade, o seu nome é António Agostinho da Rocha. De altura-média e robusto, ele é conhecido por "Rei António Peixe Seco" por onde passa. Diariamente abandona a cama à madrugada para ir buscar "o pão de cada dia".

A mulher e os filhos, já estão habituados com a sua ausência, nos períodos que separam das zero às 5h00. A jornada começa com a manutenção da motorizada de três rodas. Verifica o nível de óleo, combustível e calibra os pneus. Segue-se arrumação do peixe seco. O processo começa de baixo para cima. A carroçaria de 1 metro por 80, recebe na primeira fila o peixe "miúdo" cujo preço varia entre mil e cinco mil kwanzas. Já a segunda fila, recebe o peixe "médio" que ronda entre os cinco a 10 mil kwanzas. A última fila está reservada para o peixe colosso com preços que vão acima dos 10 mil kwanzas.

A moto leva desde corvina, garoupa, sofia e cacusso. As vendas começam na localidade de Catete, município de Icolo e Bengo, passando por Bom Jesus, quilómetro 44,3º, Viana, Estalagem, Grafanil, Congolenses e atinge o centro da cidade.

Ao longo do percurso faz pequenas paragens em locais considerado por si estratégico como a entrada principal do mercado do Km 30, vila de Viana, praça da Estalagem, mercado dos Congolenses, bem como nas cercanias de alguns supermercados da cidade de Luanda. A simpatia é a sua principal técnica para conquistar os clientes. "Rei António Peixe Seco" é inconfundível por onde passa. Faz o negócio sempre vestido de fato. Prefere sobretudo, fatos com cores

berrantes, como amarelo, laranja e, às vezes, de rosa como mandam as normas de marketing, para quem se dedica ao negócio. Descrito como simpático pelos seus clientes, "Rei António Peixe Seco", disse a nossa reportagem, que é muito acarinhado pelos clientes.

Pagamento

Para facilitar o pagamento, além do dinheiro em cash (em mão), o pequeno comerciante, não está desactualizado. Dispõe também de um Terminal de Pagamento Automático (TPA), com o qual realiza várias operações. "Adquiri o equipamento junto do BFA". O objectivo é facilitar as trocas comerciais, para que os clientes não fiquem sem o produto por falta de dinheiro em mão", disse.

Segundo explicou, o volume das vendas não é linear, varia dia-pós-dia. Normalmente, as segundas e terças-feiras são fracas. Mas, a partir de quarta-feira, as vendas começam a aumentar. "Às vezes não levo nada para a casa. Mas, existem dias que chego a vender cerca de 100 mil kwanzas".

A corvina consta entre os peixes mais procurados pelos clientes, segue-se a sofia e o cacusso. Há 16 anos no mercado, "Rei António Peixe Seco" tem uma carteira de clientes que se aproxima aos 200. Alguns são sérios, outros nem por isso. Para os mais sérios até dou "kilapi". "Não sei fazer outra coisa se não vender o peixe seco", desabafa.

Produto

Para fidelizar os clientes, "Rei António Peixe Seco" confessou que não compra o produto feito. Prefere comprar o peixe fresco e pessoalmente, escala, salga e seca. Depois cuida de toda higiene até à comercialização.

O peixe fresco é adquirido no mercado da Mabunda, Cabo Ledo, Porto de Luanda, Bengo, Benguela, Namibe e Tômbwa.

Metas

Entre os desafios, o empreendedor pretende tornar-se num maior distribuidor de peixe seco do país. "Já tentei contrair um crédito junto o Banco Sol, não fui bem-sucedido por falta de avalista", disse.

Cientes

Os seus clientes são sobretudo, homens de negócio e funcionários públicos e singulares.

Segundo conta a qualidade do produto é a principal arma do negócio.

A higiene é outra componente a não colocar de parte, Durante a ronda, foi possível conversar com Marta Salvador, uma das mais antigas clientes de "Rei António Peixe Seco". Comerciante e costureira, Marta compra corvina e sofia, um peixe muito apreciado pela família, sobretudo o esposo e o primogénito.

Segundo contou, é utilizado principalmente para fazer calulu e molho de peixe seco durante o fim-de-semana. Já Costa Rodrigues conheceu o comerciante na última quadra festiva. O peixe que a sua família consumiu, na última quadra festiva, comprou deste comerciante. Ele prefere os seus produtos face à qualidade e flexibilidade dos preços.

Por sua vez Paulo António disse à nossa equipa que está tão familiarizados com o pequeno comerciante, que de tanto comprar, nos últimos dias, mesmo sem dinheiro ele recebe o produto e paga no final do mês. "Tenho sido sincero nos pagamentos, por isso ele não hesita em deixar o produto em minha casa", disse o cliente'.

Durante as compras do mês, trás de tudo um pouco dos armazéns e supermercados, já o peixe seco, adquire do pequeno comerciante, que encontra na venda do peixe seco, o seu ganha-pão.

3.3 Mulheres destemidas representam com orgulho o poder feminino

Jornal de Angola

Data: 10 De Março de 2017

Texto: Edna Dala

As mulheres zungueiras colhem o olhar Incrédulo de pessoas comuns que diariamente cruzam com elas pelas ruas das principais cidades, numa luta de se tirar o chapéu, pelas "torturas" a que estão sujeitas.

Elas são hoje o verdadeiro reflexo da força e persistência da mulher angolana, que exalta as qualidades de mães, companheiras e guerreiras quando percorrem quilómetros para garantir o sustento e educação de suas famílias.

Com coragem e determinação, as zungueiras acordam todos os dias às 4 horas da manhã para enfrentar o grande desafio das ruas, que põe à prova a sua capacidade de sobrevivência. Pois, este é o horário apropriado para a compra dos produtos em melhores condições e, a seguir, serem comercializados em vários pontos da cidade, conforme a sua caminhada.

O nome Zungueira, tão comum entre nós, é de origem etimológica kimbundo e deriva da palavra "Kuzunga", que em português significa passear. Algumas obras defendem que a prática da zunga já existia na época colonial, mas o fenómeno ressurgiu, porém, na década de 80, tendo ganho forma e grandes proporções a partir do ano 2000.

A venda ambulante alcançou contornos dignos de registo com o agravamento do conflito armado que tomou o país e obrigou várias famílias a abandonarem as suas zonas de origem, deslocando-se maioritariamente para a cidade capital, Luanda.

Elas são mulheres destemidas e se converteram por isso num dos principais postais desta imensa Angola, cheia de encantos e mistérios, reunindo um poder mítico envolto em grande curiosidade.

Por onde andam elas não passam 'despercebidas, pois com banheiras à cabeça e o seu canto típico anunciando os produtos que comercializam despertam a atenção de todos. O refrão, tão forte que toma atenção até daqueles que não estão interessados em comprar, como foi o caso de um "sujeito", que por pouco não caiu, ao virar desperto pelo cantar da zungueira.

Algumas gíngam pela cidade com crianças às costas e a quinda (banheira) à cabeça. A mulher zungueira não se deixa abater, ela sabe encontra a grande motivação diária para se levantar ainda no "dobrar" da madrugada, para procurar o pão e sonhar com um futuro risonho para a sua família.

Sem colocar as dificuldades à frente dos seus objectivos, as zungueiras enfrentam com coragem e dignidade o sacrifício de percorrer diariamente quilómetros a pé, em busca do sustento, educação e oferecer conforto aos seus. Com a sua gínga e vozes gritantes, elas tomaram conta das ruas da cidade.

Margarida Rodrigues Figueira, de 39 anos, mãe de cinco filhos, vende pelas ruas da cidade há mais de 14 anos. Conta que sai de casa às 4h30, deixando os filhos ao cuidado da filha de 18 anos, por ela considerada sua grande parceira. E deste modo, disse, que apoia o marido que trabalha numa empresa de segurança e enfrenta graves atrasos salariais. Ela é vendedora de frutas. Com o semblante cansado e a banheira de mangostão à cabeça, Guida, como é carinhosamente tratada, disse estar farta de vender pelas periferias e baixa de Luanda, pois "gostava mesmo de ter um em- prego, mas preciso de ajudar o lar, porque o salário do meu marido não é suficiente para atender a todas as necessidades de casa".

Apesar das dificuldades que a vida impõe, Margarida sente-se orgulhosa por ser mulher e acima de tudo mãe. "E a maior dádiva que uma mulher pode alcançar", afiança. Questionada sobre a formação dos filhos, Guida mostrou-se orgulhosa e disse que tem os filhos a estudar, que é o garante da esperança de um futuro melhor. Sublinhou que não quer que os filhos passem pelo mesmo que ela passou.

Dificuldades

O corre-corre pelas ruas com os fiscais foi apontado pelas zungueiras como a maior dificuldade, já que eles chegam até a castigá-las. Margarida disse que tem consciência do trabalho dos fiscais, mas "todas nós precisamos de ajudar a sustentar as nossas famílias". Denunciou que nem todos os fiscais cumprem as normas, em muitos casos levam-nos e querem apenas tirar dividendos, como por exemplo, pedir dinheiro... "Quem se prestar a oferta, é logo solta", e quem não colaborar a "azarada vai mesmo além dos fiscais, apontados como um dos grandes constrangimentos da zunga, as vendedoras queixam-se de assaltos e de outros males, como estando entre os principais riscos. Os assaltos acontecem normalmente quando se recolhem tarde das ruas.

Conceição António, de 30 anos, vende limão, um produto também muito procurado. Ela está orgulhosa e honrada por ser mulher, apesar das dificuldades por que passa no seu dia-a-dia e fez saber que gostava de ver "as mulheres mais valorizadas e reconhecidas pela sociedade.

Conceição António era vendedora do antigo mercado informal Roque Santeiro e ao contrário do que as suas colegas defenderam, ela prefere vender pelas ruas da cidade. "E melhor vender nas ruas, e não num mercado fixo, porque na zunga o negócio corre melhor e é mais rápido".

A comerciante reconhece que andar pelas ruas é cansativo e às vezes perigoso, mas "é pensar nos meus filhos que enfrento todas as dificuldades". Radiante, disse que sempre que chega a casa a primeira preocupação é saber se os filhos passaram bem o dia.

Já Odete Araújo, vendedora de panos, mulher de poucas palavras, diz apenas que os fiscais as incomodam muito. "Nós precisamos de um mercado, e se o governo nos ceder um espaço, vamos para lá vender à vontade, sem todas essas confusões".

A equipa de reportagem dirigiu-se à ilha de Luanda, onde nos deparámos com um grupo de peixeiras, algumas com o semblante triste, outras nem por isso. Saltavam e dançavam com uma alegria contagiante.

Cristina Ernesto explicou ao Jornal de Angola que o motivo da tristeza tem a ver com a falta de peixe, que há dois dias "desapareceu". Ela disse que não conseguia nada desde sábado, o que estava a criar-lhe sérios problemas, porque tem os filhos para sustentar e o marido está desempregado há um bom tempo.

Curiosidades

O Mangostão é uma fruta redonda de cor roxa ou vinho, apresenta uma crosta firme e o interior branco, a polpa branca comestível é de uma textura suave e adocicada. A fruta que tomou conta das banheiras das nossas zungueiras, segundo alguns clientes que compraram a fruta no momento da reportagem, tem vários benefícios para a saúde. A casca do Mangostão serve para fazer chá que por sua vez tem poderes curativos.

Mais mercados

Além de Cristina, que vive no Kikolo, todas defenderam a existência de mais mercados, em particular um de peixe naquele município, tendo em conta que reconheceram que as vendas pelas ruas são cansativas. Todas as zungueiras defenderam a construção de mais mercados para deixarem as ruas. Atualmente, sempre que se dirigem a um mercado à procura de lugar são mal sucedidas, pois 'Os lugares estão todos preenchidos.

Cristina António Ernesto disse que as mulheres são hoje mais valorizadas em comparação ao passado. O nosso trabalho é sacrificante, Não é fácil acordar todos os dias às 4 horas para sair em busca do pão para dar aos nossos filhos, sobretudo quando não se tem apoio financeiro do marido, por estar desempregado".

Domingas Juliana também vive o dilema porque o marido se encontra desempregado, daí a necessidade de alguém tomar as rédeas de casa de modo a garantir a sustentabilidade do lar. Para piorar a situação, disse, são estigmatizadas por algumas pessoas quando vão para os mercados. Em alguns casos, chegam a ser maltratadas psicologicamente por outras vendedoras que dizem que as "peixeiras cheiram mal", uma atitude repugnante.

Além das frutas, a nossa equipa de reportagem deparou-se com uma série de produtos que são comercializados nas ruas que vão desde as plantas, panos, bebidas diversas, roupas, enfim, tudo o que encontramos nos estabelecimentos hoje são encontrados nas ruas pelas mãos das zungueiras.

Muitos dos produtos comercializados nas ruas não oferecem segurança por causa das condições de

armazenamento, devido à falta de higiene, colocando em risco a saúde dos consumidor.

3.4 Paragens superlotadas na periferia

Jornal de Angola

10 De Março de 2017

Texto: Fula Martins

Algumas paragens de táxi da cidade de Luanda, ao longo dos trajectos Vila de Viana-Congolenses, Zango-Vila de Viana, Benfica-Futungo, Futungo-Mutamba, Cacuo-Benfica e Mutamba-São Paulo apresentavam-se nos últimos dias, nas primeiras horas da manhã, com bastante gente desesperada por apanhar o transporte que as levasse aos locais de destino.

Branca Manuel estava na Mutamba há mais de 40 minutos à espera do táxi com destino ao São Paulo, sem saber das razões do atraso. Outra cidadã, Lucrecia Zacarias Manuel, vivia a mesma situação e desabafou à reportagem do Jornal de Angola: "somos as mais penalizadas porque não possuímos meios de transporte próprios", disse.

Soares Capitango, que normalmente apanha para ir ao trabalho um táxi do Grafanil até aos Congolenses e outro até ao Largo da Independência, caminhava a pé. Interpelado pelo Jornal de Angola, afirmou que os taxistas estão a fazer resistência para forçar o Governo Provincial de Luanda a criar as paragens específicas.

Gabriel Salomé, motorista, corroborou a afirmação de Soares Capitango e disse que encontra imensas dificuldades para desenvolver a sua actividade devido às paragens inexistentes e aos incómodos por parte dos agentes da polícia.

Explicou que não existe greve mas uma redução considerável do número de táxis em funcionamento.

O presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola, Geraldo Wanga, confirmou ao Jornal de Angola que não existe greve dos taxistas. Esclareceu que o município de Cacuo era o único com indícios de paralisação. "As pessoas tinham a ideia de uma paralisação da actividade de táxi em Cacuo, conforme se comentou ao longo da semana passada, mas a situação ficou resolvida numa reunião com todos os representantes de núcleos de taxistas", disse.

Geraldo Wanga lamentou o comportamento de alguns agentes reguladores de trânsito, afectos à Divisão de Cacuo, que, segundo disse, "insistem em importunar a actividade dos taxistas, mesmo com

as paragens que já foram definidas naquela localidade".

O responsável adiantou que a associação já interagiu com o comandante do Destacamento de Trânsito do município de Cacucó para a solução do problema.

"Alguns agentes insistem em fazer das suas, desobedecendo às orientações dos seus superiores hierárquicos e continuam a interferir no trabalho dos taxistas", lamentou Geraldo Wanga.

3.5 Zungueiras salvas dos bastões dos fiscais

Novo Jornal

Texto: António Paulo

Data: 10 De Março de 2017

Cerca de 50 mulheres empreendedoras, em Luanda, receberam, nesta segunda-feira, dia 6, certificados de formação de vendas e habilidades de negócios e cartões de sanidade, que as habilitam a ser vendedores ambulantes, após a conclusão da segunda fase do projecto «5BY 20», organizado pela Coca-Cola, em parceria com o Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU).

A formação de uma semana visou capacitar as mulheres de negócios em matérias de higiene no local de venda, empreendedorismo e habilidades de negócio. No final da sessão, as comerciantes foram agraciadas com um cartão de vendedor ambulante que oficializa assim a sua actividade comercial em Luanda.

A iniciativa visa salvaguardar a actividade da mulher angolana, sobretudo das famílias, de acordo com a ministra da Família e Promoção da Mulher, Filomena Delgado. A ministra garantiu que o seu ministério vai prosseguir com acções do género em todo o país, com vista a Empoderar as mulheres de negócios e "sobretudo" legalizar a actividade das mulheres zungueiras para "evitarem" problemas com os "fiscais".

Fazer negócios em paz

"O cartão ambulante significa que as zungueiras podem exercer a sua actividade livremente sem serem perseguidas pelos fiscais. Elas farão o seu negócio em paz e o fiscal que for apenado a prejudicar o trabalho de uma pessoa que estiver legalizada será punido pela administração", avisou a governante, garantindo estarem já criadas as condições para a convivência pacífica entre fiscais e comerciantes.

O projecto designado pôr «5 BY 20» é uma iniciativa da Coca-Cola e enquadra-se no âmbito do seu programa de responsabilidade social. O administrador da multinacional de refrigerantes, Manuel Sumbula, explicou que o programa já envolveu 756 mulheres, tendo cada uma delas recebido um kit de negócios da companhia, nas províncias de Luanda, Huambo, Benguela, Huíla e outras províncias do norte de Angola.

Check-up médico e vacinas

" O Projecto «5 BY 20» centra-se em ajudar as mulheres empreendedoras por toda a cadeia de valor Coca-Cola, desde produtoras agrícolas, fornecedores, distribuidores, retalhistas, empresas de reciclagem e artesãs para que possam superar os desafios e desenvolverem os seus próprios negócios, que é uma condição importante para o desenvolvimento das comunidades", sublinhou o responsável da Coca-Cola.

Manuel Sumbula aclarou que o projecto tem como missão o registo das mulheres no sector das Finanças, assegurar um cartão de vendedor ambulante (interface com o Ministério do comércio) e proporcionar um check-up médico e vacinas a todas estas trabalhadoras.

As vendedoras ambulantes congratularam-se com a iniciativa das duas instituições. Lembinha João Manuel, de 59 anos, e Teresa Domingos, de 39 anos, disseram à nossa reportagem que a formação é uma mais-valia para a sua actividade, tendo apelado a outras vendedoras para aderirem ao projecto.

3.6 Zungueiras são molestadas constantemente em Malanje, dizem organizações sociais

Jornal A Republica

Data: 10 De Março de 2017

Texto: Isaías Soares

A mulher zungueira, ou seja as vendedoras de rua, é considerada um símbolo do empreendedorismo, que todos os dias luta pela vida da família e leva o pão do dia a milhares de lares nas cidades, municípios, comunas e aldeias de Angola.

Neste Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, líderes políticos apontaram alguns dos maus-tratos e submissões porque passam todos os dias nas ruas de Malanje.

A secretária provincial da Liga da Mulher Angolana (LIMA), organização adstrita à UNITA, Rita Mateus

Júnior, apresenta o exemplo do dia-a-dia por essas paragens.

"Os agentes da corporação espancam e maltratam, alegando estarem autorizados pelo chefe do Governo local": diz Rita 'Mateus Júnior,

"Mesmo com a banheira na cabeça, o polícia está aí atrás dela, está aí a sacrificá-la, acho que esta província está sendo mal governada" disse, justificando que "um polícia quando diz que fui mandado assim pelo governador, eu não acredito, a não ser que este polícia está aí para estragar o trabalho do governador":

Os factos ocorrem diariamente, referiu a dirigente da LIMA, "sobretudo no mercado municipal, onde há duas semanas encontrei uma zungueira a ser surrada, tentei intervir, mas praticamente não fui ouvida"

As mulheres zungueiras, que têm como pontos para os negócios a Rua do Comércio ou Enes, começam, no entanto, a serem poupadas pelas autoridades policiais porque faltam poucos meses para as próximas eleições gerais, a caça ao voto deu nova dignidade.

A secretária provincial da UMERS, União das Mulheres de Renovação Social, Filomena Joaquim Baião, disse que a situação não está para menos.

"Ternos as áreas onde as mulheres tentam' sentar para fazer os negócios, a polícia vai aos chutes com as senhoras, porretes, batem as senhoras que caem com as suas banheiras, grávidas e com crianças': lembrou.

Baião lamentou o avançado estado de degradação das estradas dos bairros. As senhoras não conseguem ficar a vontade, vai para o arreiô (mercado de rua) vender, se chover não consegue passar porque está cheia de buraco disse.

Entretanto, aquela dirigente feminina advertiu: "as zungueiras agora só estão a ser acariciadas e acarinhadas porque as eleições estão a aproximar-se mas quando passarem as eleições vão ser de novo abandonadas', denunciou.

3.7 A vida também se escreve nas traseiras de um candongueiro

Novo Jornal

17 De Março de 2017

Texto: Ricardo Bordalo

Há uma ideia que acompanha, dia após dia, todos os motoristas de candongueiro em Luanda, tão fixa na sua mente como a necessidade de metro a metro ir

furando o trânsito até ao próximo passageiro, até à próxima paragem: a certeza de que por cada quilómetro corrido estão um quilómetro mais perto do sonho de serem donos do carro que conduzem.

Que o diga Emerson José, que, ao fim de 11 anos passados quase ininterruptamente dentro de um táxi, primeiro como cobrador, depois como motorista, conseguiu comprar o seu carro e hoje, aos 29 anos, é patrão de si próprio e di-lo com o orgulho de quem deu corpo a um sonho antigo: "As horas de trabalho são as mesmas, mas agora passo a minha vida dentro do meu carro e não a trabalhar para outros".

Um dia, Kila 90, de 32 anos, os últimos seis passados a conduzir um táxi 12 horas por dia e quase sem descanso, também quer dizer o mesmo' que Emerson José, quando puder sentar-se ao volante do seu táxi, porque é esse momento que vai justificar aguentar as permanentes dores nas costas, o stresse constante e as poeiras que a estrada lhe atira à cara no corre-corre com que vai desenhando o mapa que o conduzirá à condição de proprietário do seu táxi.

Pois será então o dia em que a frase, ou a "dica" que carrega nas traseiras do seu táxi, O famoso candongueiro, para os menos familiarizados com Luanda, fará sentido inteiro: "Aqui vocês perdem rede".

Frase que o próprio explica como sendo um aviso à navegação de que ali segue um motorista de táxi determinado a conseguir os seus objetivos, deixando quem vai atrás sem rede, sem, rumo, sem saberem para que lado fica o Norte.

Kila 90, nome de guerra de Cláudio Raimundo, como quase todos os taxistas de Luanda, faz parte de uma "staff. A dele é a "De Pasta", onde estão também Voy Voador, Jack, Fumo no Ar, Pedra Tubeiro ou, entre outros, André Fumo, com quem o Novo Jornal falou durante a hora do almoço, na rua G, no Bairro do Palanca, onde os membros usufruem de hora e meia para retemperar forças antes de regressarem ao asfalto... e, por vezes, aos atalhos poeirentos.

Como um "refrão" está para as canções, a afirmação das dificuldades ou o desejo de ver cumprido o seu objectivo de serem donos do seu próprio táxi, está para a vida destes homens, cuja profissão é tão dura que "só faz sentido se for para cumprir um sonho Mensagens As "dicas" nas palas explicam quase tudo.

Nas traseiras dos candongueiros podem-se ler verdadeiras pérolas de humor, tiradas sarcásticas, avisos às outras "staífs" apenas traduzidas por quem está no meio,' ou afirmações com grande significado para quem segue ao volante.

Kila 90 optou por escrever na parte de trás da sua viatura "Aqui vocês perdem rede", que é como quem diz, face ao carro que conduz, "a concorrência fica à toa, sem rede, sem saber para que lado é o Norte". "Tou a te confundir?", Outra das dicas mais comuns, nas suas múltiplas variações, encontradas nos candongueiros de Luanda, o sarcasmo sobressai e têm um destinatário mais óbvio, por que se dirige a quem se surpreende com o sucesso ou as conquistas de quem vai ao volante daquele táxi.

Mas há aqueles que optam por dar conselhos, como Adriano, que pergunta se "alguém duvida que faz mal beber sem comer", e di-lo nas traseiras do seu táxi: "tá bebe, tá come", com a pergunta em letras garrafais no pára-brisas "Tens Dúvida?".

Outras, porém, são manifestos do triunfo pessoal do taxista, manifestações de fé com agradecimentos a Deus ou a Cristo pelo que conseguiu alcançar, garantindo outros que "a inveja fica na paragem" ou ainda manifestações simples de alegria como esta: "Hoje estou feliz!".

"Nestas frases comunicamos o que sentimos ou consideramos importante. Há quem só escreva coisas para se divertir, quem envie recados às outras staff 's, ou quem deixe avisos aos vizinhos. Os nossos táxis somos nós resume Jack, da "staff" De Pasta

Que se deseje muito", vinca Kila 90 em palavras bem medidas.

O fiel Hiace

O sonho de quase todos os taxistas que ainda não são patrões de si próprios tem um nome, chama-se Toyota Hiace, o carro preferido de quem passa a vida ao volante. Mas nem sempre é possível cumprir os sonhos por inteiro, como bem sabe Emerson José, que optou pelo que era possível comprar um Foton, de fabrico chinês, muito mais em conta, muito menos fiável, garantindo muito menos tempo sobre a estrada.

Por dia, estes homens fazem entre 12 a 15 horas de trabalho e muitos admitem, como "Conta Kila 90, com consequências graves para a sua saúde, sejam as dores de costas, "por vezes insuportáveis", os problemas nos pulmões "por causa da poluição e das poeiras" ou o risco de acidentes, lembra Jack, ou com consequências ainda mais graves "quando a isto tudo se junta a má alimentação", como sublinhou voy Voador, todos do "staff" De Pasta, que é como quem diz a equipa do kumbu, do dinheiro...

Muito trabalho, pouco kumbu Para aqueles que ainda não conseguiram amealhar o suficiente para a compra de um carro, as 12 horas de trabalho, em mé- dia,

diárias, permitem ao fim do dia contar como seu entre seis a oito mil kwanzas, porque o dinheiro do patrão tem de ser feito - cerca de 15 mil kwanzas - depois é preciso encher 9 depósitos e só o que sobra é dividido pelo motorista e pelo cobrador.

É perante esta realidade que Kila 90, em tom de lamento, lembra que "todos desejam essa conquista, cumprir o sonho de ter carro próprio, mas poucos são aqueles que lá chegam".

Jack nota que nem sempre foi tão difícil, porque, até 2010, conseguir "essa conquista" era "menos custoso", tendo em conta que se podia importar carros com alguns anos, e não como impõe a actual legislação, perante a qual as importações de veículos só são possíveis se estes tiverem até três anos, o que veio transformar quase numa impossibilidade "fazer verdade o sonho" de conduzir um táxi próprio. Por detrás da aventura diária e tumultuosa de conduzir um "candongueiro" pelas estradas de Luanda, quase sempre, como bem sabem Kila 90 e os seus "compagnons de route", perante a incompreensão dos restantes condutores, alheios à condição daqueles homens que furam o trânsito para, literalmente, furarem o caminho que os pode levar ao sonho de conduzirem o seu próprio carro, estão outras tantas vidas desfeitas pela doença e pelo stresse, bem como famílias, filhos e mulheres, que reclamam a sua "presença tantas vezes adiada".

E é por isso, ou também por isso, que há quem deixe bem visível a "dica" na pala do carro que conduz, onde avisa que "ignoro todos enchi dores", que tanto podem ser aqueles colegas de profissão que têm a mania que são melhores que Bebo, um motorista da "staff" Red Cola, mas também aqueles que, dentro dos seus "carrões" se acham superiores a quem "bumba" 12 horas por dia sobre o escaldante asfalto da cidade de Luanda.

3.8 Combustível é desviado para o mercado paralelo

Jornal Manchete

17 De Março de 2017

Pelo menos 15 suspeitos estão desde a passada sexta-feira detidos pelo Comando Municipal da Polícia da Huila, por alegado envolvimento no desvio de mais de um milhão e 800 mil litros de combustível que se destinava à PRODEL- Empresa Pública de Distribuição de Energia De acordo com fontes do Manchete, entre os indiciados encontram-se também altos responsáveis do Serviço de Investigação Criminal (SIC) da província, nomeadamente o

superintendente chefe Alberto Suana e o seu adjunto da mesma patente, Abel Tchombinda.

O chefe das operações do mesmo órgão, Adão António também está entre as figuras apontadas como estando na origem do descaminho de elevadas quantidades de combustível a partir dos pontos de transportação do produto dos portos do Namibe e do Lobito (província de Benguela).

os últimos dois meses combustível desviado para mercado paralelo, avança ainda a nossa fonte, terá rendido aos supostos infractores cerca de 300 milhões de Kwanzas.

O fornecimento da energia eléctrica na província da Huíla depende da barragem Hidrelétrica da Matala que se debate com o baixo caudal do rio Cunene, mas também de fontes alternativas, estas porém, afectadas por falta de combustível.

A PRODEL praticamente não tem encontrado nos últimos dias soluções para evitar o apagão que invariavelmente se apodera da cidade do Lubango e arredores devido ao irregular fornecimento de combustível para os grupos geradores.

"Já estamos habituados aos constantes e arrepiantes cortes de energia. Mas quando se sabe que há pessoas envolvidas nesta desgraça nada mais queremos senão pedir justiça", disse ao nosso jornal um antigo habitante da cidade capital da província da Huíla, acrescentando que os constantes cortes de energia perturbam a vida dos cidadãos e também da produtividade das empresas.

DÓLARES NÃO CHEGAM AO INTERIOR

A constante injeção de cambiais destinadas às operações das empresas importadoras parece apenas beneficiar os empresários de Luanda.

Ao que tudo indica, o instrutivo do Banco Nacional de Angola (BNA) visando a cabimentação de divisas para as empresas do sector privado ainda não encontrou eco nas províncias com exceção da capital.

O BNA instruiu há cerca de dois meses aos governos provinciais para a escolha de três empresas importadoras para cada sector de actividade com o objectivo de beneficiarem de divisas para as suas operações como a importação de medicamentos, comércio, indústria, e agricultura, mas por inércia dos respectivos governos provinciais a medida não está a ser implementada.

Com esta iniciativa, o BNA pretende que os recursos financeiros alocados para a importação de bens que o país não produz não fiquem apenas em Luanda.

Empresários que conhecem esse dossiê disseram a este jornal que o que se está a passar não deixa de ser uma discriminação vergonhosa que tende a ofuscar o desempenho da actividade empresarial nas províncias.

"O Banco Central quase todas as semanas anuncia a venda de divisas (sobretudo dólares e euros) aos bancos comerciais mas estas nunca contemplam os investidores do interior. Estamos a ser marginalizados", denunciou, dando o exemplo da província da Huíla onde o governo provincial ainda nada disse à classe sobre o instrutivo do BNA no sentido de serem seleccionadas aquelas empresas que reúnam requisitos para arcar com as importações dos bens que fazem falta à população.

3.9 Governador do Namibe auscultava os vendedores

Jornal de Angola
20 De Março de 2017

O governador da província do Namibe, Rui Falcão, inteirou-se na semana finda, no município de Moçâmedes, dos principais problemas que afligem os mais de mil vendedores do mercado 5 de Abril.

No encontro denominado "O governador e as comunidades", os vendedores apresentaram como principais preocupações a falta de policiamento dentro e fora do recinto, maior controlo dos fiscais da Administração Municipal, energia eléctrica, água, melhoria da via de acesso e aumento de espaço para as vendas.

Os vendedores levantaram ainda a questão da concorrência desleal entre os armazéns grossistas e retalhistas junto do mercado, criando assim alguns transtornos nos vendedores que fazem a venda de produtos alimentares.

As mulheres pediram a construção, junto do recinto, de uma creche para acomodação dos seus filhos e aumento de salas de aula, não só para a alfabetização, mas também para aquelas crianças que se encontram em recuperação.

Em resposta, o governante disse que alguns problemas poderão ser resolvidos de imediato, como a política de venda a grosso e a retalho, fornecimento de energia eléctrica e água e outros serviços sociais, como escolas e creches. Rui Falcão aconselhou a Administração Municipal a controlar melhor o trabalho dos fiscais, para que haja uma melhor colaboração com os vendedores e assim arrecadar-se receitas, que permitirão melhorar as condições do mercado.

"A nível das escolas, o que temos projetado é a construção de campos polivalentes para a prática desportiva dos nossos alunos e estudantes", acrescentou.

No final, Rui Falcão mostrou-se satisfeito com o nível de organização e disciplina dos vendedores deste mercado, tendo apelado a continuarem a trabalhar com o Governo Provincial.

Encontros do género já foram efectuados nos bairros Valódia e Cassange, no município do Virrei, Camucuio, Bibala e Tômbwa.

3.10 Aval aposta em cooperativa agrícola

Jornal O País

Texto: Domingos Bento

Data: 24 De Março de 2017

Os objectivos da criação da primeira cooperativa agrícola param zungueiros foram apresentados ontem, em Luanda, por José Cassoma, presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes de Luanda (AVAL).

Segundo o responsável, com a iniciativa, pretende-se retirar dezenas de jovens provenientes das províncias de Benguela, Bié e Huambo que exercem a venda ambulante na cidade capital do país. Inicialmente, serão seleccionados 35 jovens que serão submetidos a um processo de formação na área agrícola e posteriormente integrados no projecto agrícola denominado "Katy Katemo", a ser criado no município do Cubal, província de Benguela.

De acordo com José Cassoma, a escolha recaiu aos jovens da Zona Sul pelo facto de, por um lado, o projecto estar a nascer na província de Benguela, e, por outro, porque a maior parte dos vendedores ambulantes que operam em Luanda são provenientes do Sul do país, com realce para Bié, Huambo, Benguela e Huíla.

"Mais do que oferecer uma oportunidade para mudarem as suas vidas, queremos, com o projecto, devolver os jovens às suas terras de origens. Ao invés de virem a Luanda passar por vicissitudes para sobreviverem, vão trabalhar condignamente junto às suas famílias. É, na verdade uma vida nova para estes jovens", rematou.

Segundo ainda José Cassoma, a actividade da cooperativa vai promover a diminuição do fluxo de vendedores ambulantes nas ruas de Luanda, um problema cuja solução, em seu entender, não passa

pela tortura e apreensão dos produtos, como se tem visto. "O problema da zunga é a fome. As pessoas têm fome. E a fome não se adia. E, na falta de alternativa, as pessoas vão às ruas. Se queremos acabar com o fenómeno zunga precisamos de fazer alguma coisa útil na vida destas pessoas. Criar leis e espancar os zungueiros não vai resolver o problema",

No entanto, O' presidente da AVAL, que não revelou o valor orçamental aplicado no projecto da cooperativa, referiu que numa primeira fase serão integrados 35 jovens que serão seleccionados através de um processo de avaliação que terá em conta, fundamentalmente' a idade dos candidatos, que deve ser superior a 18 anos. Posteriormente, consoante as necessidades, outros vendedores ambulantes serão integrados de forma faseada. "Numa altura em que as conversas todas giram à volta da diversificação das fontes de rendimento, a nossa ajuda para as famílias é esta. Oferecer um espaço onde pais e mães terão a oportunidade de plantarem diversos tipos de culturas e delas tirarem os seus rendimentos", revelou.

Questionado sobre o destino que será dado aos produtos cultivados na cooperativa, José Cassoma respondeu que já há contactos feitos com diversas unidades comerciais a nível da província de Benguela. "Devido às limitações, teremos capacidades de vender apenas em Benguela. Posteriormente poderão escoar a outros mercados".

Quota é conversa

Por outro lado, o presidente da AVAL aproveitou a oportunidade para desmentir as acusações que sobre si pesam sobre uma alegada cobrança irregular de quotas aos zungueiros, cujos valores não se ajustam ao nível de vida dos mesmos. De acordo com José Cassoma, desde que foi criada, em 2012, a direcção da Associação dos Vendedores Ambulantes de Luanda nunca cobrou valor algum aos seus associados.

Conforme revelou, todas as acções e programas desenvolvidos pela AVAL são suportados por fundos próprios, que são insuficientes para atender às necessidades dos associados, cuja maioria enfrenta sérios problemas sociais.

"A questão da quota é conversa.

Saiam à rua e perguntem se há algum zungueiro que já tenha pago algum valor à AVAL. Não encontrarão ninguém. Isso garanto-vos. E digo mais, somos nós, com os nossos fundos próprios, que conseguimos apoiar os zungueiros. Até as suas famílias apoiamos, por solidariedade. Fazemos isso pela dor que nos

move de ver essa classe da sociedade desprezada como se não tivesse vida", lamentou.

Até ao momento, a AVAL conta com 3 mil associados.

3.1.1 Associação dos Taxistas é o principal cúmplice do mal-estar entre o MPLA e os associados da ATL

Jornal Visão

31 De Março de 2017

Texto: Caxala Neto

Tudo começou quando por volta das 16 horas de segunda-feira, 27 de Março, o governante entendeu ausentar-se do seu gabinete para tentar descansar em casa.

Os taxistas bloquearam o carro do administrador, o que pareceu uma autêntica falta de cultura de comunicação entre a direcção da Associação de Taxistas de Luanda e seus associados. O carro levou pontapés e foram postas algumas pedras de baixo dos pneus, mas sem causar danos.

O comportamento e conduta indecorosa dos taxistas obrigou o MPLA efectuar os pagamentos dos ordenados devidos na mesma noite de segunda-feira, por intermédio da direcção central e provincial de Luanda do partido.

Os mais de 100 indivíduos que tentaram agredir o Administrador Adjunto do Kilamba Kiaxi não foram detidos pela polícia, já que o comandante municipal e seus adjuntos das esquadras envidaram esforços para repor a ordem e circulação normal do Administrador. Mas noutros pontos de Luanda, segundo informações postas a circular, alguns taxistas foram detidos pela Polícia Nacional na sequência de uma greve que resultou em agressões e destruição de vários bens.

O jornal Visão contactou o porta-voz e director do gabinete comunicação institucional e imprensa do MININT de Luanda, mas este não teceu qualquer informações sobre o assunto.

O corpo dos serviços de intervenção criminal do município, apareceu também no terreno para repor a ordem e tranquilidade.

Depois de conversações entre a polícia e os taxistas estancou-se a confusão. Só horas depois, o MPLA repôs a legalidade e efectuando assim os respectivos pagamentos dos 25.000.00Akz para cada taxista.

3.1.2 Fiscais do município de Kilamba Kiaxi acusados de marginais

Jornal Liberdade

31 De Março de 2017

Texto: Pascoal Zua

Os fiscais afectos ao município do Kilamba Kiaxi, dirigida por Albina Guilhermina Luísa estão ser acusados pelos populares, pelo facto, de estarem perseguir vendedores ambulantes que exercem vendas nas circundas do super mercado nosso super, em horas fora de expedientes normais.

Durante a nossa permanência naquela localidade, manifestaram desejo em marchar contra a administração local, que os mesmos acusam de a sua responsável, estar apenas preocupada com coisas menos importantes, deixando mulheres iguais serem vaiadas por elementos que se manifestam de machistas.

"Sendo mulher deveria estar a defesa do género e não permitir que os homens continuam a violar os nossos direitos, afinal aonde está a dignidade da mulher se nós próprias que lutamos para o equilíbrio na Classe ainda ajudamos mais que os homens assumem o lugar que desejamos", desabafou um vendedor ambulante, visivelmente bem esclarecida. De acordo com os munícipes, o horário da função pública, começa das 8 horas às 15, mas no entanto, os funcionários da referida instituição trabalha, correndo atrás dos comerciantes ambulantes, fora do quadro normal do trabalho.

Na ocasião, Madalena Ernesto, a nossa primeira interlocutora na referida localidade em referência, manifestou que recentemente, elementos identificados como sendo da fiscalização daquela urbe, receberam o seu negócio avaliado em 50 mil kwanzas, tendo de seguida introduzidos numa casa adjacente ao local de vendas onde dividiram os seus produtos.

A mesma fonte implora as autoridades da administração municipal do Kilamba Kiaxi, no sentido de averiguar os casos em referência. Uma vez que muitos jovens se fazem passar de fiscais no intuito de prejudicar as famílias que enfrentam momentos menos bons.

"Têm é que nos explicar se qual é na verdade o horário estabelecido para a função pública em Angola. Senão no caso podemos considerar que o próprio Estado tem estado a violar os direitos dos cidadãos ao trabalharem fora da hora que é 15 horas", solicitou esclarecimento, a vendedora Madalena Ernesto, visivelmente revoltosa.

Já para Manuela Rita jovem de 25 anos, que se diz também ser uma das vítimas dos supostos fiscais, disse a nossa reportagem que, tendo em conta o maltrato sofrido às mãos dos referidos elementos afectos a administração em causa referiu que este assunto deve ser bem esclarecido no sentido de se evitar envolvimento de marginais tal como têm sido nos últimos dias.

A nossa interlocutora, salientou acrescentando que, os supostos indivíduos pertencentes a administração municipal do Kilamba Kiaxi; trabalham em varias ocasiões com os afectos à Polícia Nacional, destacados nas circundas do Nosso Super do Golfe II.

"Estes elementos são marginais"; acusou, sustentando que os seus produtos quando apreendidos, os mesmos disfarçam levar as coisas para uma viatura mas depois acabam levando para uma residência de algumas pessoas de confiança onde chegam mesmo dividir os produtos furtados.

Mormente, os comerciantes ambulantes, admitiram mesmo que caso as autoridades municipais da referida circunscção não chega a tomar medidas que visam desencorajar os referidos prevaricadores, tal como os consideraram poderão marchar junto as instalações onde funciona a referida administração. "Estes elementos são gatunos.

Não se pode entender como é que possível fiscal que fica todo dia atrás de senhoras volta e meia aparece novamente nas horas de noite correr as pessoas mesmo não sendo tempo de expediente só com o intuito de receber os nossos produtos"; disse.

Todavia, a nossa reportagem abordou elementos identificado como fiscal da administração, tendo garantido mesmo que o trabalho ali efectuado nas horas nocturnas são orientações recebidas por autoridades da administração local.

O nosso interlocutor, que não precisou dizer o seu nome, muito menos quem manda a operação naquele instante que não é de expediente, referiu que administração conhece a existência dos seus trabalhadores naquela circunscção.

3.13 Mercado do Catinton abastece Luanda com produtos hortícolas em quantidade

Jornal Economia e Finanças

31 De Março de 2017

Texto: Regina Handa

A couve, tomate amassado, cenoura e outros legumes, estão espalhados pelo chão a ostra r os resquícios de um negócio com muita procura no "Catinton", o mercado a céu aberto, situado no bairro do Gamek. Os clientes vêem várias bancadas carregadas de verduras e frutas, provenientes do Cuanza Sul, Huambo e Benguela, graças à melhoria que se regista nas vias de circulação rodoviária.

Rosaria Gomes mora no Cassenda. Aos sábados são os dias em que vai ao mercado fazer compras para a casa. A distância não lhe impede de se deslocar frequentemente ao local que já é bastante concorrido. Ela e demais frequentadoras do "Catinton", não buscam outras alternativas, senão elegerem-no como o local para as compras.

Mais vale apenas este esforço porque compensa o bolso e permite comprar mais produtos para assegurar a casa durante o mês, com a valência de serem essencialmente bens do campo ainda frescos e com mais qualidade e sanidade aceitável.

Fornecedores

Além do Cuanza Sul, Benguela e Huambo, os outros produtos provêm das províncias do Bié, Huíla, Cuanza Norte, Malanje, Uíge e outros pontos do país, onde a produção agrícola é bastante intensa.

O mercado do "Catinton" tornou-se em poucos anos um local de referência para o comércio de verduras, principalmente, para os retalhistas, grossistas e abastece igualmente os supermercados e restaurantes da cidade de Luanda. Lá vende-se a grosso produtos muito consumidos como a batata rena e doce, couve, cenoura, repolho e tomate.

Início da actividade

A venda começa logo cedo: às 5h00 da manhã. Os comerciantes marcam presença no mercado para a aquisição da verdura transportada por camiões de pequeno porte.

No interior há controladores de camiões, como Berto Sousa. Ele disse que por dia são transportadas para o local, acima de 100 toneladas de verduras, oriundas das fazendas e campos agrícolas do interior. Diariamente, o mercado recebe mais de 25 toneladas de hortaliças carregadas em camiões com capacidade de cinco toneladas cada.

Os alimentos chegam ao mercado embalados em caixas e sacos de 50 quilogramas. Para a entrada de camiões no espaço comercial, o motorista paga uma taxa que varia entre os 500 e os mil kwanzas, se for carrinha ou camião.

Francisco Kananga é motorista há algum tempo. Transporta no seu camião (de quatro toneladas) couve, cenoura e batata. Segundo o motorista, os produtos trazidos para Luanda vêm previamente encomendados pelos vendedores da praça. A entrega dos produtos se em função de um contrato entre as vendedoras e os donos das fazendas.

Em relação aos preços de determinadas mercadorias, a reportagem do JÉ fez uma radiografia do local no passado fim-de-semana e constatou que o balde de batata rena custa em kwanza, 2.000, batata doce 1.500, tomate 1.000, alface 200, banana 400, banana pão 500, cebola 1.500, fuba de bombó 80, fuba de milho 100, feijão 200, mandioca 70, pimento 100 e cenoura 100 kz. Apesar do momento apertado, os preços estão ainda ao alcance de todos. A procura sobe todos os dias. Prova disso, assiste-se na praça a um aglomerado de gente entre senhoras e senhores. Levar a casa os bens de primeira necessidade é sempre o objectivo.

Maria Catarina sorridente diz que levou pouco dinheiro ao mercado, mas deu para comprar o suficiente para aguentar alguns dias.

3.14 Mercado vai ser regulado com a entrada da nova lei

Jornal Economia e Finanças

31 De Março de 2017

Texto: Mateus Cavumbo

O director geral do Iprec, António da Cruz Lima, considera que, apesar de se verificar uma variação, os preços das principais mercadorias da cesta básica

estão estabilizados, e atingiram outra vez os níveis de 2015.

A crise económica e financeira que o país vive é um pretexto para a subida de preços no mercado nacional?

As crises não fazem subir preços, pelo contrário, devem baixar.

Mas aqui no país acontece ao contrário?

Num primeiro momento, uma crise trás a subida de preços por uma alta de escassez. Num segundo momento, como ninguém tem nada para comprar porque estamos em crise, então, os preços tendem a encontrar novos equilíbrios. Por isso é que nos outros países, o preço da moeda e da gasolina hora desce hora sobe. E nós temos que nos habituar a estes momentos de variação de preços. O que interessa fazer subir os preços e depois não ter ninguém para comprar o produto? Tem alguma graça fazer apodrecer a cebola no seu supermercado porque não quer fazer saldos?

Mas, então, qual é de fado o papel do Iprec?

O Instituto de Preços e Concorrência (IPREC) é novo, cuja transformação ocorreu em 2015, uma vez que antes funcionava como um gabinete.

Vamos nos estruturar para acompanhar melhor os preços dos produtos, quer a nível de Luanda, quer a nível das províncias, onde reside a maior dificuldade.

Em princípio cobrimos todos os pontos essenciais, mas nunca é demais esclarecer que vivemos numa República que constitucionalmente defende a economia de mercado e garante a livre iniciativa económica dos cidadãos. Essa organização económica e liberal em modalidade concorrencial deve também estar regulada por lei, tal que qualquer outra norma que limite ou coarctar esses direitos fundamentais deve também emanar da própria Assembleia Nacional e revestir, igualmente, a forma de lei. Daí estarmos ansiosos e expectantes na aprovação, em breve, da Lei da Concorrência e da Lei do Sistema Nacional de Preços, como instrumentos poderosos na normalização da actividade económica e combate à inflação. As leis vão salvaguardar e proteger pela via dos preços, o consumo de bens, serviços e medicamentos essenciais, até que uma conjuntura económica de perfeita concorrência comercial nos dispense de fazê-lo.

Que avaliação faz sobre o comportamento dos preços de diferentes mercadorias no I trimestre deste ano?

Relativamente ao último trimestre de 2016, e no que

se refere unicamente ao leque de produtos de preços vigiados, podemos atestar que houve o registo de uma certa estabilidade de preços e mesmo uma baixa em determinados produtos, no período de Janeiro a Março de 2017, sendo que aquelas subidas do trimestre anterior podem ter sido consequência de um efeito normal de aquecimento do mercado em épocas festivas.

No entanto, é pertinente apontar que os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) revelam um movimento contrário à tendência por si mencionada, o que deve-se a movimentos extraordinários verificados nas categorias de alimentos e bebidas não alcoólicas e bens e serviços ligados à educação, vestuário, ensino e serviços. De facto, em Janeiro com certeza cresceu a população estudantil no país e alguns menores tiveram acesso à primeira bata, calçado, lápis, ou caderno que foram captados no índice de preços como subida por aumento da procura.

Fevereiro e Março são propensos a subidas em outros serviços, atendendo às efemérides ligadas aos nubentes e à mulher muito comemoradas no nosso país. Apesar de se verificar uma alta aqui e acolá, mas os preços estão estabilizados. Os preços estão outra vez a nível de 2015, apesar de terem subido bastante em 2016, e depois regularizada. Houve uma nivelção de preços.

Há uma base sustentada para se aferir a subida ou descida dos bens de primeira necessidade?

Existe sim. O Iprec realiza pesquisa de preços nas diferentes categorias e acompanha "in loco", em todo o território, o desempenho dos bens em regime de preços vigiados. As nossas pesquisas são diárias e consistentes, visando induzir o redireccionamento da procura para a oferta nascente no mercado interno de bens primários de utilidade básica.

Por que razão ainda assiste-se elevados os preços de alguns produtos nacionais?

Os produtos nacionais são alguns caros, porque os bens importados beneficiam de subvenção fiscal, quando entram pelo Porto não pagam as taxas aduaneiras, e eventualmente, esta ajuda que o Estado está a dar ao importador não se beneficia o produtor. É algo que se deve verificar caso a caso. Se existir isso, então temos que ajustar os custos internos ou na presença de dumping taxar os produtos importados, mas isso é tarefa da Administração Geral Tributária (AGT).

Há uma base única de preços fixados em cada sector de actividade para as categorias do produtor, do grossista e retalhista?

Não existe tal determinação, mas um apuramento constante. A propósito disso, os preços são fixados para aqueles produtos que forem considerados de bastante impacto social, ou tenham uma importância estratégica, cultural, idiossincrática para o desenvolvimento económico e social e, por isso, tais preços são estabelecidos por lei.

Por que razão os eventos culturais constam na categoria de preços livres?

Pelos motivos mencionados anteriormente, os bens e serviços de arte plástica, criação artística, invenções e qualquer produção intelectual, científica e técnica estão obrigatoriamente inseridos no regime de preços livres, pois não são considerados de uso massivo ou essencial para as necessidades básicas humanas, disposto em pirâmide por Maslow.

Sendo o Ministério das Finanças o órgão governamental que trata da regulação e fiscalização dos preços no mercado nacional, como encara os tais preços de espectáculos e outros eventos culturais e desportivos realizados no mercado nacional?

Ao Ministério das Finanças e mais especificamente ao Instituto de Preços e Concorrência (IPREC), competem as funções de coordenação da consistência da política de rendimentos e preços, assim como a gestão das políticas de regulação do mercado e de defesa da concorrência. Como sabe, a condução da política macroeconómica baseia-se em componentes reais, fiscais, monetárias, cambiais, comerciais e de rendimentos e preços. Assim sendo, as bases gerais para a organização do Sistema Nacional de Preços, aprovadas pelo Decreto Presidencial nº 206/11, de 29 de Julho, classificam obrigatoriamente no regime de preços livres, os produtos e serviços de arte plástica, a criação artística, as invenções e qualquer produção intelectual, científica e técnica. Nesse contexto, os preços dos ingressos a eventos culturais ou desportivos têm disposição livre e obedecem a critérios próprios de formação de preços, mas devem obedecer às normas de reconhecimento de custos e a valorimetria dos mesmos custos na formação de tais preços.

Os organizadores, de eventos têm pago ao Ministério das Finanças as taxas devidas e como se processa?

Como é de conhecimento geral, a obrigatoriedade de liquidação de impostos e as respectivas penalizações por incumprimento decorre da lei. Entretanto, tal informação pode ser obtida com maior precisão junto da Administração Geral Tributária (AGT), que é o ente público responsável pela arrecadação de impostos e outras contribuições fiscais, tarefa que

também pode ser delegada a outras entidades administrativas locais.

Qual é a diferença entre os preços vigiados e os preços livres?

Nos termos da legislação em vigor, o Regime de Preços Vigiados decorrem da necessidade de se corrigir distorções na formação de preços de certos bens e serviços de carácter essencial e consumo generalizado, cuja produção e comercialização processam-se em mercados não concorrenciais e imperfeitos, para os quais o Estado deve definir balizas de movimentação ou preços de referência. A alteração desses preços carece de justificação fundamentada ao Ministério das Finanças. Além disso, para tais bens e serviços, a legislação prevê uma margem de comercialização de 20 por cento para cada categoria interveniente.

Por sua vez, o Regime de Preços Livres resulta da implementação de um contexto de economia de mercado em que se promove a livre iniciativa económica e a permanente concorrência, pelo que esses preços são formados com base em condições de oferta e procura existentes no mercado. São considerados bens e serviços inerentes a este regime todos os que não constam das listas de produtos de Preços Fixados e Vigiados.

Na categoria de preços livres, o Estado não controla e não tem nenhuma autoridade para impor à sua regulação? Se sim, quais são medidas tomadas pelas entidades fiscalizadoras sobre especulação de preços?

Não obstante não haver parâmetros específicas de formação dos preços livres, existe a obrigatoriedade de cumprimento dos critérios de valorimetria plasmados no Plano Geral de Contabilidade e tais preços não são abusivamente livres, uma vez que a definição aleatória das margens de lucro e os actos especulativos são regulados pela legislação penal em vigor.

Tem números sobre as penalizações ocorridas?

Sendo o Iprec o órgão fiscalizador dos preços no que concerne a penalizações administrativas e não estando ainda concluída a sua estruturação interna, em especial o Conselho Directivo e o Fiscal completamente nomeados, as condições do exercício do seu poder de supervisão e sancionatório não se verificam de momento.

No entanto, havendo violação de lei, as entidades de investigação económica ou criminal do Ministério do Interior e as de Inspeção Comercial são organismos competentes para actuar.

Que critérios foram usados para se chegar a conclusão que há uma ligeira melhoria no mercado em função da referência dos produtos em regime de preços vigiados?

O Preço de Referência dos produtos em Regime de Preços Vigiados representa o preço em condições óptimas ou com o mínimo de distorções possíveis. (Apagado possíveis), mas eles não nos levam a conclusão que há uma melhoria de preços no mercado, ao ser uma referência de condições. Podemos considerá-los como preços de eficiência ou preços de equilíbrio de mercado nas condições actuais de competitividade, em que o preço do mercado está associado às falhas do mesmo e já as considera.

Quem faz e como foram elaborados os estudos que definem as estruturas de custo dos produtos vigiados?

Os estudos que definem a estrutura dos Preços de Referência são feitos pelo Iprec com base em observações, entrevistas com os operadores dos mercados, reuniões com os reguladores sectoriais, supervisores aduaneiros, comerciais e bancários, assim como transportadores, armazenistas, auditores e contabilistas.

Tal ajuda-nos a certificar o levantamento de dados das despesas e transacções efectivadas nas diferentes categorias de actividade.

São apenas considerados os custos formais que representam as despesas efectivas de transacção dos produtos, expurgado de multas, sobretaxas e demais irregularidades que podiam encarecer ainda mais os produtos.

Neste momento, os preços dos produtos vigiados estão subsidiados. Estamos a trabalhar numa orientação presidencial para otimizar estes subsídios e não zerar. E em outros casos em que for possível decidir-se-á acabar com o subsídio.

Quer dizer que na categoria de retalhista, o comerciante determina o preço do seu bem de forma aleatória, sem que obedeça as normas definidas pelas autoridades afins?

Nem pensar. Vejo que não fala de preços fixados, mas na obtenção do preço do produtor e do preço CIF são contactados vários produtores e importadores, assim como são consultados operadores de bolsas de commodities ou grandes exportadores internacionais para termos uma base de constituição dos preços no grossista e no retalhista. Aliás, e além disso, a simples observação das licenças do Ministério de Comércio, do Licenciamento de

Divisas do Banco Nacional de Angola e os Documentos Únicos aduaneiros da AGT permite-nos apurar grandezas de preços e respectivas medidas.

Os preços dos frescos praticados por alguns comerciantes têm preocupado os consumidores, sobretudo 05 peixes e carnes. Tem havido aconselhamento na fase da formação de preços desta categoria?

Tem havido sim. O Iprec reúne com os principais comerciantes de alimentos e deixa sempre uma mensagem de ética, responsabilidade social e parceria na luta contra os males que assolam o poder de compra dos consumidores, em especial a luta contra a inflação, que é tão-somente a taxa de crescimento dos preços.

Em relação à futura lei da concorrência a ser aprovada, haverá mudanças substanciais?

Sim, algumas práticas vão ser consideradas proibidas e ilegais, nomeadamente, prática de concentração económica e de concertação de preços, práticas de exclusividade da oferta de alguns bens e serviços, práticas proteccionistas, sejam elas de promoção estatal ou privada. É uma lei que virá para o bem.

Como avalia os preços praticados no sector da hotelaria, turismo e serviços similares?

Eles constam no regime de preços livres, cuja atenção está normalizada pelos critérios de valorização de custos previstas no Plano Geral de Contabilidade. O problema é que os custos estão altíssimos. Se o país tivesse metade de hotéis, naturalmente, que teríamos a metade dos preços actuais. Deve-se criar pacotes mais económicos e uma política de preços para atrair mais clientes.

3.15 Preços atractivos no Km 30

Jornal Economia e Finanças

31 De Março de 2017

Texto: Carlos Cardoso

Os preços de produtos e serviços têm constituído um dos principais motivos de preocupação dos cidadãos, tal é a volatilidade que os mesmos registam. Atitudes oportunistas têm caracterizado uma franja de fornecedores de produtos e serviços que, em situações de carência, adoptam como medida imediata a subida do preço dos bens de primeira necessidade.

O Executivo angolano, através do Ministério das Finanças, vem demonstrando uma grande preocupação com o fenómeno e para fazer face e

prevenir ocorrências futuras definiu um conjunto de produtos sujeitos a um regime de preços vigiados. O JE foi à rua para aferir o comportamento dos preços dos principais produtos da cesta básica. O destino estava traçado e era hora de arregaçar as mangas e percorrer cerca de 30 Kilometro que nos levariam até a um dos mais frequentados e conhecidos mercados da cidade de Luanda. Numa viagem tranquila e até agradável em função dos muitos motivos de interesse que se vai encontrando ao longo do caminho e da visível e louvável melhoria que se tem estado a operar no estado do pavimento, cerca de trinta minutos consumidos e já vislumbrávamos a aproximação ao gigante do comércio informal. A azáfama é percebida logo ao abandonar o asfalto e seguir a estrada de terra batida que nos levaria então ao destino traçado. O objectivo era conferir os preços dos produtos no interior do mercado, mas foi impossível fazermos vista grossa ao facto de o comércio de bens e serviços ser visível durante o percurso. Um sem número de jovens oferecem aos seus serviços para companhia e apoio durante a jornada que normalmente tem como objectivo a aquisição de produtos alimentares com maior incidência sobre aqueles vindos do campo e que em determinados períodos do ano registam abundância nos vários mercados e estabelecimentos comerciais da capital angolana. No interior do mercado que a olho nu apresenta melhorias significativas: fruto do investimento que está a ser feito pelo governo local na melhoria das infra-estruturas, com a colocação de alpendres que indiscutivelmente garantem maior comodidade às centenas ou mesmo milhares de vendedores, a oferta de produtos no mercado do km 30 regista uma enorme variedade que vai desde animais vivos à carne de caça e desde os produtos do campo aos derivados da importação. Cada um se esmera para ganhar a preferência dos clientes que invariavelmente apelam para a redução do preço anunciado. A nossa reportagem registou com agrado a redução no preço de alguns produtos como é o caso da batata rena que vendida em baldes conheceu nesta semana uma redução de 1.3º0 para mil kwanzas o balde pequeno, indicador de que a aposta na agricultura está a produzir efeitos positivos com reflexo nos preços.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 AR aprova projecto-lei para adaptar lei do OGE à nova legislação

Jornal Expansão
03 De Março de 2017

A Assembleia Nacional aprovou esta semana, na especialidade, uma proposta de alteração à lei do Orçamento Geral do Estado, para adaptá-la às regras do sistema de gestão da dívida pública que, este ano, terá pela primeira vez um valor referencial, e não limitativo, correspondente a 60% do PIE.

A especialidade, nomeadamente os deputados da 13 e 53 comissões, aprovou apenas duas propostas de alterações, nomeadamente aos artigos 63º e 71º Da lei 15/10 de 04 de Julho, do Orçamento Geral do Estado (OGE), relativos ao controlo da execução orçamental e financeira do Estado e à dívida pública.

No artigo 71.º, as alterações aprovadas vão de encontro à adaptação da lei do OGE em relação à lei da dívida pública aprovada em Dezembro último, adiantou um deputado ao Expansão. Na altura, com a aprovação dessa lei, o Governo deixou cair o limite de 60% do PIE, valor esse que passou apenas a ser referencial. Ou seja, desta forma, o Executivo deixa de violar a lei cada vez que a dívida pública angolana ultrapassar os 60% do PIB. Já em Dezembro do ano passado, e confrontado com as críticas da oposição sobre a alteração à lei da dívida pública, Archer Mangureira justificou a alteração com a transparência e esclarecimento conceitual ao nível da gestão da dívida, em parceria com a Conferência das Nações Unidas para a Economia, Desenvolvimento e Comércio.

"O que se pretende é o exercício de transparência", disse Archer, acrescentando que, "no caso de se ultrapassar o referencial de 60% do PIE, permite que sejam tomadas medidas para que se garanta a sustentabilidade da dívida no médio e longo prazo".

Quanto ao artigo 63º, o mesmo estabelece agora que os relatórios trimestrais relativos à execução orçamental, financeira e patrimonial, através de balancetes e relatórios trimestrais elaborados pelo órgão responsável pela contabilidade nacional, passam a ser apresentados até ao quarto trimestre, em vez do que sucedia anteriormente, em que eram apresentados no terceiro trimestre.

O Executivo justifica estas alterações com a necessidade de adaptar a lei do OGE às melhores práticas internacionais contabilísticas de computação dos limites de endividamento público e de eficácia e rigor".O Projecto de Lei que Altera Lei do Orçamento Geral do Estado segue agora para aprovação na generalidade, numa data ainda a definir.

4.2 Novo portal simplifica arrecadação de impostos e pagamento de taxas

Jornal Expansão
3 De Março de 2017
Texto: Maurício Vieira Dias

A Delegação Provincial das Finanças de Luanda lançou, esta semana, um novo sistema de arrecadação de receitas municipais denominado "Portal da Administração Municipal", serviço que tem como objectivo facilitar o pagamento de impostos e taxas municipais e garantir que não haja dispersão das receitas arrecadadas pelas administrações municipais que actualmente entram para a Conta Única do Tesouro.

Segundo disse ao Expansão o administrador da Administração Geral Tributária (AGT), José Dungo, o "Portal da Administração Municipal" surge em função do facto da devolução aos municípios da receita comunitária que entra para a Conta Única do Tesouro (CUT) não acontecer de forma célere. O responsável adiantou que, desta forma, os constrangimentos ao funcionamento das administrações municipais serão dissipados.

"Os municípios fazem um" grande esforço de arrecadação o dinheiro entra para Conta Única do Tesouro (CUT), mas depois há alguma dificuldade no retorno desta receita aos municípios. Criámos um portal que vai permitir que, em tempo real, seja acompanhado o processo de arrecadação, e ao mesmo tempo garantir que haja o retorno da receita através da intervenção da Delegação Provincial das Finanças", explicou José Dungo,

Deste modo, trata-se de um processo de agilização administrativa, na qual as administrações terão um acesso mais célere às receitas arrecadadas para dar cobertura às suas despesas, deixando de depender do moroso processo que envolvia a cedência das verbas a partir da Conta Única do Tesouro, explicou o secretário de Estado do Tesouro, Mário Nascimento.

O responsável informou que, no quadro do novo sistema, vão ser geridas as receitas municipais geradas

pelas cobranças de taxas, emolumentos, licenças e multas, resultante dos serviços prestados pelas administrações municipais, previstos no Decreto Presidencial nº 307/10, de 20 de Dezembro. Sendo que o método de solicitação de qualquer documento municipal por parte dos municípios passa também a ser feito pela internet. Quanto aos canais de pagamento, passam a ser as agências bancárias, internet banking e, futuramente, via multicaixa.

Espera-se, segundo o secretário de Estado, que o novo instrumento seja um mecanismo funcional de repasse de verbas, que vai permitir atender à demanda interna das administrações e melhorar os equipamentos sociais dos municípios. "A melhoria da qualidade do atendimento aos utentes dos serviços que geram tais receitas está entre as preocupações do Ministério das Finanças. O cidadão contribuinte não pode, e nem deve, ter dificuldades para cumprir obrigações que lhe são impostas pela Administração Pública. Neste sentido, o Ministério das Finanças disponibiliza algumas ferramentas modernas e eficientes para a arrecadação de receitas", salientou Mário Nascimento.

"Estamos a falar, por exemplo, das cobranças que resultam dos atestados de residência, licenças de obras, licenças para a utilização temporária da via pública, taxas dos mercados e feiras, taxas de sepulturas e sarcófagos, entre outros", exemplificou o secretário de Estado. Posteriormente, afirmou que as receitas, por força da lei devem estar totalmente ao serviço das entidades que as gerem, permitindo que estas possam satisfazer algumas despesas de funcionamento e prover meios para as próprias administrações.

Na ocasião, a vice-presidente da Comissão Administrativa de Luanda, Maria Amélia Antunes, disse que é obrigação das administrações municipais facilitarem o dever dos municípios na obtenção de documentos, assim sendo, o novo mecanismo "vai permitir que os funcionários das administrações municipais trabalhem menos com notas físicas de dinheiro".

Inicialmente, vinte administrações municipais e distritos, em Luanda, vão beneficiar do portal, sendo que a meta é atingir todos os municípios do País, declarou o administrador da AGT, José Dungo,

4.3 Sociedade civil instada a participar na elaboração e fiscalização do OGE

Jornal Manchete

31 De Março de 2017

Texto: José Adalberto

O encontro sob a égide da Acção para o Desenvolvimento Rural Ambiente (ADRA), contou com a facilitação do economista e investigador do Centro de Investigação Científica da Universidade Católica, de Angola, Precioso Domingos.

Na sua apresentação, o economista, discorreu as principais fases que antecedem a elaboração do OGE, até a sua aprovação pelo plenário da Assembleia Nacional. O especialista, defendeu a necessidade do debate sobre o OGE, começar a ser feito nos municípios e comunas, a partir de Julho, altura em que se inicia em todo o país, o levantamento das principais necessidades a serem inscritas no documento.

"Quando o orçamento está na Assembleia Nacional, pouco ou nada mais há para fazer, já que ao nível de base, todo o trabalho de inscrição das necessidades já foi feita ao nível, dos municípios e das comunas do país" referiu.

O país, tem o desafio de alargar o debate sobre a elaboração do OGE, aos cidadãos através da sociedade civil, por formas que os cidadãos, tomem conhecimento das realizações do Estado ao nível das suas localidades defendeu o docente Universitário e activista cívico, José Maria Katyavalava, sobretudo ao nível dos sectores de base da administração local, onde são destinados investimentos do estado, possibilitando assim aos cidadãos, influenciarem as prioridades em termos de investimento.

"Os cidadãos através das suas organizações terem a possibilidade de participarem no processo de elaboração. É evidente que é um processo complexo, mas não deve continuar a ser um monopólio dos tecnocratas. É preciso que se trabalhe no sentido de permitir a participação dos cidadãos, sobretudo na priorização dos investimentos", defendeu.

A falta de informação sobre o orçamento é um dos obstáculos à participação dos cidadãos na fiscalização do OGE, por isso, Maria de Lasalete Morgado, directora local da ADRA, entidade promotora do encontro, realça a importância dos cidadãos tomarem contacto com informações sobre o OGE, por formas a facilitar o escrutínio das actividades proposta pelo executivo, como forma de prestação de conta aos cidadãos.

"É importante realmente que os cidadãos tenham conhecimento sobre estas matérias, desta natureza, porque afinal de conta, o OGE, é praticamente uma ferramenta que norteia o processo de execução e gestão dos fundos públicos, e os programas, recaem sobre nós, os cidadãos", enfatizou.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Novo portal simplifica arrecadação de Impostos e pagamento de taxas

Jornal Expansão

03 De Março de 2017

Texto: Maurício Vieira Dias

A Delegação Provincial das Finanças de Luanda lançou, esta semana, um novo sistema de arrecadação de receitas municipais denominado "Portal da Administração Municipal", serviço que tem como objectivo facilitar o pagamento de impostos e taxas municipais e garantir que não haja dispersão das receitas arrecadadas pelas administrações municipais que atualmente entram para a Conta Única do Tesouro.

Segundo disse ao Expansão o administrador da Administração Geral Tributária (AGT), José Dungo, o "Portal da Administração Municipal" surge em função do facto da devolução aos municípios da receita comunitária que entra para a Conta Única do Tesouro (CUT) não acontecer de forma célere. O responsável adiantou que, desta forma, os constrangimentos ao funcionamento das administrações municipais serão dissipados.

"Os municípios fazem um grande esforço de arrecadação o dinheiro entra para Conta Única do Tesouro (CUT), mas depois há alguma dificuldade no retorno desta receita aos municípios. Criámos um portal que vai permitir que, em tempo real, seja acompanhado o processo de arrecadação, e ao mesmo tempo garantir que haja o retorno da receita através da intervenção da Delegação Provincial das Finanças", explicou José Dungo.

Deste modo, trata-se de um processo de agilização administrativa, na qual as administrações terão um acesso mais célere às receitas arrecadadas para dar cobertura às suas despesas, deixando de depender do moroso processo que envolvia a cedência das verbas a partir da Conta Única do Tesouro, explicou o secretário de Estado do Tesouro, Mário Nascimento.

O responsável informou que, no quadro do novo sistema, vão ser geridas as receitas municipais geradas pelas cobranças de taxas, emolumentos, licenças e multas, resultante dos serviços prestados pelas

administrações municipais, previstos no Decreto Presidencial nº 307/10, de 20 de Dezembro. Sendo que o método de solicitação de qualquer documento municipal por parte dos munícipes passa também a ser feito pela internet. Quanto aos canais de pagamento, passam a ser as agências bancárias, internet banking e, futuramente, via multicaixa.

Espera-se, segundo o secretário de Estado, que o novo instrumento seja um mecanismo funcional de repasse de verbas, que vai permitir atender à demanda interna das administrações e melhorar os equipamentos sociais dos municípios. "A melhoria da qualidade do atendimento aos utentes dos serviços que geram tais receitas está entre as preocupações do Ministério das Finanças. O cidadão contribuinte não pode, e nem deve, ter dificuldades para cumprir obrigações que lhe são impostas pela Administração Pública. Neste sentido, o Ministério das Finanças disponibiliza algumas ferramentas modernas e eficientes para a arrecadação de receitas", salientou Mário Nascimento.

"Estarmos a falar, por exemplo, das cobranças que resultam dos atestados de residência, licenças de obras, licenças para a utilização temporária da via pública, taxas dos mercados e feiras, taxas de sepulturas e sarcófagos, entre outros", exemplificou o secretário de Estado. Posteriormente, afirmou que as receitas, por força da lei devem estar totalmente ao serviço das entidades que as gerem, permitindo que estas possam satisfazer algumas despesas de funcionamento e prover meios para as próprias administrações.

a ocasião, a vice-presidente da Comissão Administrativa de Luanda, Maria Amélia Antunes, disse que é obrigação das administrações municipais facilitarem o dever dos munícipes na obtenção de documentos, assim sendo, o novo mecanismo "vai permitir que os funcionários das administrações municipais trabalhem menos com notas físicas de dinheiro".

Inicialmente, vinte administrações municipais e distritos, em Luanda, vão beneficiar do portal, sendo que a meta é atingir todos os municípios do País, declarou o administrador da AGT, José Dungo.

5.2 Lei das autarquias da UNTA não reúne consenso

Jornal Visão

07 De Abril de 2017

A Proposta de Lei Orgânica sobre as Bases do Sistema do Poder Local, de iniciativa da UNITA, maior partido da oposição angolana, não reuniu consenso dos deputados nas discussões, na especialidade, obrigando ao adiamento da mesma. Durante cinco horas, os deputados analisaram a referida proposta de lei, submetida à Assembleia Nacional, com carácter de urgência, pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), para "forçar o debate": Em declarações à imprensa, no final das discussões, a deputada da UNITA, Mihaela Weba, que tecnicamente defendeu a proposta de lei, sublinhou que o debate sobre as autarquias locais vem sendo adiado pelo MPLA, partido no poder, desde 2008.

Até que chegou a esse ponto, que nós tivemos que utilizar o mecanismo de um pedido de apreciação urgente na assembleia para forçar o debate e demonstrar a sociedade que nós temos uma proposta concreta para as autarquias locais disse.

Na sua intervenção, o deputado Reis Júnior, do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que presidia à reunião, e em face das fortes discussões durante a mesma, sugeriu o adiamento da sua aprovação para uma próxima oportunidade, para permitir o "amadurecer" de ideias e aproximação de pontos de vista.

Vendo aqui a tendência do voto, aferido durante a discussão, já sei para onde o voto nos haveria de nos conduzir, mas nós achamos que o diploma, apesar de ter muita coisa má, também tem muita coisa boa, então precisamos de aproveitar o que de bom tem e aproximar ainda mais as partes, por essa razão queria sugerir que não passássemos à votação desse diploma "considerou.

5.3 Unita leva ao parlamento leis para institucionalizar poder local em Angola até 2018

Jornal A Republica

10 De Março de 2017

A UNITA anunciou no dia 07-02 do corrente ano ter remetido ao parlamento angolano, com "carácter de urgência", dois diplomas sobre as autarquias locais, cujas primeiras eleições continuam por realizar,

prevendo institucionalizar o poder local até 2018 e em todo o território em simultâneo.

Em causa um projecto de lei orgânica sobre as bases do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local e um projecto de lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais, conforme fez saber, em conferência de imprensa, realizada em Luanda, o presidente do grupo parlamentar da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Adalberto da Costa Júnior,

Em anexo às propostas, o grupo parlamentar da UNITA apresenta um calendário político vinculativo para a institucionalização efectiva dos órgãos autónomos do poder local em Angola, que vai de Março de 2017 a Setembro de 2018.

De acordo com o deputado, ambos os diplomas foram entregues na Assembleia Nacional requerendo a apreciação com carácter de urgência, por se registar um "atraso de um ano" no cumprimento no plano de tarefas essenciais para a preparação e realização das eleições gerais e autárquicas, aprovado por consenso no parlamento angolano em 2015.

"A promoção e adopção da legislação de suporte à realização das eleições autárquicas deveriam ser aprovadas até Março de 2016. Significa assim que estamos com um atraso de um ano, que entendemos deva ser recuperado, se de facto pretendemos cumprir com as leis e os regulamentos que nós próprios aprovamos", apontou deputado da UNITA.

Ambos os diplomas, acrescentou, surgem para colmatar uma "omissão inconstitucional" em que Angola se encontra, e que "rejeitam categoricamente" as teorias sobre razões políticas e jurídicas na base do gradualismo.

"Alguns juristas vieram a público defender que, com base no princípio do gradualismo, os surgimentos das autarquias locais não deveriam ocorrer simultaneamente em todo território nacional, mas o presente projecto de lei [proposto pela UNITA] rejeita categoricamente esta argumentação, por violar preceitos constitucionais e não ter suporte doutrinário": alertou o deputado.

Questionado pela Lusa se não receia ver "chumbadas" as referidas propostas pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido que governa o país desde 1975 e que tem maioria no parlamento, uma vez não ser a primeira iniciativa do género apresentada pela UNITA, Adalberto da Costa Júnior colocou a responsabilidade do outro lado.

"Naturalmente se a maioria do MPLA não aprovar estes diplomas, pelo menos na generalidade e depois

para posterior discussão na especialidade, estará a dar um tiro ao próprio pé. Porque o cumprimento do plano de tarefas essenciais é um fundamento indispensável para normalidade constitucional do país", argumentou.

Sobre a tutela administrativa, o grupo parlamentar do maior partido da oposição em Angola considera que a autonomia local "seria gravemente lesada" se as autarquias locais estivessem sujeitas a uma tutela pelo Governo, como acontece no modelo em vigor, por ainda não ter sido feitas as primeiras eleições autárquicas.

Para o presidente do grupo parlamentar da UNITA, ambas as propostas "não representarão encargos financeiros para o Estado angolano no presente ano económico, nem tão pouco o recrutamento de recursos humanos".

"O Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2018 deverá ser elaborado de acordo com os encargos financeiros e recursos humanos necessários à materialização da presente proposta" justificou.

5.4 Nomeados administradores

Jornal de Angola
23 De Março de 2017
Texto: Nilza Massango

O Governo da Província de Luanda prevê nomear, nos próximos tempos, mais de 30 responsáveis para as funções de administradores adjuntos dos distritos urbanos para a área financeira-orçamental.

As futuras nomeações vão atender a um pedido do Ministério das Finanças, de acordo com o governador provincial de Luanda, Higinio Carneiro, em discurso, ontem, no acto de posse de novos administradores municipais e distritais.

Estas nomeações, de acordo com governante, vão completar o quadro de toda a estrutura dos municípios e distritos urbanos da província. "Estamos praticamente a finalizar as nomeações para as diferentes estruturas, que foram criadas no final do ano passado", garantiu.

Ontem foram empossados Nelson Diogo Hombe, para o cargo de administrador municipal adjunto para área Técnica, Infra-estruturas e Serviços Comunitários da Quiçama; Francisco Franco de Lemos, administrador municipal adjunto para área Política, Social e da Comunidade do município de Telatona; Fernando Ernesto Binge, administrador municipal adjunto para área Técnica, Infra-estruturas

e Serviços Comunitários do município de Viana; João Lourenço Fernandes, administrador municipal adjunto para área financeira-orçamental e Politicado município da Quiçama e Rui de Carvalho dos Santos, administrador municipal adjunto para área financeira-orçamental e Política do município de Viana.

Tomaram ainda posse Manuel Mugiba Mutocola, para o cargo de administrador distrital adjunto para área Política, Social e da Comunidade do distrito urbano de Cacuaco; Sara de Merciana de Almeida, administradora distrital adjunta para área Técnica, Infra-Estrutura e Serviços Comunitários do distrito urbano de Cacuaco.

5.5 País precisa de gestores e administradores eficientes

Jornal de Angola
27 De Março de 2017

Angola precisa de gestores e administradores eficientes, tanto no sector privado como no público, para fazer face ao processo de transição da reconstrução nacional para o de desenvolvimento moderno, disse em Luanda o ministro da Administração do Território.

Bornito de Sousa, que falava no sábado no acto de apresentação pública da Associação dos Gestores e Administradores de Angola (AGAA), referiu que para o alcance com sucesso de tal objectivo, estes precisam de ser bem treinados e alinhados às práticas de gestão modernas. Para o ministro, não bastar fazer ou edificar escolas, hospitais, portos, aeroportos, edifícios institucionais, barragens hidrelétricas, centrais de produção e de tratamento de águas.

Bornito de Sousa disse que é necessário assegurar a sua manutenção, o seu correcto funcionamento quotidiano e sustentabilidade económica e financeira. "Uma boa gestão é ainda mais necessária e exigida em Angola, tendo em conta a situação de crise económica mundial a que o país não está à margem".

Bornito de Sousa reiterou a necessidade de formação dos gestores e administradores, quer públicos quer privados, para que estes se mantenham alinhados com os melhores e mais avançados padrões de gestão, dando seguimento ao momento actual de transição mundial para a chamada "Quarta Revolução Industrial".

O ministro da Administração do Território espera que, em tempo oportuno, a Associação dos Gestores e Administradores de Angola evolua para uma ordem da classe.

Criada no dia 14 de Setembro de 2016, a AGAA conta com mais de três mil associados a nível da capital do país e núcleos provinciais nas demais regiões de Angola.

Na cerimónia de apresentação pública foram abordados temas como "O papel da gestão e administração no contexto nacional e internacional do desenvolvimento económico e social" A economia nacional e internacional no contexto actual", "O contributo do profissional de gestão e da administração no desenvolvimento das instituições públicas e privadas" e "A gestão e administração estratégica em tempo de crise - experiência de Israel".

Administração para o cidadão O secretário de Estado para os Assuntos Institucionais apelou sexta-feira aos gestores municipais e de unidades urbanas para desenvolverem, todos os dias, uma administração local voltada cada vez mais para o cidadão e que resolva os seus problemas.

Adão de Almeida, que discursava no encerramento do curso de gestores municipais e de unidades urbanas, no Instituto de Formação de Administração Local, afirmou que o cidadão não precisa de uma administração excessivamente burocrática, onde encontra mais problemas que soluções. "Precisamos de uma administração capaz de criar credibilidade no cidadão. O cidadão tem que olhar para a administração e sentir que do outro lado tem alguém que merece respeito e responsável para com o exercício das suas funções", disse, acrescentando que "todos somos servidores públicos e a expressão servidor representa alguém que está para servir o cidadão, que é o destinatário dos nossos serviços e a razão de ser das nossas funções".

No curso, em que participaram 36 administradores, Adão de Almeida lembrou aos formandos que esse exercício exige uma administração mais criativa e proactiva que não se esgote nos paradigmas e seja capaz de olhar sempre para a frente.

O secretário de Estado lembrou o momento que o país atravessa, marcado por uma diminuição da receita pública, que afecta a capacidade de intervenção na resolução dos problemas. "Diante da crise, temos sempre opções e caminhos que cabe a nós decidir se ficamos à espera que a receita melhore ou se encontramos soluções para a resolução dos problemas dos cidadãos, mesmo no actual quadro", disse. Adão de Almeida apelou ao engenho dos gestores para, mesmo com as dificuldades envolvendo outras alternativas, encontrarmos solução para os diferentes problemas. A solução, disse, é continuar a batalha, procurar soluções e

continuarmos a trabalhar para resolvermos os problemas dos cidadãos.

Um dos grandes desafios, segundo o secretário de Estado, é fazer cada vez mais uma administração local séria e mais responsável e oferecer aos cidadãos credibilidade.

5.6 Justiça

Jornal Liberdade

31 De Março de 2017

O administrador municipal de Cacuaco, Carlos Alberto Cavuquila tem estado a ganhar confiança no seio da sua governação desde que começaram a descentralizar alguns sectores administrativos as populações falam de melhoramento existente nas suas comunidades.

O governante, levou elogios recentemente dos seus munícipes por estar preocupado em resolver problemas de carácter socioeconómico e político na sua comunidade. De acordo com os populares, há muito que esperavam a postura de Carlos Alberto Cavuquila, em querer resolver os seus problemas sociais. Consta ainda que, a juventude local pediu ao seu administrador no sentido de melhorar as condições de habitualidade nas suas zonas de residência.

5.7 Lei das autarquias da UNTA não reúne consenso

Jornal Visão

07 De Abril de 2017

A Proposta de Lei Orgânica sobre as Bases do Sistema do Poder Local, de iniciativa da UNITA, maior partido da oposição angolana, não reuniu consenso dos deputados nas discussões, na especialidade, obrigando ao adiamento da mesma. Durante cinco horas, os deputados analisaram a referida proposta de lei, submetida à Assembleia Nacional, com carácter de urgência, pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), para "forçar o debate": Em declarações à imprensa, no final das discussões, a deputada da UNITA, Mihaela Weba, que tecnicamente defendeu a proposta de lei, sublinhou que o debate sobre as autarquias locais vem sendo adiado pelo MPLA, partido no poder, desde 2008.

'Até que chegou a esse ponto, que nós tivemos que utilizar o mecanismo de um pedido de apreciação urgente na assembleia para forçar o debate e

demonstrar a sociedade que nós temos uma proposta concreta para as autarquias locais disse.

Na sua intervenção, o deputado Reis júnior, do Movimento Popular de libertação de Angola (MPLA), que presidia à reunião, e em face das fortes discussões durante a mesma, sugeriu o adiamento da sua aprovação para uma próxima oportunidade, para permitir o "amadurecer" de ideias e aproximação de pontos de vista.

"Vendo aqui a tendência do voto, aferido durante a discussão, já sei para aonde o voto nos haveria de nos conduzir, mas nós achamos que o diploma, apesar de ter muita coisa má, também tem muita coisa boa, então precisamos de aproveitar o que de bom tem e aproximar ainda mais as partes, por essa razão queria sugerir que não passássemos à votação desse diploma "considerou.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Município do Cazenga com novo visual por causa da visita de João Lourenço

Jornal A Republica
3 De Março de 2017
Texto: Mafuta Malanda

O município do Cazenga, particularmente o bairro da Mabor, está com um novo visual, nos últimos dias, devido à uma marcha que o MPLA pretende realizar no próximo sábado, 4 de Março.

Mobilizaram-se homens e máquinas que encontram-se a trabalhar afincadamente todos os dias e todas as noites nas principais avenidas e ruas daquele bairro. Os principais focos de lixo que se encontravam um pouco por tudo que é canto naquele bairro foram todos removidos e instalados contentores, bem como as operadoras de recolha de lixo intensificaram a recolha de lixo, dando, dessa forma, uma imagem nova ao bairro.

Os homens e as máquinas dedicam-se igualmente a terraplenagem das ruas, onde, provavelmente, poderá decorrer a marcha. É notório ver as máquinas engajadas a tapar buracos com terra vermelha. Até mesmo o famoso "rio Poupalá" que resultou da degradação da rua da Sonel que tinha sido asfaltada em 2008, durante o mandato de Francisca de Espírito Santo, enquanto governadora da província de Luanda, e que acumula grande quantidade de água durante o tempo chuvoso, foi coberto em apenas algumas horas, possibilitando a circulação normal de viaturas, algo que não acontecia há vários meses. As carcaças e sucatas abandonadas nas ruas foram igualmente removidas.

As "pracinhas" espalhadas pelo bairro, bem como as bancadas que os moradores colocaram à frente das suas residências para garantir o pão da família, foram todas removidas pelos fiscais da Administração daquele município.

A luz eléctrica, que não é regular, apesar de a ENDE encontrar-se naquele bairro, melhorou consideravelmente nesses últimos dias que antecedem a visita do vice-presidente e candidato do MPLA às próximas eleições gerais.

Os moradores, entusiasmados com o novo visual do bairro, questionam por quê só agora prestou atenção

ao bairro, sobretudo a terraplenagem que se fez a rua do Poupalá, pois foram várias as vezes que os moradores fizeram apelo a administração do município do Cazenga, mas sem sucesso.

6.2 Baía de Luanda passa à gestão do Estado

Jornal de Angola
29 De Março de 2017
Texto: Nilza massango

Tomar a Baía de Luanda autossustentável é o grande objetivo do Governo da Província de Luanda ao assumir oficialmente, desde ontem, a gestão do espaço público que dá muito orgulho aos luandenses desde a sua abertura em Agosto de 20 12.

A Sociedade Baía de Luanda procedeu à entrega formal da gestão e operacionalidade da Marginal de Luanda ao Governo da Província de Luanda e, assim, ficam sob gestão das autoridades provinciais os espaços verdes, as lojas e os restaurantes, parques de estacionamento públicos e outros serviços.

A vice-presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda para a área Técnica, Josina Martins, disse que o governo provincial tem um plano estratégico de gestão, recuperação e arrecadação de receitas para a Baía de Luanda.

Em declarações à imprensa, Josina Martins disse existir uma série de serviços que são rentáveis, como a gestão dos parques de estacionamento, estabelecimentos comerciais e de eventos e publicidade, que podem ser lucrativos e rentáveis para o Estado, no caso o Gabinete Estratégico que vai fazer a gestão daquele espaço público. "Com a entrega formal, estão os a cumprir com um Decreto Presidencial, de 15 de Fevereiro, que faz o resgate da gestão da Sociedade Baía de Luanda para o governo da província. Trabalhámos neste processo de transferência desde Novembro do ano passado. O objetivo é tomar a gestão da Baía auto-sustentável e assim o Estado deixar de participar com verbas", referiu Josina Martins.

No acto, que aconteceu numa das tendas da Baía, esteve presente o presidente da Comissão Executiva da Sociedade Baía de Luanda, Miguel Carneiro, o vice-governador para a área Comunitária, Rui Silva, que assinou o termo de entrega, e a vice-presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Josina Martins. "O Gabinete Estratégico está montado e o pessoal preparado. A intenção do governo provincial é manter as empresas que já prestam serviços à Baía", informou Josina Martins.

O espaço Baía de Luanda tem 3,1 quilómetros de extensão, 350 mil metros quadrados de espaços verdes, mais de três mil árvores e arbustos, lojas e restaurantes, uma praça para grandes eventos, parques de estacionamento públicos e espaços de lazer e para prática de desporto. É auto-suficiente em termos de água para a rega. Desde 2012 está integrado no roteiro turístico da cidade capital.

6.3 Resgate Gestão da Baía nas mãos do Governo de Luanda

Novo Jornal

31 De Março de 2017

Texto: Álvaro Victória

A reversão do espaço para o Estado custou aos cofres públicos USD 379 milhões. O Governo provincial de Luanda passa, doravante, a gerir a Baía de Luanda.

No início da semana, a Luanda Water front Corporation passou a gestão da requalificação e reordenamento da marginal da capital do país ao governo da província.

A reversão surge, segundo teses das autoridades angolanas, em resposta à falta de viabilidade económica e financeira do projecto.

A transferência consta do mesmo decreto presidencial, publicado em Fevereiro último, que ordenava a reversão para o Estado, com "efeitos imediatos", da totalidade dos direitos de concessão de 13 parques de estacionamento, num total de 2.740 lugares.

Rui Silva, vice-governador provincial de Luanda para o sector comunitário, e Miguel Carneiro, presidente da Comissão Executiva da Baía de Luanda, dirigiram, segunda-feira, 28, a cerimónia que marcou o início do processo de resgate e transferência da gestão da Baía de Luanda, que estava em estudo desde Novembro de 2016.

Em causa estão espaços na marginal da capital angolana "contratualmente atribuídos à Luanda Waterfront Corporation", numa concessão feita por 30 anos através da Sociedade Baía de Luanda.

Segundo a agência Lusa, o projecto de requalificação do espaço, estimado acima dos dois mil milhões dólares, foi uma iniciativa lançada em 2003 pelo consórcio Luanda Waterfront Corporation, do empresário português José Récio, há muitos anos radicado em Angola.

O decreto presidencial datado de Fevereiro deste ano confirma que o projecto inaugurado em 2012, pelo Governo, pouco antes das eleições gerais - foi "totalmente financiado" pela Luanda Waterfront Corporation, sociedade comercial com sede nas Ilhas Caimão.

O resgate para o Estado deste projecto é justificado no mesmo documento em face do "presente momento de crise económica", que "conduziu a uma alteração das circunstâncias".

6.4 Produtos imobiliários adaptam-se a conjuntura macroeconómica

Jornal Economia

03 De Março de 2017

Texto: António Eugénio

Uma análise ao desempenho do sector imobiliário nacional em 2016, a oferta de escritórios e de habitação, em Luanda, tem vindo a adaptar-se à nova realidade do mercado imobiliário do país.

Segundo um estudo produzido pela empresa Propine a que o JE teve acesso, a actual conjuntura económica marcada pela queda do preço do petróleo, instabilidade cambial e desvalorização do kwanza, afectou o mercado imobiliário que, em 2016, teve uma redução da actividade.

O documento informa que se notou no referido ano um decréscimo na procura de imóveis, com maior destaque pelas multinacionais face ao decréscimo da actividade, aliado à queda no volume de transações, preços e rendas.

Dado a este factor a procura doméstica ganha força, a oferta de escritórios e habitação em Luanda tem procurado mecanismos que permitam escoar, quer os produtos já existentes, quer os que estão em construção.

Em relação aos escritórios, uma das tendências que reflecte este ajuste é o facto de os espaços Novos já não serem entregues em bruto e incluíram agora níveis de acabamentos como o piso técnico.

No caso da habitação, os novos empreendimentos estão já a apostar na oferta de apartamentos com tipologias maiores e áreas mais generosas, tendo em conta a maior apetência do público nacional por este tipo de produto.

Os produtos imobiliários são cada vez mais ajustados à nova realidade de um mercado que continua a sentir o forte impacto das condicionantes económicas que afectam o país.

O mercado ganha relevância na absorção dos produtos imobiliários, que, face à instabilidade cambial, são encarados como um activo de refúgio para muitos pequenos aforradores particulares e também para muitas empresas, que procuram adquirir os espaços que ocupam em vez de os arrendarem.

A absorção de escritórios em Luanda é cada vez mais lenta, em resultado da menor actividade económica e de um abrandamento nos planos de investimento das empresas estrangeiras refere o documento.

Preços dos produtos Em relação a oferta, apesar da exiguidade de lançamento de novos projectos, os que estão em construção mantiveram o seu plano de desenvolvimento, notando-se o que as rendas médias de Luanda descessem cerca de 20 por cento em 2016, para os 80 USD/metro quadrado.

Os preços médios de venda dos escritórios caíram, verificando-se uma queda de 10 por cento, para os 6.400 USD/m-, entre 2015 e 2016.

Uma das principais franjas de procura de habitação em Luanda era os expatriados quadros destas empresas, com as tipologias desta menor dimensão a serem as mais procuradas. Já no actual quadro de procura residencial, os nacionais ganham expressão e as tipologias maiores são as preferidas.

Os preços médios de venda dos apartamentos no distrito urbano das Ingombota desceram 10 por cento em 2016 para os 5.670 USD m" e também as moradias e em Talatona tem existido uma correcção em baixa, com uma descida de 9,5 por cento nos preços para os 4.093 USD/m-. O mercado imobiliário angolano enfrenta sérios desafios neste momento, especialmente nos segmentos de habitação e de escritórios.

Há necessidade de olhar para o mercado e perceber que este continua a oferecer outras grandes oportunidades, ainda que num contexto com características diferentes. As novas oportunidades estão viradas para a indústria, logística e as grandes obras de infra-estruturas.

6.5 Subprograma 200 fogos por município comercializa cinco mil habitações

Jornal Economia

03 De Março de 2017

Texto: Adérito Veloso

Subprograma de construção de "200 fogos por município", estrategicamente concebido para satisfazer às necessidades habitacionais no interior do país, apresenta números satisfatórios, sendo que até agora foram construídos um total de 10_480 fogos, dos quais cinco mil em fase de comercialização.

Em entrevista ao JE, o director Nacional da Habitação, Adriano dos Santos da Silva, revelou que o projecto enquadrado no Plano Nacional de Urbanismo e Habitação lançado em 2008, está a permitir debelar alguns problemas no sector habitacional, principalmente nos quadros ligados às administrações municipais e comunais, veteranos da pátria, médicos, professores e juventude.

Um grande número de fogos habitacionais, ainda carece de infra-estruturas básicas. Contudo, esforços estão a ser envidados, para a solução definitiva destes problemas e permitir a sua habitabilidade", precisou o responsável.

Até a sua conclusão, o subprograma de "200 fogos por município" prevê a construção de 26 mil habitações nos municípios ou sedes comunais, Oferta habitacional Sobre a oferta habitacional no mercado, Adriano dos Santos da Silva, disse que os estudos feitos nos anos 2007 e 2008, apontavam para um défice de cerca de 1,5 milhões de habitações, a nível do país, situação que tem vindo a ser resolvida com as parcerias estratégicas constituídas.

Para ele, estes projectos têm permitido a disponibilização e comercialização de um significativo número de unidades habitacionais, no âmbito dos vários subprogramas do Plano Nacional de Urbanismo e Habitação, com realce para o de construção das centralidades.

"Estamos com realizações e respostas positivas. Poderíamos estar com indicadores melhores, se não fosse o momento menos famoso da nossa situação económica e financeira", lamentou. Na visão do director nacional de Habitação o "bom imobiliário desestruturou" o mercado, resultado do fenómeno "especulação que todos nós tivemos a oportunidade de constatar", Outra verdade é que, segundo avançou, com a disponibilização de unidades habitacionais nas centralidades, por parte do Estado, "assistimos a um inverter do quadro de especulação imobiliária".

Adriano dos Santos da Silva entende que a dinamização dos subprogramas, constantes na estratégia habitacional do Executivo angolano contribuirá para a estabilização do mercado imobiliário, permitindo que os cidadãos que acederem aos projectos possam em condições favoráveis ter uma habitação de acordo com os seus sonhos.

"A implementação do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação permitiu debelar significativamente a crise habitacional", sublinhou.

Paragrafo O Governo angolano, através do Plano Nacional de Urbanismo e Habitação, tem feito um grande esforço na construção de habitações e respectiva infra-estruturas.

Segundo um documento do Ministério do Urbanismo e Habitação a que o JE teve acesso, até Dezembro do ano passado, foram construídas pelo programa do Executivo angolano mais de 170 mil casas sociais em todo o território nacional.

Dados das habitações construídas até agora apontam para 62.415 pela Imogestim, 16.577 pela Cora-Angola, 10.480 no projecto "200 fogos por município" e 88.698 habitações pela promoção público-privada, privada e cooperativa.

A fonte informa que, das 15 centralidades iniciadas, sob gestão da Imogestim (empresa encarrega para a gestão das habitações do Estado) foram concluídas sete e estão em curso oito nas províncias de Luanda, Cabinda, Benguela, Bengo, Lunda Norte, Namibe e Huíla.

Agrovilas são erguidas O Plano Nacional de Urbanismo e Habitação prevê igualmente, a construção de "agrovilas" é um projecto a ser implementado por instituições estatais ou em regime de parceria público-privada, no âmbito dos programas de desenvolvimento rural integrados.

Iniciativa surge numa parceria entre os Ministérios do Urbanismo e Habitação bem como do Planeamento e

do Desenvolvimento Territorial, através da secretaria de Estado para o Desenvolvimento Rural.

O projecto abarca a construção de aldeamentos auto-sustentáveis, para populações cujas áreas têm potencialidades para a prática de actividades produtivas, como por exemplo, a agricultura, pecuária e pesca.

6.6 Conclusão de infra-estruturas de acesso atrasa venda das casas nas centralidades

Jornal Expansão

10 De Março de 2017

Texto: Maurício Vieira Dias

A divulgação dos preços dos mais de 26 mil apartamentos das centralidades de quatro províncias a serem comercializadas pela Imogestim, ainda este ano, está dependente da conclusão das infra-estruturas externas, que são da responsabilidade directa e indirecta dos ministérios da Energia e Água, Urbanismo e Habitação e do da Construção, relatou ao Expansão o assessor jurídico e porta-voz da Imogestim, Mário Guerra.

O responsável revelou, durante o 10.º Encontro dos quadros da Imogestim, que a imobiliária já

Tem os preços das casas definidos mas, para já, ainda não vão ser revelados, pois ainda não existem condições para iniciar as vendas.

Mário Guerra garante que as obras em causa estão a decorrer, sendo que, logo que estejam concluídas, a Imogestim vai anunciar os preços das casas, que deverão ser "mais baixos" do que os das casas já habitadas.

Quanto às candidaturas para aquisição das residências, o responsável diz que a instituição defende que "não vale a pena falar das datas para as inscrições quando ainda não há uma data Concreta prevista" a venda.

"A maior parte dos projetos já está concluída no que diz respeito às infra-estruturas internas, às habitações em concreto, os equipamentos sociais também, faltam agora as infra-estruturas externas. Ou seja, fornecimento de energia eléctrica, abastecimento de água e das vias de acesso. Estas obras são da responsabilidade do Estado. A energia e água é com o Ministério das mesmas, e os acessos estão associados ao Ministério da Construção, sob coordenação do Ministério do Urbanismo e Habitação", explicou Mário Guerra.

O interlocutor garante que a venda dos primeiros apartamentos vai ocorrer antes de Julho, nos projectos habitacionais de Luanda e Benguela, no Quilómetro 44 e na Baía Farta, respectivamente.

Sobre as vendas das casas na centralidade da Quilemba, na província da Huíla, o processo poderá ser mais moroso, porque "o abastecimento de água e o fornecimento de energia eléctrica, numa primeira fase, não vai permitir abranger toda a centralidade" admitiu o assessor jurídico. Acrescentando que no caso do Namibe, nas centralidades 5 de Abril e Praia Amélia, os prazos das vendas também só não foram adiantados porque a entidade não tem ainda certeza da conclusão dessas obras.

Em entrevista ao Expansão, em Dezembro de 2016, o Presidente do Conselho de Administração da Imogestin, Rui Cruz, garantiu que o arranque das vendas das casas nas centralidades seria no segundo semestre de 2017.

6.7 O Nosso Zimbo Prevê Construir 3.807 Habitações

Jornal Economia & Negocio

10 De Março de 2017

Texto: Adérito Veloso

Um total de 3.807 casas será construído em todo o país, pela sociedade cooperativa de habitação "O Nosso Zimbo", constituída por trabalhadores do sector das Finanças.

Segundo a vogal de direcção da cooperativa, Maria Fernanda Pereira, que apresentou o projecto habitacional, durante uma conferência realizada recentemente pelo Ministério do Urbanismo e Habitação, em Luanda, numa primeira fase, estão a ser desenvolvidos projectos habitacionais em cinco províncias.

Projectos habitacionais

Foram escolhidas nesta fase, as províncias de Benguela, Luanda (Camarna), Huíla (Eywa), Malanje (Catepa) e Namibe (Praia-Amélia).

Em Benguela, o aldeamento habitacional está a nascer na zona da Nossa Senhora das Graças, com uma área de 15,80 hectares, cuja primeira fase contempla a construção de 194 casas. As obras tiveram início em 2016, cuja conclusão está aprazada para 2018.

Na província de Luanda, o projecto habitacional denominado "Tulipa", está localizado no distrito urbano do Camama. A primeira fase, prevê a

construção de 196 casas, sendo que as obras tiveram início em 2015 e a conclusão está agendada para 2018. A Mota Engil Angola é a empresa encarregue pela construção das casas.

Na Huíla, a cooperativa está a desenvolver no município do Lubango, na localidade de Eywa, um Aldeamento habitacional, numa área de 23,47 hectares. A primeira fase contempla a construção de 151 casas, numa área de 10,6 hectares. As obras tiveram início em 2015, cuja conclusão está prevista para este ano. A empresa Omatapalo está a construir o projecto habitacional.

No Namibe, cujas obras estão a cargo da construtora Omatapalo, o projecto está a nascer na Praia Amélia. No perímetro estão a ser erguidas cerca de 126 casas, numa área de 7,6 hectares, de um total de 18, que a cooperativa dispõe a nível da província costeira.

Em Malanje, na localidade da Catepa, a cooperativa está a construir 81 residências, numa área 7,6 hectares, na primeira fase, sendo que a área do aldeamento é de 10,7. As obras foram adjudicadas à construtora Griner e a fiscalização cabe à Africonsult. A construção teve início em zorê e prevê-se a sua conclusão em zorê.

Modelo de financiamento

A também arquitecta Maria Fernanda Pereira revelou que, sem a pretensão de se substituir às entidades financiadoras, quanto à melhor forma de gerir o processo de financiamento" é entendimento da cooperativa, que a melhor forma de financiamento ao programa se deverá estipular condições pré-estabelecidas, através de protocolos entre a banca, O Nosso Zimbo e o cooperado". Segundo explicou, a cooperativa negocia com o banco as condições gerais de financiamento. De seguida, o cooperado apresenta ao banco a candidatura de empréstimo, nas condições gerais previamente acordadas. O banco conhecedor do valor de investimento de cada habitação, analisa, aprova, e define as condições de financiamento do cooperado. A cooperativa coloca-se como garante das obrigações contratuais.

Constrangimentos

A vogal de direcção da cooperativa enumerou alguns constrangimentos, a necessidade de firmar contrato com os bancos para a adesão ao crédito habitação e outros produtos comercializados pelas instituições financeiras.

Para ela, existe ainda um elevado nível de exigência das garantias solicitadas pelos bancos do mercado angolano, associada a excessiva "carga burocrática" no processo de financiamento, situação essa

"agudizada pela crise económica e financeira que se vive actualmente no país".

Maria Fernanda Pereira entende que o crédito bancário com taxas de juro e comissões de abertura de crédito ainda são muito altas. "Continuaremos a envidar esforços junto das diversas entidades bancárias no sentido de montar uma estratégia que permitirá aos cooperados ter acesso a linhas de crédito para aquisição das habitações às quais se candidataram", sublinhou.

A responsável espera que o Estado tenha em atenção "a bonificação de juros, junto da Banca Comercial, para iniciativas desta natureza, cujo objectivo final é a qualidade de vida".

Objectivo

A sociedade cooperativa de habitação "O Nosso Zimbo" foi constituída em 2010, e visa promover a construção ou a aquisição de bens imóveis para os seus cooperados e iniciativas nos domínios social, cultural e de qualidade de vida.

Actualmente, a cooperativa conta com um universo de 3.778 cooperados inscritos, distribuídos por várias entidades empregadoras, nomeadamente o Ministério das Finanças, Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros, Alfândegas, Comissão de Mercados de Capitais (CMC), Empresa Nacional de Seguros de Angola (ENSA), Instituto de Supervisão de Jogos e Lotarias.

6.8 Escassez de divisas afecta imobiliárias

Jornal de Angola

12 De Março de 2017

Texto: Ana Paulo

Os Investimentos no sector Imobiliário sofreram uma redução considerável, nos últimos dois anos, devido a dificuldades de acesso a divisas, para a Importação da matéria-prima, reconheceu ontem a ministra do Urbanismo e Habitação.

Para Branca do Espírito Santo, mercado deixou de ser dinâmico, numa altura em que falta crédito para a promoção imobiliária e habitação e um quadro legal que potencie o surgimento de um mercado de arrendamento atractivo para os investidores.

A ministra, que falava na cerimónia de tomada de posse dos órgãos sociais da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), realizado no Hotel Trópico, em Luanda, considerou necessário o envolvimento de promotores

imobiliários, em projectos de infra-estruturação de reservas fundiárias para fins habitacionais, uma iniciativa que pode contribuir para a dinamização da economia nacional.

Branca do Espírito Santo recomendou aos agentes económicos, a procurarem fontes alternativas e inovadoras de financiamento, bem como a utilização de matérias de construção nacionais, citando como base a parceria estabelecida recentemente pelo Ministério do Urbanismo e Habitação, com a Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola e a Comissão de Mercado de Capitais.

A ministra saudou o empenho da APIMA que alcançou resultados positivos, no mandato anterior, e recomendou a nova direcção eleita, a manter o antigo dinamismo e mobilizar o espírito associativo dos seus membros, na partilha de valores comuns, na disponibilidade para fazer parte de um projecto, na dedicação a uma causa cada vez mais forte e digna. Actitudinal da pasta do Urbanismo e Habitação aconselhou os agentes imobiliários a trabalharem em união e maior participação de todos os associados, no mercado imobiliário, ao invés de optarem pelo individualismo.

"É um acto de coragem e dignidade humana o papel, que assumem os dirigentes associativos, que pelo seu trabalho voluntário contribui para manter vivos estes espaços de solidariedade profissional e social", frisou Branca do Espírito Santo. A Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola conta agora com 15 novos membros de direcção. provenientes de várias empresas imobiliárias do mercado angolano, para o mandato de 2017 a 2020.

O presidente de Direcção da APIMA disse que o programa para o período de 2017 a 2020 vai incidir no estreitamento da relação com as instituições do Estado.

Pedro Caldeira garantiu que a associação vai alargar a acção da agremiação para as províncias, onde existam actividades imobiliárias e garantir a sua inclusão nas políticas da classe, bem como outros documentos, que visam aumentar o interesse de investidores nacionais, e internacionais. A ideia é tomar a associação o mais alargado possível e melhorar a organização interna, aumentando o número de associados e garantir a sobrevivência da APIMA. Para Pedro Caldeira, a relação com o Estado deve incidir na participação efectiva dos associados, com ideias concretas na concepção da política de preços; política fiscal; direitos e deveres dos agentes; a carteira profissional; formação curricular; geração de emprego, respeito pela actividade imobiliária; aprovação de um alvará para a prática de actividades

imobiliárias; o melhoramento das condições de constituição de empresas e imobiliárias; promoção e efectiva realização do crédito habitacional, assim como outros aspectos.

Com nove anos de existência, a APIMA tem como objectivo principal, garantir os direitos dos agentes imobiliários, bem como estreitar as relações com as demais autoridades, que estão no centro de actividades imobiliárias.

6.9 Apartamentos da nova centralidade no terceiro semestre

Jornal O País

Data: 14 De Março de 2017

Texto: Miguel Kitari

O director do Gabinete Jurídico da Imogestim e porta-voz daquela empresa responsável pela venda das habitações do Estado, Mário Guerra, anunciou o início das vendas habitações construídas nas províncias da Huíla, do Namibe e de Benguela. De acordo com Mário Guerra, as vendas terão início no terceiro trimestre do ano em curso, mas avisa que na província da Huíla não serão comercializadas a totalidade das habitações da centralidade da Kilemba.

"Dos 8 mil e 810 apartamentos disponíveis na centralidade da Kilemba, província da Huíla, serão comercializadas apenas 854 casas por falta de algumas condições, nomeadamente, energia e água", esclareceu.

Mário Guerra salientou ainda que para assegurar o fornecimento de energia e de água na centralidade da Kilemba, a empresa CITIC, responsável pela edificação da referida cidade, está a construir uma central.

Na província do Namibe, concretamente na localidade da Praia Amélia, município de Moçâmedes, estão prontas 2 mil vivendas e apartamentos que serão igualmente entregues no decurso do terceiro trimestre do ano em curso.

Quanto ao cumprimento do prazo ora fixado, Mário Guerra não oferece garantias definitivas, afirmando que "tudo depende da conclusão das infraestruturas básicas, uma tarefa da responsabilidade do Ministério do Urbanismo".

Quanto às habitações erguidas na província de Benguela, assegurou que serão comercializadas a partir do terceiro trimestre de 2017, sem no entanto ter avançado uma data precisa. "Tudo depende da conclusão das infraestruturas", reiterou.

Refira-se que foram construídas várias centralidades no país, com realce para a do Kilamba, a maior, contando com 700 prédios, 24 jardins-de-infância, 17 escolas primárias e secundárias com capacidade para albergar 1.200 alunos por turno.

O Kilamba possui duas subestações eléctricas, uma estação de tratamento de água com captação a partir do rio Cuanza, 20 quilómetros a Sul.

Para além do Kilamba, o Executivo, através de uma linha de crédito da China, construiu centralidades designadamente nas províncias do Huambo, Bié, Uíge e Lunda Norte

Sobre a Imogestim

Constituída em Dezembro de 1997, a Imogestim iniciou actividades aos 15 de Junho de 1998, com a nomeação do seu Conselho de Administração e demais órgãos sociais. Como empresa do ramo imobiliário, dedicou-se inicialmente a vários segmentos de negócios imobiliários, nomeadamente a promoção, mediação e a gestão imobiliária.

Nessa altura, a Imogestim teve como maior empreitada o Projecto de Loteamento Imbondeiros Comercial e Industrial, em Luanda, num terreno da Arquidiocese de Luanda, a reabilitação e reabertura do Hotel Terminus, na cidade do Lobito.

Com o advento da paz e a crescente estabilização macroeconómica do país, a partir de 2002, grandes desafios foram impostos à Imogestim, nos vários domínios da actividade imobiliária.

Ao nível de promoção imobiliária, a Imogestim elaborou uma carteira de projectos, alguns dos quais exclusivamente detidos pela sociedade, nomeadamente o Hotel Terminus Lobito, Hotel Terminus dalatando e o Condomínio Atlântico, além de outras parcerias mantidas com outros investidores (Kíanda e Muxima Plaza).

6.10 Trocas comerciais entre Angola e China cresceram 50,47% em Janeiro

Jornal O País

14 De Março de 2017

A China continua a ser um parceiro privilegiado de Angola, com as trocas em constante crescimento. Dados divulgados pela representação diplomática de Angola no país asiático indicam que as trocas comerciais entre a China e Angola registaram um

crescimento de 50,47%, tendo atingido os USD 2026 milhões.

A informação foi avançada pela embaixada angolana na China, neste Domingo 12. Segundo o documento, a China vendeu a Angola produtos no valor de USD 167 milhões e comprou mercadorias, fundamentalmente o petróleo, no valor de USD 1859 milhões.

"O comércio entre a China e os países de língua portuguesa atingiu os USD 8281 milhões em Janeiro de 2017, representando um acréscimo de 7,52%, em comparação ao ano anterior", lê-se na nota.

Angola e o Brasil foram responsáveis em Janeiro por 92% das trocas comerciais entre a China e os oito países de expressão portuguesa com um total de USD 7625 milhões.

O documento indica que com o Brasil o comércio bilateral atingiu USD 5599 milhões, uma queda de -0,33, tendo as empresas chinesas importado da nação brasileira produtos no valor de USD 3208 milhões (menos 4,46%) e vendido bens cujo valor se situou em USD 2390 milhões.

O documento informa igualmente que Portugal surge em terceiro lugar em termos de valor com trocas comerciais que se situaram em USD 407 milhões (-16,85%), com exportações chinesas no montante de USD 259 milhões (-19,52%) e exportações portuguesas rondando os USD 147 milhões (-11,66%). "Em quarto lugar aparece Moçambique com uma actividade comercial bilateral no valor de USD 168 milhões (+2,24%), em que as empresas chinesas fizeram vendas no valor de USD 120 (+2,16%) e compraram bens no montante de USD 47 milhões (+2,44%)".

Em relação aos restantes países de língua portuguesa - Cabo Verde, Guiné-Bissau, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe, as trocas comerciais ascenderam em Janeiro aos USD 17,8 milhões. Em 2016, o valor das trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa caiu pelo segundo ano consecutivo, ao atingir USD 90 874 milhões, com uma contração homóloga de 7,72%.

6.11 Centralidades mais caras

Novo Jornal

17 De Março de 2017

Texto: Faustino Diogo

Os cidadãos interessados nas habitações do Programa Habitacional do Estado (PHE), em Luanda, vão pagar mais pelos imóveis, segundo informações disponibilizadas pela Imogestin, imobiliária responsável pela comercialização das casas.

De acordo com os preços divulgados pela Imobiliária, o aumento em determinados projectos fica acima de 50 por cento do que o preço praticado na primeira fase de comercialização.

Na centralidade do Zango O, «Vida Pacífica», onde se prevê que as vendas tenham início no terceiro trimestre deste ano, os apartamentos de tipologia T4 vão custar, em kwanzas, o equivalente a 140 mil dólares, valor muito acima dos 90 mil dólares da fase inicial. Já os T3 passam a valer, em kwanzas, o equivalente a 110 mil dólares, contra os 70 mil dólares iniciais.

Mais caras ficam também as habitações no Km 44, onde os apartamentos do tipo T3 vão passar a custar o equivalente a 35 mil dólares, mais 5 mil do que na primeira fase.

Contactada, a Imogestin explicou que "a subida dos preços se deveu a um conjunto de factores e é definida pelo Estado, sobre sua proposta".

"Não faz sentido os preços no Zango 0 serem os mesmos ou mais baixos que os da centralidade do Kilamba, pela diferenciação dos próprios apartamentos", avançou a imobiliária, que garantiu não ter qualquer responsabilidade nos preços da primeira fase.

"O Programa Habitacional do Estado ainda não comercializou nenhum apartamento no Zango. A primeira fase não é da responsabilidade da Imogestin", acrescentou.

As vendas em Luanda, segundo dados da imobiliária, deverão começar no próximo trimestre, com a comercialização dos fogos na centralidade do Km 44, que tem disponíveis dois mil apartamentos do tipo T3.

Em Julho, início do terceiro trimestre, as vendas chegam ao «Vida Pacífica», onde existem quase 2500 apartamentos, das tipologias T3 e T4. O terceiro trimestre vai também marcar a estreia da centralidade do Zango, que vai disponibilizar oito mil fogos, entre vivendas e apartamentos T3, a preços que variam entre os 65 a 70 mil dólares para as moradias e 50 mil para os apartamentos.

No entanto, as vendas estão condicionadas ao início e conclusão das infra-estruturas externas, da responsabilidade do ministério do Urbanismo e Habitação.

Para esta fase de vendas, as candidaturas em Luanda serão feitas via Internet, com 40 por cento da disponibilidade de habitações para os trabalhadores da função pública, 30 por cento público dirigido (trabalhadores das grandes empresas públicas e privadas) e 30 por cento de venda livre.

Os funcionários públicos deverão pagar os imóveis no regime de propriedade resolúvel, num prazo de 20 anos.

No regime de venda ao público, dirigida aos trabalhadores das grandes empresas públicas e privadas, deverão ser pagos num prazo de até cinco anos, com uma entrada inicial equivalente a 50% do valor do imóvel como condição para acesso ou entrega provisória da habitação.

Na venda livre, os cidadãos terão de recorrer a um empréstimo bancário ou a recursos próprios para pagamento do imóvel.

Preços indexados ao dólar

De acordo com informações disponibilizadas pela imobiliária Imogestim, os preços das habitações fixados em kwanzas têm como referência o seu valor inicial equivalente em dólares com base na taxa de câmbio do Banco Nacional de Angola (BNA), situação que, no entender do economista João Pedro, poderá prejudicar o comprador.

"Quem efectuar a compra no regime de renda resolúvel poderá ver o custo da habitação e correspondente prestação mensal aumentar sempre que houver uma variação cambial", esclareceu o economista.

Para o nosso interlocutor, é inconcebível que o governo continue a ter o dólar norte-americano como referência, quando defende a necessidade de "desdolarização" da economia nacional.

"Não se entende que seja o próprio governo o primeiro a atropelar as suas políticas. Com isso, prova mais uma vez que o kwanza vai continuar a ser uma moeda subalterna no país", concluiu.

Já o economista Lúcio Silva olha para a indexação dos preços das casas ao dólar como uma situação que só irá penalizar os cidadãos menos "abastados".

"Quem pagar a pronto não vai sentir muito esta indexação. Mas quem pagar faseadamente vai ver agravada consideravelmente as suas despesas. Todas as vezes que a moeda nacional desvalorizar face ao dólar, os preços vão aumentar", justificou.

Uma prova do que advertem os economistas é o que já vivem os moradores do zango 0, que compraram apartamentos na primeira fase à SONIP.

"Quando compraram as casas, em regime de renda resolúvel, o valor contratualizado foi mais ou menos à ordem de um kwanza por cada dólar. Hoje, estão a pagar as prestações a 1,6 kwanza por cada dólar.

A indexação ao dólar contrária a proposta de alteração do regime de propriedade de renda resolúvel avançada pelo ministério do Urbanismo e Habitação, que passava pela definição de uma taxa para a actualização da prestação mensal e outras medidas de responsabilização do comprador, como alternativa ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC), conforme tinha sido anunciado no ano passado pelo Executivo.

6.12 Preços das casas nas novas centralidades vão de 5 milhões a 18 milhões de Kz

Jornal Expansão

Data: 17 De Março de 2017

Texto: José Cassanda

As vendas nas centralidades do Km 44 (Luanda) e do Capari (Bengo) arrancam no segundo trimestre deste ano e vão custar entre 5,8 milhões Kz e 4,9 milhões, respectivamente, de acordo com a página da internet da Imogestim.

Segundo a imobiliária que gere a construção das centralidades do País, na província de Luanda, a candidatura para aquisição das casas será feita via internet:

"Deve proceder à inscrição na plataforma que será disponibilizada e juntar os documentos solicitados", refere a Imogestín.

Nas outras províncias, além da comercialização ao público, também através da internet, será reservada uma parte das habitações para arrendamento directo por via de inscrições em locais ainda por designar.

No terceiro trimestre deste ano, de acordo com a Imogestín, serão colocadas à venda 2.464 casas no Zango O e custarão entre 18 milhões KZ por um T3 e 23 milhões Kz por um T4. Quanto aos projectos em Benguela, nomeadamente as centralidades de Luhongo (2.000 casas), Lobito. (3.000) e Baía Farta (1.000), e no Namibe, nomeadamente 5 de Abril (2.000casas) e Praia Amélia (2.000), bem como o projecto

Zango 8000 (7.964) em Luanda, o início das vendas está dependente da conclusão das "infraestruturas externas, sob responsabilidade do Ministério do Urbanismo e da Habitação", refere a Imogestín.

Quais os critérios de acesso? Ser maior de idade e ter nacionalidade angolana, ser trabalhador e proceder a descontos para a Segurança Social e não ter comprado nem ter arrendado casa ao Estado, são os critérios de acesso à aquisição de habitação.

Os imóveis podem ser pagos com capitais próprios ou com re- curso a crédito bancário. Os funcionários públicos pagarrino regime de propriedade resolúvel, num prazo de 20 anos. No regime de venda ao público dirigida aos trabalhadores das grandes empresas públicas e privadas, deverão ser pagos num prazo de até 5 anos, com uma entrada inicial equivalente a 50% do valor do imóvel como condição para acesso ou entrega provisória do imóvel ao público livre, o prazo dos contratos é de 20 anos. As quotas aprovadas, de acordo com a Imogestín, foram de 40% para a função pública, 30% para venda ao público dirigida e 30% de venda ao público livre.

Em cada uma das quotas, 30% dos candidatos deverão ter menos de 40 anos de idade, "de modo a proteger os jovens". No entanto, nas províncias onde "o Estado é o maior empregador, a quota da função pública poderá ser ampliada para uma percentagem superior a 50%, como aconteceu na Lunda Norte".

Os valores das habitações são fixados em Kwanzas, tendo como referência o seu valor inicial em dólar, com base na taxa de câmbio do BNA.

6.13 Venda das Habitações inicia no IIº Trimestre

Jornal Economia e Finança

Data: 17 De Março de 2017

A partir do II trimestre do ano em curso, começam a ser comercializadas habitações em várias centralidades do país, segundo fez saber a imobiliária Imogestín, gestora dos projectos do Estado. Segundo urna nota da imobiliária a que o JE teve acesso, em Luanda, estarão disponíveis habitações nos projectos Km 44, com 1.984 e Capari (3.504).

Nas províncias da Huíla e Benguela, as habitações começam a ser comercializadas no III trimestre. Na capital da província da Huíla, o Lubango estarão abertas as inscrições para o projecto com 7.910 habitações. Em Benguela, no município do Lobito serão comercializadas três mil casas e na Praia Amélia duas 2 mil.

No mesmo período serão comercializadas as habitações de Luhongo (2 mil), Baía Farta (mil), 5 de Abril (2 mil), Zango (2.464) e Zango 8.000 (8 mil).

A fonte sublinha que nos projectos de Benguela, Namibe e Zango 8.000 as vendas estão condicionadas "ao início e conclusão das infraestruturas externas, sob responsabilidade do Ministério do Urbanismo e Habitação".

Critérios para adesão

Os requisitos para o acesso das habitações prendem-se com a obrigatoriedade de ter nacionalidade angolana, maior de idade, trabalhador e proceder a descontos para a segurança social, bem como não ter antes comprado, nem arrendado casa ao Estado.

Quanto às candidaturas, a nota informa que na província de Luanda as candidaturas serão feitas via internet, enquanto que para outras "a venda ao público é livre, além da venda via internet, será reservada uma parte das habitações para arrendamento directo por via de inscrições em locais identificados, através da entrega de documentos".

Preços

Os preços das habitações são fixados em moeda nacional, o kwanzas, tendo como referência o seu valor inicial equivalente em dólares norte-americanos, com base na taxa de câmbio do Banco Nacional de Angola.

O valor por unidade habitacional variá de 140 mil dólares, a mais cara, com a tipologia T5+1 (apartamento na centralidade do Dundo, na Lunda Norte), até 30 mil, a T3 (Km 44, em Luanda e Capari no Bengo).

A fonte acrescenta que as habitações podem ser pagas com capitais próprios ou com recurso ao crédito bancário. Os funcionários públicos pagam no regime de propriedade resolúvel, num prazo de 20 anos, sendo, que para o Dundo "foi aprovado o alargamento para 30 anos".

No regime de venda ao público dirigida aos trabalhadores das grandes empresas públicas e privadas, deverão ser pagos num prazo de até cinco anos, com urna entrada inicial equivalente a 50 por cento do valor do imóvel como condição para acesso ou entrega provisória do imóvel.

No regime de venda ao público livre, o prazo dos contratos é de 20 anos, sendo que as quotas aprovadas destacam que para a Função Pública está fixada em 40 por cento, venda ao público dirigido (30), público livre (30). Em cada urna das quotas 30 por cento dos candidatos deverão ter menos de 40 anos de idade, de modo a proteger os jovens.

"As percentagens das quotas são ajustadas de acordo com a realidade da província. Naquelas em que o Estado é o maior empregador, a quota da função pública, poderá ser ampliada para uma percentagem superior a 50 por cento, como aconteceu na Lunda Norte", frisa a fonte, depois de adiantar que o prazo de entrega da habitação será no máximo de 10 dias,

após o pagamento exigido.

Quanto ao arrendamento das habitações, A Imogestin informa que foi aprovado uma quota de 20 por cento para esta modalidade, permitindo o acesso às habitações "a pessoas com rendimentos que não permitam a sua compra, particularmente para as camadas mais jovens".

Venda das lojas

A Imogestin informa que o processo de venda das lojas tem início com a venda das habitações, sendo que só existem lojas nas Centralidades do Kilamba, Sequele (Luanda) e Dundo (Lunda Norte). Cabinda tem apenas um espaço comercial, com cerca de 350 metros quadrados.

Sobre os preços e modalidades de pagamento, a fonte frisa que para Luanda foi aprovado o preço de venda das lojas por metro quadro equivalente a 2 mil dólares (Kilamba) e de 1.500 para o Sequele. Nas

"províncias de Benguela e Huíla, o preço varia entre os 1.000 e 1.500, respectivamente.

Para a Lunda Norte, na Centralidade do Dundo, foi aprovado vender as lojas no valor equivalente a 1.000. Quanto aos procedimentos de pagamento, para a província de Luanda as lojas deverão ser "pagas com uma entrada de 40 por cento e mais duas "prestações de 30 semestrais para se concluir o pagamento num ano.

Para as "províncias intermédias (Benguela e Huíla), foi aprovado um prazo de 24 meses, com entrada de 25 por cento por semestre e com pagamento total em quatro prestações.

As outras províncias deverão pagar as lojas em cinco prestações com uma entrada de 20 por cento e seguidas de mais quatro prestações semestrais, correspondendo a dois anos e seis meses para pagar as lojas na sua totalidade.

Sobre os critérios de acesso e candidaturas, os candidatos com experiência e no exercício de actividade comercial, terão uma quota de 60 por cento das lojas, para assegurar a sua abertura a curto prazo, desde que não tenham dívidas com o Estado, incluindo a segurança social.

"Os candidatos que não tenham experiência, com uma quota de 40 por cento, para dar espaço aos novos empreendedores comerciais, que não possuam dívidas ao Estado", sublinha a fonte.

Cobrança das prestações

A Imobiliária informou que na Centralidade do Kilamba cerca de 62 por cento dos moradores que adquiriram apartamentos no regime de propriedade resolúvel têm cumprido com a obrigação de pagamento da prestação.

No Sequele a taxa de pagamento ronda os cerca de 33 por cento de moradores que cumprem com a obrigação de pagamento da prestação do imóvel.

"Na Centralidade do Dundo devido ao atraso na assinatura do contrato, poucos moradores têm cumprido com a obrigação de pagamento da prestação, assim como Cabinda", salienta a fonte.

6.14 Reaberto processo de comercialização de moradias

Jornal de Angola

18 De Março

Texto: Nbuca Júnior

Mais 33.862 apartamentos de várias tipologias, localizados nas províncias de Luanda, Lunda Norte, Cabinda, Bengo, Huíla, Benguela e Namibe, começam a ser comercializados, a partir do próximo mês, pela Imogestim, empresa gestora dos projectos Habitacionais do Estado.

De acordo com a Angop, que divulgou ontem a notícia, o acesso às moradias resultantes de projectos habitacionais do Estado só está reservado aos cidadãos nacionais.

Os interessados que residem na província de Luanda devem apresentar a sua candidatura via Internet.

O processo de comercialização de moradias reabre quatro anos depois e havia sido interrompido por decisão do Executivo, que retirou, em 2013, à Sonip a gestão da comercialização, estando agora o trabalho sob a responsabilidade da imobiliária Imogestim.

A partir de Abril, são colocadas à venda 1.984 habitações da Urbanização Quilómetro 44, no município de Icolo e Bengo, província de Luanda, e 3.504 construídas no Capari, província do Bengo. No terceiro trimestre, a empresa Imogestim vai comercializar apartamentos construídos na cidade do Lubango, província da Huíla, onde foram erguidas 7.910 moradias, na cidade do Lobito, que tem três mil habitações disponíveis, e na Praia Amélia, província do Namibe, com duas mil casas.

Ainda no terceiro trimestre, no Lubango, província de Benguela, vão estar à venda duas mil moradias, na Baía Farta, também em Benguela, mil casas e, no bairro 5 de Abril, no Namibe, duas mil.

Para o terceiro trimestre, também está reservada a comercialização de 2.464 habitações na centralidade do Zango O e oito mil no Zango 8.000, na província de Luanda.

O prazo de entrega das habitações é de 10 dias ao máximo, a contar a partir da data de pagamento.

Para a compra de uma casa numa das centralidades, o interessado deve ser maior de idade, trabalhador, proceder a descontos para a Segurança Social e não ter antes comprado casa ao Estado nem ter casa arrendada ao Estado.

Os preços das habitações são fixados em kwanzas, tendo como referência o seu valor inicial equivalente em dólar e, com base na taxa de câmbio do Banco Nacional de Angola (BNA).

Regimes definidos A Imogestim estabeleceram três regimes de acesso à compra dos apartamentos: Função Pública, Venda ao Público Dirigida e Venda ao Público Livre. Cada regime tem quotas definidas.

Assim, para a Função Pública estão disponíveis 40 por cento do total dos apartamentos que vão ser comercializados, para a Venda ao Público Livre estão disponíveis 30 e para a Venda ao Público Livre também 30.

Em cada uma das quotas, 30 por cento dos candidatos devem ter menos de 40 anos, uma decisão da Imogestim que visa proteger os jovens.

Percentagens das quotas Sobre as modalidades de pagamento, os imóveis podem ser pagas com capitais próprios ou com recurso ao crédito bancário. Os funcionários públicos vão pagar ao abrigo do regime de propriedade resolúvel, num prazo de 20 anos. Para a Centralidade do Dundo, na província da Lunda Norte, foi aprovado o alargamento para 30 anos.

No regime de Venda ao Público Dirigida aos trabalhadores das grandes empresas públicas e privadas, as casas devem ser pagas num prazo de até cinco anos, com uma entrada inicial equivalente a 50 por cento do valor do imóvel como condição para o acesso ou entrega provisória do imóvel. No regime de Venda ao Público Livre, o prazo dos contratos é de 20 anos.

As percentagens das quotas são ajustadas de acordo com a realidade da província. Naquelas em que o Estado é o maior empregador, a quota da Função Pública pode ser ampliada para uma percentagem superior a 50 por cento, como aconteceu na Lunda Norte.

Quanto à duração do contrato promessa, a duração dos contratos está ligada às condições de pagamento e ao regime do cliente "função pública", "venda dirigida" ou "venda livre".

Tabela de preços Relativamente à possibilidade de arrendamento do imóvel, foi aprovado que, nas vendas futuras dos projectos habitacionais, uma quota de 20 por cento seja destinada a arrendamento, permitindo o acesso às habitações a pessoas com rendimentos que não permitam a sua compra, particularmente para as camadas mais jovens.

Há preços para todos os bolsos.

O preço mais baixo é referente às urbanizações do Quilómetro 44 e do Musseque Capari.

Cada apartamento T3 custa, nas duas novas urbanizações, o equivalente a 30 mil dólares. As habitações com os preços mais altos estão no Zango O, onde um T3 custa, em kwanzas, o equivalente a 110 mil dólares e um T4 o equivalente a 140 mil dólares.

No Zango 8000, em Luanda., o apartamento com a tipologia VT3i custa o equivalente a 70 mil dólares, o VT3g 65 mil e o T3 o equivalente a 50 mil. Na cidade do Dundo, província da Lunda Norte, o T3 custa o equivalente a 65 mil dólares, o mesmo valor para o T+ 1, um T4 110 mil dólares, um T5 125 mil, um T4+ 1 entre 120 e 130 mil e o T5+1 140 mil.

Na Centralidade 4 de Abril, na província de Cabinda, o apartamento T3 vai ser comercializado a 70 mil dólares e o T4 a 80 mil, enquanto na da Quilemba, província da Huíla, o apartamento com a tipo 10 gía VT3i custa o equivalente a 80 mil dólares, o VT3g 70 mil, o T3e 65 mil e o T3se 60 mil.

Na Centralidade do Lobito, província de Benguela, o apartamento VT3i custa o equivalente a 70 mil dólares e o T3e 60 mil.

Também em Benguela estão a urbanização do Lubango, onde um VT31 vai custar o equivalente a 65 mil dólares, um VT3g 60 mil e T3se 55 mil, e da Baía Farta, onde um VT3 i vai custar o equivalente a 60 mil dólares, VT3g 55 mil e o T3se 55 mil.

Na província do Namibe, estão duas novas urbanizações - a 5 de Abril e a Praia Amélia.

Na urbanização 5 de Abril, um apartamento VT3i vai custar o equivalente a 70 mil dólares, um VT3g 65 mil e um T3 55 mil, sendo os mesmos preços para as mesmas tipologias de apartamentos construídos na Praia Amélia.

6.15 É preciso gerar recursos financeiros para novos projetos

Jornal de Angola

24 De Março de 2017

Texto: Faustino Diogo

Os preços das habitações nas centralidades estão mais altos do que na primeira fase de venda e em alguns casos aumentaram mais de metade, como, por exemplo, no Zango O Porquê?

Os preços que são definidos agora, sobre proposta da Imogestín, correspondem a estudos que foram feitos. Ainda assim, os preços das habitações de todos os projectos habitacionais do Estado estão abaixo do custo de construção.

O Estado, ainda assim, está a perder dinheiro com a venda destes projectos. É evidente que o Estado não tem objectivos comerciais, tem objectivos sociais, mas, naturalmente, se houve uma mudança, esta tem a ver com situações que foram verificadas no passado.

Uma das condições que o Estado impôs à Imogestín, na gestão dos projectos habitacionais, sem prejudicar os objectivos sociais, é introduzir uma nota de maior sustentabilidade desses projectos, uma vez que eles são, na íntegra, financiados pelo próprio Estado.

Por isso é que o desejável, e tenho certeza que acontecerá no futuro, é que projectos habitacionais, ainda que com carácter de habitação social, executados pelo Estado, devam ter uma componente de parceria público-privada, para se diminuir a exposição do Estado, porque de outra forma não é sustentável.

O Estado não pode perder dinheiro, mas também é sua tarefa garantir habitação aos seus cidadãos.

Temos habitação social. Mas habitações a esses preços não são propriamente sociais. Se falarmos do KM 44 ou Kapari, ao nível do critério preço, já se aproxima daquilo que é a habitação social. O facto de os preços terem subido não significa que o estado se descorou dos objectivos que tem.

Se está a vender a habitação abaixo do custo de construção, está a garantir que esta habitação seja acessível, para além disso, o facto de o Estado ter determinado para todos os regimes de venda, obrigatoriamente, que 30 por cento das habitações têm de estar definidas para jovens, com menos de 40 anos, é uma forma de proteger aqueles que têm menos rendimentos. E há ainda outra novidade, sobretudo fora de Luanda: 20 por cento destas habitações vão ser destinadas ao arrendamento.

As rendas vão ser mais baratas do que o valor das prestações mensais, o que vai permitir que um maior número de pessoas tenha acesso a habitação.

Se, por um lado, se elevaram os preços; por outro lado, continuam a ser os mais acessíveis no mercado de habitação. E é preciso gerar recursos financeiros para novos projectos.

Os preços divulgados pela Imogestín estão referenciados em dólares. Vamos ter as prestações indexadas ao dólar?

Os preços das prestações não estarão indexados ao dólar. O primeiro preço da habitação é que está referenciado também em dólares, por um conjunto de razões. A nossa moeda, o kwanza, sobretudo nos últimos três anos, ficou mais volátil. Por causa disso, tínhamos duas opções: ou o preço inicial era indexado ao dólar, e as pessoas a partir daí tinham já nota que aquele seria o preço, ou então, teríamos o preço em Kwanza flutuante, o que iria gerar alguma instabilidade nos compradores.

A prestação vai ser determinada em relação ao valor do imóvel e, desde a primeira prestação até à conclusão, não vai estar indexada ao dólar. Aliás, isto já está a acontecer nos projectos inicialmente comercializados pela SONIP e agora sob a nossa gestão.

O que estava determinado pelo Executivo, sobre proposta da Imogestín, era que a correção anual seria com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que ficou corroído com a inflação.

Por isso, propusemos logo a seguir não aplicar esta medida. Foi então decidido criar um grupo de trabalho para estudar um factor que permita alguma actualização do valor da prestação, mas sem penalizar o comprador.

A indexação ao dólar está fora de hipótese?

Sim. Isto já foi assumido pelo Executivo desde que a Imogestín formalmente assumiu a gestão das centralidades.

Os funcionários públicos continuam a ter primazia sobre os restantes cidadãos no acesso a estes projectos. Isto ainda se justifica?

Sim. De facto, justifica-se.

Em Luanda, vamos ver como é que as coisas vão correr. Mas dou-lhe o exemplo concreto da Lunda-Norte, centralidade do Dundo, onde as cotas eram iguais (40%) e onde vamos ter de aumentar, porque o poder aquisitivo fora da função pública é muito baixo.

Das poucas mais de duas mil habitações que estão vendidas no Dundo, em regime de propriedade resolúvel, menos de 100 foram vendidas a cidadãos particulares. Aqui estamos a pensar em aumentar a cota para 60 por cento de habitações destinadas a trabalhadores da função pública e o restante, tendo

em conta as próprias condições da província, serem para o mercado de arrendamento.

A venda livre dos 30 por cento do total das habitações previstas para Luanda será feita no regime de propriedade de renda resolúvel? "

A venda livre e à função pública serão no regime de propriedade de renda resolúvel. Para as grandes empresas é que será num estilo diferente, o pagamento em cinco anos.

As vendas começam em Abril?

Não. Não estamos ainda a falar no próximo mês ou em outro qualquer. Isso ainda vai ser confirmado, por isso, é que falamos em primeiro trimestre e não propriamente em meses. Pode acontecer em Abril ou Junho. É dentro do trimestre que vai acontecer.

O que está a condicionar o início da comercialização é a conclusão das infraestruturas externas: o fornecimento de energia eléctrica, o abastecimento de água e construção das vias de acesso às estradas e até às centralidades.

Essas são responsabilidades que competem ao Estado, através dos ministérios de Energia e Águas e da Construção, sob coordenação do ministério do urbanismo e Habitação. Como são tarefas que competem a terceiros, temos de ter mais cuidado com os prazos assumidos. Por isso é que falamos em trimestre e não em meses.

Não há um trabalho conjunto com os ministérios para que as infraestruturas externas sejam feitas em simultâneo com a construção das habitações?

Estamos a falar de situações que vêm do passado. Mas já tem havido esta articulação, a problema também é dos constrangimentos financeiros. Por mais boa vontade que estas estruturas estatais tenham, o que muitas vezes previam realizar, em determinada altura, não fizeram.

Mas os prazos que temos apontado agora são esses e é nestes prazos que as coisas devem acontecer.

Para além de Luanda e da Lunda-Norte, quais são as outras localidades onde estão reunidas as condições para se iniciarem as vendas?

Desde de tenhamos as infra-estruturas externas, temos Benguela, com três projectos habitacionais: Lobito 3 mil unidades, Catumbela duas mil e Baía Farta mil unidades. No Namibe, temos duas centralidades: Praia Amélia com duas mil unidades e 5 de Abril também com duas mil unidades.

No Lubango, a centralidade do Kilamba tem oito mil habitações, mas não vamos poder vender este ano todas.

Vamos vender apenas 854 habitações, porque o problema das infraestruturas no Lubango é o mais grave que existe.

Quanto é que a Imogestin ganha por cada apartamento do Estado vendido?

A Imogestin tem um contrato de gestão com o Estado e não ganha por apartamentos vendidos. Há um conjunto de critérios que estão definidos para que a Imogestin possa ser remunerada. Pela gestão da parte de construção e pela comercialização, pela sua performance.

Há também o compromisso da Imogestin de redução dos custos de construção.

Portanto, o valor da remuneração tem componentes variadas e pode dar-se o caso de, em determinado ano, a Imogestin ganhar um valor e, no outro ano, esse valor ser inferior ou mais alto, em função da sua performance.

As Inscrições para a compra de casa serão feitas via internet. Como é que será feito o processo de aferição de quem realmente está em condições de adquirir uma habitação?

A primeira forma será através dos documentos que serão carregados na plataforma.

Depois, as entrevistas que iremos realizar com os candidatos para constatar a informação e ver se as pessoas têm realmente condições. Temos de aprender com o passado. Algumas pessoas declararam ter rendimentos e, depois, verificou-se que andaram a falsificar documentos.

o atendimento será por ordem de inscrição?

Quando o candidato se inscrever e carregar a plataforma com os seus dados recebe um aviso que vai ser a prova material do período em que se inscreveu.

O processo vai ser transparente.

Aconselho os cidadãos a não adquirirem nenhuma habitação dos projectos do Estado fora dos escritórios da Imogestin, ainda que seja o presidente do conselho de administração da empresa a dizer que tem para vender.

Porque o cidadão que comprar de outra pessoa não está protegido, vai perder a casa.

Vão impedir que determinado candidato que já adquiriu uma habitação nos projetos habitacionais do Estado volte a comprar?

A base de dados do Instituto Nacional da Habitação e as bases de dados que estão em posse da Imogestin vão permitir um maior controlo. Nome de determinado candidato já constar em qualquer uma dessas bases de dados, é automaticamente excluído do processo.

Os moradores da Vida Pacífica, que compraram na primeira venda à Sonangol estão nestas bases de dados?

Não temos a base de dados da Vida Pacífica. Aqui não temos como aferir. Porque na verdade ele não comprou ao Estado directamente.

6.16 Pagamento do imposto predial termina já na próxima semana

Jornal Economia
24 De Março de 2017

O Imposto Predial Urbano (IPU) deve ser pago até à próxima sexta-feira, 31 de Março, conforme o prazo alargado que havia sido dado pela Administração Geral Tributária (AGT).

Tal como a sua natureza, o IPU incide sobre o valor patrimonial dos prédios quando não arrendados ou sobre as rendas dos prédios urbano quando arrendado.

Tratando-se de prédios não arrendados, o imposto é devido pelo proprietário, usufrutuário ou beneficiário do respectivo direito de superfície.

O IPU deve ser declarado e pago até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte ao exercício ao que se refere. Significa que, em 2017, está a pagamento o IPU referente ao ano de 2016.

Numa comunicação de esclarecimento, a MGA Advogado explica que quanto ao pagamento do imposto, e te poderá ser efectuado em duas prestações. Designadamente, em Janeiro e Julho ou numa única prestação, isto em Janeiro.

A comunicação da MGA Advogado diz ainda que, no caso de prédios arrendados, o sujeito passivo do imposto é o beneficiário das rendas (usualmente o proprietário), devendo, no entanto, ser o inquilino, quando disponha ou deva dispor de contabilidade organizada, mediante retenção na fonte, a proceder à entrega do imposto devido à Administração Tributária.

6.17 AGT vai cobrar à porta de casa para fiscalizar imposto predial

Jornal Liberdade

31 De Março de 2017

A Administração-Geral Tributária (AGT) informou que vai iniciar na próxima semana a fiscalização porta a porta sobre o pagamento do Imposto Predial Urbano, com o qual pretende arrecadar este ano mais de 200 milhões de dólares.

Este imposto anual, lançado em 2016 e cujo prazo de liquidação termina esta sexta-feira, implica o pagamento de uma taxa de 0,5% sobre o valor dos imóveis, excluindo os avaliados até cinco milhões de kwanzas, pelo que o imposto é aplicado ao excesso desse valor. Para os créditos arrendados, a taxa é de 15% sobre o valor efectivo da renda cobrada.

Em ano de estreia desta cobrança, a AGT explica que a partir de 05 de Abril vai avançar com a fiscalização ao domicílio dos imóveis, através de Brigadas Fiscais devidamente identificadas, processo que arranca na zona de Talatona, no sul de Luanda, a alargar posteriormente a outras regiões de Luanda.

No Orçamento Geral do Estado para 2017, o Governo inscreveu que prevê arrecadar 36.068 milhões de kwanzas com o pagamento do Imposto Predial Urbano. O incumprimento detectado pelos fiscais; refere a AGT, levará à instauração de processos de execução fiscal, para cobrança coerciva. O Estado angolano, institutos públicos e associações que gozem do estatuto de utilidade pública, bem como Estados estrangeiros, quanto aos imóveis destinados às respectivas representações diplomáticas ou consulares, estão isentos do pagamento do imposto. O mesmo acontece com as instituições religiosas legalizadas quanto aos imóveis destinados exclusivamente ao culto, bem como as sedes dos partidos políticos, dos sindicatos. e das instituições de providência social.

6.18 As novas centralidades

Jornal O PAÍS

31 De Março de 2017

As novas centralidades são um oásis para muitos que têm casa própria naquilo a que podemos chamar o direito à habitação' mas também é um enorme "cinzentismo" (mesmo com prédios pintados de várias cores) verificar a falta de criatividade que imprimem nestas novas urbanizações! E a minha pergunta é:

Onde estão os arquitetos nacionais? Foram chamados a participar nesta fase tão importante de Angola?

Aquilo que posso constatar é que poucos ou nenhuns angolanos foram chamados a participar num traço que seja destes prédios e ruas, porque se assim fosse teriam rasgos de africanidade e certamente espaços comuns mais bem pensados, teriam arte nas ruas e nas fachadas, mais diversidade e imaginação.

Verifica-se infelizmente que tantas pequenas e médias empresas angolanas não foram sequer ouvidas nestes planos de expansão das cidades. De facto, podemos constatar que foram planos, edifícios e infraestruturas pensadas numa qualquer cidade estrangeira - talvez na China cuja cultura é diferente, o modus vivendi e as estações do ano nada tem a ver connosco... Provavelmente nem visitaram os terrenos destas novas implantações urbanas, porque se assim fosse assumiriam mais preocupação para com os hábitos e costumes dos angolanos.

E o mesmo se passa com o Plano Director de Luanda, para o qual chamaram arquitectos, sociólogos e outros técnicos estrangeiros para definir o futuro da nossa capital. São planos irrealis e descontextualizados. Porque o que precisamos em Luanda é de vários "micro planos", um pouco como o mier o crédito de que uma população carenciada precisa! Estes grandes planos já deviam ter sido aplicados há 10 anos atrás quando a cidade ainda o permitia.

O repto que eu lanço aos governantes é o seguinte: abram concursos públicos de ideias e planos de desenvolvimento urbanos para o futuro, chamem arquitetos novos e velhos que vivem cá na nossa Angola para desenhar soluções, várias soluções, vários arquitetos, sim, estes que por acaso têm empresas nacionais, que pagam impostos e salários aos seus trabalhadores, alimentam famílias e fazem a economia local funcionar.

Pedra Fonseca Um arquitecto angolana com vontade de participar no futuro de Angola

6.19 Cobrança de imposto predial em residências

Jornal de Angola

31 De Março de 2017

Brigadas da Administração Geral Tributária (AGT) saem à rua, a partir da próxima quarta-feira, 5 de Abril, para fiscalizar o cumprimento do pagamento da primeira prestação do Imposto Predial Urbano (IPU), cujo prazo de liquidação termina hoje.

As actividades de fiscalização, de acordo com o documento da AGT, começam no Distrito de Talatona e alarga-se às diversas zonas de Luanda.

"Caso não se proceda à liquidação do Imposto Predial Urbano, os contribuintes acumulam dívidas fiscais, que podem dar origem à instauração de um processo de execução fiscal, obrigando ao Estado cobrar de forma coerciva o imposto em falta", descreve o documento.

No quadro desta campanha de fiscalização, os técnicos da Administração Geral Tributária vão estar devidamente uniformizados e identificados, pelo que a AGT apela à máxima colaboração e compreensão dos contribuintes para o êxito da missão.

Os imóveis com valor até cinco milhões de kwanzas estão isentos do pagamento do Imposto Predial Urbano, mas acima deste valor, apenas sobre o excedente, aplica-se uma taxa de 0,5 por cento.

A Administração Geral Tributária prevê neste ano um aumento da arrecadação do Imposto Predial Urbano (renda e património) na ordem de 16 por cento, o correspondente a 36.068.929.210,49 de kwanzas, contra 31.052.123.947 de kwanzas arrecadados em 2016. Com este valor, está previsto um incremento de 4.444.719.510,48 de IPU (património) e 572.085.753,01 kwanzas de IPU (renda) face ao ano de 2016, em que 64 por cento correspondeu à renda e 36 ao património.

Os cidadãos em regime de arrendatário do Estado estão isentos de pagamento do IPU, mas os que estiverem a pagar um imóvel do Estado, ainda que seja em prestações, devem liquidar o imposto.

Os prédios urbanos e casas, apartamentos e terrenos devem pagar impostos, desde que não estejam afectos à agricultura, sicultura e agro-pecuária.

Centralidades

O Pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU) nas diferentes centralidades do país, novos aglomerados urbanos construídos pelo Estado angolano, abrange os cidadãos que tenham comprado imóvel ou que estejam ao abrigo de um contrato promessa de compra e venda com propriedade resolúvel.

O IPU deve ser pago por todas as entidades nacionais e estrangeiras residentes que usufruam, tenham a posse ou sejam proprietários de um imóvel urbano nas centralidades.

Estão isentos do pagamento do IPU, de acordo com um esclarecimento da AGT, as entidades que celebraram contratos de arrendamento com o Estado

e que não assinaram um contrato promessa de compra e venda que lhe possa, eventualmente, conferir a titularidade.

No Cuando Cubango, o processo de pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU) decorreu de forma satisfatória com os contribuintes da Sétima Região Tributária a aderirem às repartições fiscais.

A informação foi avançada ontem pelo chefe de departamento dos Serviços Fiscais da Sétima Região da Administração Geral Tributária (AGT), Augusto Caculo, para quem a adesão dos contribuintes ao IPU melhorou muito.

Sem precisar números, o responsável disse que a disseminação das palestras no quadro da "consciencialização tributária", iniciada no ano passado, permitiu aumentar a cultura de pagamento do imposto.

Augusto Caculo, que falava à margem de uma palestra sobre Educação Fiscal, dirigida aos funcionários e agentes dos órgãos tutelados pela delegação provincial do Interior, disse que todas as receitas provenientes deste e outros tipos de impostos são reportados a nível da região e esta, por sua vez, informa à direcção-geral da Administração Geral Tributária. Por sua vez, o chefe do departamento de Educação Moral e Cívica, superintendente Graças Domingos Paulo, considerou importante a interacção entre o Ministério do Interior e a repartição fiscal, dois órgãos do Estado.

"Tal interacção é importante para se transmitir a cultura do pagamento de impostos, por contribuir, de forma directa e indirecta, àquelas que são as necessidades do país, incentivando os órgãos competentes a continuar com esse tipo de intercâmbio, porque constitui um dever de cidadania", frisou.

6.20 Finanças iniciam fiscalização do IPU de porta à porta

Jornal O PAÍS

31 De Março de 2017

Texto: Hélder Caculo

Terminado o prazo (Hoje, 31 de Março) de liquidação do Imposto Predial Urbano, a Administração Geral Tributária (AGT) veio à público informar que dará início a um processo de fiscalização porta à porta. Segundo um comunicado daquele organismo público, afecto ao Ministério das Finanças, o processo terá como ponto de partida a zona do Talatona, onde vários brigadistas

uniformizados e devidamente identificados, irão conversar com os moradores a fim de sensibilizá-los para o pagamento do IPU.

O documento também que depois de Talatona, a acção das brigadas estender-se-á às mais diversas regiões de Luanda.

O prazo para o pagamento da primeira prestação do Imposto Predial Urbano (IPU) termina hoje, 31 de Março, e os contribuintes devem dirigir-se à repartição fiscal da área de localização dos imóveis para a devida regularização.

"Se o contribuinte não proceder ao pagamento do IPU acumulará dívidas fiscais que podem originar a instauração de processo de execução fiscal, levando o Estado a cobrar de forma coerciva o imposto em falta", lê-se.

A AGT prevê neste ano de 2017, um aumento da arrecadação do Imposto Predial Urbano (renda e património) na ordem de 16 por cento, o correspondente a AKZ 36.068.929.210,49, contra AKZ 31.052.123.947.00 arrecadados em 2016.

Com este valor prevê-se um incremento de AKZ4.444.719.510,48 de IPU (património) e AKZ 572.085.753.01 de IPU (renda) face ao ano de 2016 em que 64 por cento correspondeu a renda, e 36 ao património.

Economista aconselha AGT a reduzir impostos O economista Victor Hugo de Moraes defendeu, em conversa com OPAÍS a necessidade de o Estado reduzir o valor taxado nos diversos impostos como forma de incentivar um maior número de contribuintes.

No seu entender, o Ministério das Finanças ainda não sensibilizou suficientemente os cidadãos Sobre as suas responsabilidades na economia.

"Tenho observado que a taxa cobrada nos impostos é muito elevada para muitas pessoas. Portanto, é preciso rever as taxas e reduzir os impostos", frisou.

Victor Hugo de Moraes lembrou que o valor dos impostos não é uma questão taxativa mas algo que se pode reduzir ouvindo as pessoas. "Acredito que se reduzirmos os impostos mais pessoas poderão pagá-los".

"Quanto mais impostos forem arrecadados maior será a contribuição do sector não petrolífero. E isso é benéfico porque as despesas do Estado também aumentam. Entretanto, não basta cobrar impostos, é necessário que a AGT faça um estudo

para saber porquê. Que os cidadãos não pagam o IPU", disse.

7. TERRA

7.1 Sobas denunciam administradora do Cuango de corrupção

Jornal A Republica
 3 De Março de 2017
 Texto: Coque Mukuta

Em carta enviada ao ministro da Administração do Território contam que a administradora quer remover populações de terras ricas em diamantes.

Autoridades tradicionais, entre elas 17 sobas, enviaram uma carta ao ministro da Administração do Território Bornito de Sousa, com cópia aos partidos políticos, a acusar a administradora municipal do Cuango, na província angolana de Lunda Norte, de tentar corromper os sobas da regedoria Muana-Caia com o objectivo de remover as populações de uma aldeia para outra.

Ainda de acordo com os sobas, as terras em causa são ricas em diamantes.

Cerca de seis mil dólares é o valor que supostamente a administradora municipal do Cuango, Angélica Umba Chassango, em colaboração com o responsável da Geologia e Minas e algumas empresas diamantíferas no Cuango, mobilizaram para tentar corromper os sobas.

O soba José Cawoyongo conta que os dirigentes daquela província não querem deixar a população nem com um "pedação" de terra.

"Depois de um dia detido, eu fui chamado na administração na companhia da administradora, responsável da Geologia e Minas e responsáveis da empresa diamantífera e tentaram me corromper com um milhão de kwanzas tal como consta da carta entregue ao camarada Bornito de Sousa com cópias ao MPLA, UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA conta Cawoyongo. Os sobas apelam ao ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, para tentar evitar o desalojamento que está prestes a acontecer.

A VOA contactou a administradora do Cuango, Angélica Umba Chassango, que negou prestar qualquer informação.

7.2 Porto do Lobito acusado de expropriar terreno de herdeiros

Jornal A Republica
 Data: 10 De Março de 2017

Corria O ano de 2008, altura em que o Porto do Lobito era dirigido por José Carlos Gomes, como Presidente do Conselho de Administração (PCA), terá se apropriado do referido terreno localizado no bairro Lobito Velho, sob fundamento de um confisco. Segundo informações prestadas a este jornal pela cidadã Maria Emília de Jesus Machado, após a suposta ocupação do espaço, o Porto do Lobito celebrou um contrato de arrendamento com a filial da Sonangol, no caso, a Sonamet. Esta, por sua vez, ergueu no local infraestruturas definitivo avaliado em 56 milhões de dólares norte-americanos. Achando-se proprietária legítima, Maria Emília tem vindo a tentar negociar com o Porto do Lobito para reconhecer o direito da sua propriedade, sendo que tanto a Sonamet como a Sonangol reconheceram os direitos da reclamante, através de documentos oficiais que atestam a titularidade do terreno, passados por organismos oficiais da província de Benguela (Delegação da Justiça, das Finanças e da Construção e Urbanismo).

Falso confisco

No que concerne ao alegado confisco, a fonte disse que não passa de um falso argumento, explicando adiante que Paulo Augusto Teixeira da Silva, o falecido seu pai que era o proprietário do terreno em disputa, nunca se ausentara do país até à sua morte prematura aos 50 anos de idade.

Paulo da Silva morreu no dia 7 de Maio de 1976, vítima de um acidente de viação na estrada nacional Namibe. Lucira, segundo atesta uma certidão de óbito.

O mais agravante no meio de tudo, de acordo com a lesada, é o facto de o Porto do Lobito ter beneficiado indevidamente, durante vários anos, de dinheiro de arrendamento pago pela Sonamet. Os pagamentos indevidos só cessaram quando a reclamante, munida de todos os documentos que comprovam a titularidade e do imóvel, reclamou à Sonamet no dia 8 de Novembro de 2010. Face à situação, em Julho de 2016, a cidadã Maria Emília remeteu uma carta à nova Presidente do Conselho da Administração da

Sonangol, Isabel dos Santos, para se encontrar uma solução plausível sobre o assunto. Mas, até agora, sem sucesso. Inconformada, a cidadã em causa pretende que haja bom senso das partes envolvidas no assunto, sob pena de levar às instâncias judiciais para a resolução do diferendo. Este jornal envidou esforços para ouvir a actual direcção do Porto do Lobito, mas não obteve sucesso.

7.3 População em zonas de risco sensibilizada a deixar as casas

Jornal de Angola

13 De Março de 2017

Texto: Jesus Silva

A Administração Municipal do Lobito continua a trabalhar na sensibilização dos habitantes de zonas de risco, para abandonarem o mais rápido possível estes locais, disse, no sábado, a administradora municipal adjunta.

Maria Firmino Kalesso referiu que é preciso que a população deixe de insistir na construção de casas junto das linhas de água e em zonas de risco, por causa dos perigos que esta prática acarreta.

A administradora municipal adjunta do Lobito falava no termo de uma visita de constatação a valas drenagem do município, realizada no quadro da homenagem as mais de 80 vítimas mortais das enxurradas da madrugada do dia 11 de Março do ano antepassado.

Durante a actividade, a responsável municipal do Lobito disse ser preciso que as pessoas tomem consciência desses perigos e evitar que se percam mais vidas humanas.

Maria Kalesso apelou aos munícipes para ajudarem na conservação das valas de drenagem, no âmbito do Projecto "Eu Amo o Lobito", realizado com as comunidades, e que visa a limpeza regular das referidas infra-estruturas depois das chuvas.

A administradora municipal adjunta condenou as pessoas que encaram as valas de drenagens como aterros sanitários. "Cada cidadão deve ser fiscal do seu vizinho, para evitarmos que esta problemática continue a fazer parte do nosso dia a-dia", avança. Presente na homenagem às vítimas das enxurradas do II de Março do ano antepassado, a administradora municipal da Catumbela, Filomena Pascoal, reiterou a necessidade de as famílias participarem mais nas acções de preservação do meio.

A administradora visitou a zona dos Cabrais, local onde foram reassentadas os sobreviventes das enxurradas, para participar de uma missa de homenagem a todas as vítimas mortais.

Além da missa, os membros das duas administrações municipais, familiares dos falecidos e população em geral depositaram e lançaram flores na vala de drenagem do bairro da Luz, onde tinham sido encontrados a maioria dos corpos vítimas, alguns arrastados de outros bairros. As enxurradas de II de Março de 2015 provocaram mais de 80 mortes, entre elas a de 35 crianças, destruiu 119 casas, oito escolas ficaram parcialmente danificadas e cerca de 400 famílias foram deixadas ao relento.

7.4 Gestão comercial de terrenos urbanos atribuída a uma empresa pública

Jornal O PAIS

23 De Março de 2017

A empresa Gestora de Terrenos infra-estruturados, Empresa Pública EP), criada por Decreto Presidencial 58/15, de 5 de Março, passa doravante a assegurar a gestão comercial dos terrenos urbanos que integram as várias centralidades espalhadas pelo país e outras áreas de Luanda.

O conjunto de decretos presidenciais n.ºs 64, 65, 66 e 67, de 22 de Março de 2017, assinados pelo Presidente da República, "revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente Diploma" e faz referência às centralidades do Andulo e Cuito (Bié), Kapari (Bengo), Baía Farta, Luhongo e Lobito (Benguela), Tchibodo (Cabinda), Sumbe (Cuanza Sul), Bailundo, Caála e Lossambo (Huambo), Quilemba (Huila), Km 44, Zango O, Zango V, KK 5000 (Luanda); Dundo (Lunda Norte) Luena (Moxico), Praia Amélia e 5 de Abril (Namibe) e do Quilomoço (Uíge).

A gestão dos terrenos em causa inclui a venda e outras formas de transmissão dos terrenos urbanos e activos imobiliários, celebrar contratos de concessão e de exploração com promotores públicos ou privados, nos termos da legislação em vigor, bem como requerer registo predial e fiscal, receber e dar quitação.

A receita gerada pela gestão comercial dos activos deve ser afectada a um Fundo sob gestão da Empresa Gestora.

A medida, segundo o documento, justifica-se pelo grau de complexidade que representa o processo de construção na província de Luanda que requer uma gestão racional das infra-estruturas e dos espaços infra-estruturados.

É neste contexto que foi criada a Empresa Gestora de Terrenos infra-estruturados, EP, com o objectivo de atender à necessidade de instituir uma estrutura empresarial encarregue pela administração de forma racional dos terrenos infra-estruturados com vista a dinamizar o processo de desenvolvimento urbano nas respectivas áreas.

À Empresa Gestora de Terrenos infra-estruturados, EP, é igualmente atribuída a gestão comercial dos terrenos urbanos do Sambizanga, cujo valor paisagístico e económico necessita de uma gestão assegurada por uma estrutura empresarial encarregue de controlar e orientar a administração mais racional destes espaços do domínio público e privado do Estado, no processo de requalificação e expansão da cidade de Luanda.

Neste contexto, o Decreto Presidencial 66/17, de 22 de Março, estabelece o regime de desafecção dos terrenos urbanos existentes no perímetro do Sambizanga.

Com base no Decreto nº 87108, 26 de Setembro, são excluídos da reserva fundiária da província de Luanda os terrenos nesta circunscrição destinados à promoção imobiliária de investimentos privados e equipamentos de apoio.

Neste contexto, o órgão responsável pelo processo de requalificação e desenvolvimento urbano da respectiva jurisdição territorial deve proceder à entrega dos espaços urbanos infra-estruturados, de acordo com o plano urbanístico, à esta empresa gestora.

De igual modo, a Empresa Gestora de Terrenos terá a incumbência de gestão dos terrenos urbanos das encostas da Boavista, em Luanda, no quadro do processo de requalificação e expansão da cidade de Luanda, que representa um investimento complexo que requer uma gestão racional das infra-estruturas e dos espaços.

7.5 Preço da concessão de terrenos na Huíla em discussão

Jornal de Angola

26 De Março de 2017

Texto: Domingos Mucuta

A proposta do diploma legal para a definição do preço do metro quadrado de terreno, que deve. Aplicado na atribuição de direitos fundiários pelo Estado, foi submetida à consulta pública na província da Huíla.

A referida consulta pública foi aberta durante o seminário provincial para a recolha de contribuições sobre a afixação de preço do metro quadrado na concessão dos direitos fundiários.

O seminário foi dirigido a administradores municipais, técnicos da Direcção Provincial do Urbanismo e Habitação e dos institutos Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA) e Nacional de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (INOTU), além de membros da sociedade civil local.

O jurista João Bessa, um dos oradores no seminário, disse que os critérios jurídicos a ter-se em conta na afixação de preços são o tipo de direitos e a localização.

Entre os tipos de direitos fundiários, destacou o domínio dos direitos de superfície, de prioridade, útil consuetudinário, útil civil e de ocupação precária. "Nem todos os direitos fundiários têm o mesmo peso e poder", argumentou.

João Bessa afirmou que o histórico da legislação fundiária existente não consagra a política de preços, daí a necessidade de se definir atualmente um quadro legal, para a definição de taxa para a concessão do metro quadrado. O jurista explicou que a política de preços começa a partir do momento em que o Estado desanexa o terreno do domínio público e transfere-o para a esfera privada, por via das conservatórias do Registo Civil.

João Bessa disse que os Estados podem conceder terrenos a terceiros. "Enquanto o terreno estiver no domínio da propriedade originária do Estado, o seu domínio é público e não pode ser concedido." Salientou que a propriedade originária do Estado, consagrada na Constituição da República, é o ponto de partida, mas a afixação de preços do metro quadrado de terrenos a conceder acontece quando o Estado decide conceder o espaço a particulares. João Basta sublinhou que os direitos da comunidade a terras estão salvaguardados à luz do direito do domínio útil consuetudinário, que é intransmissível, enquanto propriedade coletiva das comunidades sobre os terrenos, de acordo com os hábitos e costumes, Fonte de receitas O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyippinge, referiu que a transmissão ou a constituição desses direitos, previstos na lei, só pode ter lugar a título oneroso, excepto a constituição do domínio útil consuetudinário.

João Marcelino Tyippinge defendeu o aprofundamento da discussão sobre preços do metro quadrado de terrenos em Angola, à luz das diversas modalidades previstas no ordenamento jurídico angolano.

O governador provincial entende que a discussão, para colher contributos, serve para definir de forma simples e clara a prática das distintas entidades concedentes de direitos fundiários como as administrações municipais, governos provinciais e Ministério do Urbanismo e Habitação.

João Marcelino Tyippinge disse que o Estado arrecada receita com as concessões, tributações de imóveis ou da actividade economia ligadas ao uso da terra.

Considerou justo e oportuno ter um valor base do metro quadrado na concessão de direitos fundiários que sirva de referência para todo o país, em função da localização.

7.6 'Imobiliária' do Estado quer vender 773 milhões USD em terrenos

Jornal Expansão
31 De Março de 2017

A Empresa Gestora de Terrenos infra-estruturados (EGTI), criada em 2015 pelo Governo para assegurar essa gestão comercial, prevê facturar 773 milhões USD, até 2020, com a venda de terrenos em duas cidades construídas de raiz em Luanda.

A informação consta do plano estratégico da EGTI, documento aprovado por decreto presidencial em

Março, prevendo a empresa, totalmente estatal, colocar à venda 974 lotes de terreno infra-estruturado nas novas cidades do Kilamba e do Camama.

Além destes duas, a EGTI já recebeu este mês, do Estado, a gestão dos terrenos infra-estruturados da cidade do Sequele, também em Luanda, e mais 20 centralidades em vários pontos do país, além de uma extensa área de elevado potencial imobiliário na zona do Sambizanga.

Só nos lotes de terreno das duas cidades, que recebeu do Estado devidamente infra-estruturados, a EGTI prevê facturar, até 2020, um total de 773 milhões USD. Investimento a captar junto de promotores nacionais e internacional.

No plano estratégico, a EGTI, que está em fase de implementação, refere que será "o único veículo, a nível nacional, que poderá comercializar os terrenos infra-estruturados de domínio público e privado do Estado", devendo "priorizar a captação de receitas com a comercialização de terrenos, de modo a suportar o arranque da sua actividade sem recurso a financiamento".

A empresa conta no seu portefólio inicial, apenas naquelas duas cidades, com um total de 1.126 lotes (1.089 no Camama e o restante no Kilamba), que ocupam uma área de 308 hectares. Estes terrenos correspondem a uma área bruta total de construção acima do solo de 11.597.861 metros quadrados.

Promover a "rápida e efectiva comercialização dos lotes e terrenos", bem como "garantir o retorno dos investimentos" e "assegurar a potenciação do valor dos terrenos para maximizar receita do Estado" são objectivos inscritos no plano estratégico.

A receita gerada pela gestão comercial destes activos pela EGTI será afectada a um fundo próprio, gerido por aquela empresa pública, que terá poderes, entre outros, para celebrar contratos de concessão e exploração de terrenos com promotores privados.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Condomínio das acácias da sonangol sem água e luz

Novo Jornal

3 De Março de 2017

Texto: António Paulo

Os moradores falam em dias difíceis porque se vêm obrigados a socorrer-se de cisternas para se abastecerem de água. As constantes falhas de energia eléctrica constituem outra das preocupações dos residentes e fonte de arrelia constante.

A anciã Esperança Domingos, de 62 anos de idade, reside no Condomínio das Acácias há quase 20 anos. A idosa mostra-se preocupada com a carência de água que, nos últimos dois meses, tem afetado a vila dos trabalhadores da Sonangol.

"Começámos muito bem a nossa vida aqui, mas agora o problema é que estamos com muitas falhas de água e não entendemos porquê. Estamos a ficar cansados de tanto ir à procura de água e a idade já não permite muitos esforços", lamentou.

Para aliviar a situação, os moradores vêm-se obrigados a adquirir água em cisternas, chegando a desembolsar entre 10 a 15 mil kwanzas, dependendo da capacidade dos reservatórios de água (tanques) que possuem nos seus quintais.

"Com esta falha de água não conseguimos lavar a roupa na máquina industrial. Não entendemos o porquê da falha de água. Apenas nos dizem que o problema está no Kikuxi e que esta situação não afecta só o Condomínio das Acácias. Não temos mais dinheiro para continuar a comprar água ao preço de 10 mil kwanzas", desabafou dona Lucinda, outra moradora da circunscrição.

A luz eléctrica, que constitui um outro problema, também "vai fazendo das suas". As falhas são constantes, de acordo com os moradores, que dizem estar agastados com a situação. "Estamos a passar mal: sem água, sem energia e, às vezes, a comida apodrece. Estamos a caminhar dos dois meses sem água aqui, na Vila da Sonangol. A energia também é daquelas: se nos derem às 18h00, tiram-nos de madrugada e ficamos mais quatro dias sem energia. Isto é lamentável", reclamaram outros munícipes. Assim, não há quem consiga ter comida em condições de conservação convenientes.

Os condóminos contaram que já reclamaram junto da administração da vila, bem como às empresas de fornecimento de electricidade e de água potável. porém, o problema persiste e, por isso, apelam à intervenção do governo da província para a resolução do caso.

De noite, a situação piora. A vila fica às escuras e a solução tem sido o recurso aos geradores. Mas o barulho ensurdecedor das máquinas incomoda os residentes, que não conseguem dormir. "Já apresentámos reclamação e dizem-nos apenas que a avaria está no Kikuxi. Na ENDE, pagamos a luz por meio do sistema pré-pago, mas, ainda assim, as falhas são constantes. Não entendemos mais nada.

Ninguém resolve nada. Por isso, deixamos aqui um recado para que o governador nos ajude a resolver os nossos problemas, porque estamos a passar mal", apelaram as fontes.

O Condomínio das Acácias, pertencente à Sonangol, possui apenas uma escola privada do ensino geral e um posto policial. Os moradores sentem a falta de um posto de saúde para acudir os moradores em situação de emergência.

A criminalidade nas redondezas da urbanidade é outra preocupação apontada pelos munícipes, que recordam a morte, no ano passado, de um membro do condomínio, vítima de assassinato por parte de meliantes que actuam ao redor da circunscrição.

A gestão do condomínio é assegurada por uma administração local.

A equipa de reportagem do Novo Jornal deslocou-se até à direcção daquela instituição para ouvir a versão dos responsáveis da administração, porém, não foi bem-sucedida. Uma funcionária da administração, que não quis identificar-se, limitou-se a informar que a presidente e o vice-presidente da administração se encontravam ausentes por questões de saúde.

8.2 China financia sector das águas e minas

Jornal de Angola

Data: 18 De Março de 2017

Com o Eximbank foi rubricado um acordo de financiamento do Plano Nacional de Geologia (Planageo), avaliado em 76,8 milhões de dólares, dos quais 65,3 milhões cobertos pelo banco, refere uma nota da Embaixada de Angola na China.

Com o Banco de Desenvolvimento da China, o memorando estabelece o financiamento para a construção do centro de formação, fornecimento e instalação de uma base de dados. Trata-se de um projecto pertencente ao Ministério da Energia e Aguas, avaliado em 41,5 milhões de dólares, dos quais 35,3 milhões de dólares cobertos pelo banco.

Archer Manguera chefia uma delegação multisectorial que integra os ministros do Interior, Angelo Tavares, dos Transportes, Augusto Tomás, da Energia e Aguas, João Baptista Borges, e da Construção, Artur Fortunato, além do administrador do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), Carlos Panzo, e técnicos seniores dos cinco departamentos ministeriais.

A comitiva angolana está a negociar financiamento para o sector privado e acompanhamento de carteiras de projectos em curso no país, no quadro da linha de crédito da China. A delegação angolana avalia também o grau de cumprimento dos projectos escritos nas várias facilidades financeiras dos diferentes bancos, nomeadamente o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), o Banco da China e a companhia de seguros de créditos Sinasure.

O titular das Finanças informou que do total de projectos enquadrados nas linhas de crédito do Banco de Desenvolvimento da China (CDB), num valor de 2,4 mil milhões de dólares, o Estado angolano já disponibilizou o pagamento adiantado na ordem de mais de 400 milhões de dólares.

Com o Banco da China, a carteira de negócios compreende projectos avaliados em 518 milhões de dólares, dos quais 440 milhões vão ser cobertos pela mesma instituição financeira.

Com o Eximbank, dos dois mil milhões previstos na carteira de projectos, 1,7 mil milhões de dólares vão ser cobertos pelo banco, ao passo que com o ICBC, dos 9,2 milhões previstos, 7,8 vão ser cobertos pela instituição financeira chinesa.

A comitiva angolana aproveitou a ocasião para apelar ao bom senso das instituições financeiras chinesas para uma assistência na gestão da dívida pública e de uma parceria para financiar projectos no sector produtivo, como na indústria, agricultura e minas, questões prontamente aceites pelo Banco Industrial e Comercial do gigante asiático, ICBC.

O reforço da capacidade produtiva saltou para o topo da agenda do Executivo angolano devido à quebra acentuada dos preços das matérias-primas a partir de

2014 e que deixou o país com dificuldades económicas e financeiras.

Nos últimos meses as trocas comerciais da China com Angola ascenderam a 2.026 milhões de dólares, com a China a vender ao mercado angolano produtos no valor de 167 milhões de dólares, contra 1.859 milhões de dólares de Angola, num pacote dominado pelo petróleo.

BPC recapitalizado

A Comissão Económica e Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros aprovou durante a sua última sessão no passado dia 9 de Março, em Luanda, o Plano de recapitalização e Reestruturação do Banco de Poupança e Crédito, apresentado pelo seu accionista maioritário, em representação do Estado, o Ministério das Finanças.

São accionistas do Banco de Poupança e Crédito, o Estado representado pelo Ministério das Finanças, o Instituto Nacional de Segurança Social e a Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas.

Na sequência daquela aprovação, deverá ser agendada, em breve, uma Assembleia de Accionistas, na qual se deliberará sobre a implementação das diferentes actividades constantes no Plano de recapitalização e Reestruturação.

Com esta iniciativa, procuram os accionistas do Banco de Poupança e Crédito, em total coordenação com o Regulador, assegurar a solidez e robustez do Banco, bem como garantir a Estabilidade Financeira do Sistema Bancário Nacional.

8.3 Empresas das águas mais controladas

Jornal de Angola
18 De Março de 2017

O Instituto Regulador dos Serviços de Eletricidade e de Água (IRSEA) pretende ter o controlo de todas as empresas das águas existentes nos pais. Para o efeito, o instituto vai exigir o cumprimento do tarifário estabelecido, disse ontem, em Luanda, o eu presidente do Concelho de Administração.

Luís Mourão, que prestou a informação durante uma palestra subordinada ao tema.

"O perfil do trabalhador na regulação", disse que, das 11 empresas das águas já criadas em todo o pai, a instituição reguladora tem apenas o domínio de três, designadamente a EPAL (Luanda), do Lobito e a de Benguela.

"As empresas das águas estão a surgir e, para termos este domínio, temos que nos pegar naquilo que é o tarifário que elas têm que aplicar a partir do momento que reconhecem as tarifas que estão homologada pelo regulador.

Daí, as coisas mudam completamente e começam a olhar o regulador de uma forma diferente", precisou. Luís Mourão disse, por outro lado, que a instituição que dirige tem uma tarefa árdua para cumprir e desenvolver, por isso necessita de ter em mãos a parte reguladora das águas com a elaboração de regulamentos complementares que não existem.

O responsável informou que existe um único regulamento que é o de abastecimento da água potável e saneamento das águas residuais, mas é tã virado para critérios e regras que devem respeitadas.

"Temos de criar regulamentos virados para questões regulatórias, porque é uma tarefa que teremos de cumprir, face ao apoio financeiro do Banco Mundial, mas teremos de respeitar as regras desta instituição mundial", salientou.

O presidente do Conselho de Administração do IRSEA disse que, com este apoio, deve dar-se maior atenção ao sector das Águas, mas se vai ser possível com a colaboração de todos os trabalhadores.

Criação do IRSEA, que sucede o IRSE, ré ulta das transformações orgânicas e institucionais em curso no sector da Energia e Águas. O IRSEA está vocacionado para a regulação do abastecimento e saneamento das águas residuais. Luís Mourão Garcês da Silva admitiu melhorias no sector elétrico no capítulo de regulação, comparativamente ao sector das águas e considerou fundamental a continuação do trabalho.

O gestor referiu que uma da prioridades da instituição é garantir um clima de confiança para investimento e proporcionar condições para que o mercado de electricidade e de água seja competitivo e se desenvolve com o equilíbrio.

"A na actividade, enquanto entidade reguladora assenta na transparência, credibilidade, profissionalismo e eficiência sem pôr em causa o bom funcionamento dos operadores, bem como a segurança na prestação dos serviços em benefício dos consumidores e da sociedade em gera", sublinhou.

Já a oradora Filomena da Silva, do Departamento Comercial Tarifas e Preços, precisou que a área que representa está vocacionada para o tratamento de dados técnicos, patrimoniais, materiais e financeiro dos estudos de viabilidade, dos balanços anuais e das informações obrigatórias.

António Silva, que apresentou o tema "regulação técnica e da qualidade de serviços de electricidade", descreveu a competências do departamento e as actividades realizadas no domínio de qualidade da prestação de serviços, operação e operacionalização de sistemas, gestão de banco de dados e domínio do atendimento às reclamações.

O chefe de Departamento Técnico Jurídico, Marino Bulles, teve a missão de r tratar o tema sobre "o técnico regulador e regulação legal" no qual falou sobre a regulação, o perfil do técnico superior de regulação e do técnico de regulação legal.

8.4 Vandalização trava projecto da EPAL

Jornal de Angola

21 De Março de 2017

Texto: Victorino Joaquim

Grande parte dos equipamentos instalados para levar água aos consumidores no âmbito das 700 mil ligações domiciliars realizadas pela Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) está a ser vandalizado por populares, denunciou ontem o porta-voz da empresa.

Domingos Paciência, que falava no final de uma visita efectuada por vários órgãos de comunicação social aos projectos em curso no âmbito de mais um aniversário da EPAL, a ser comemorado no próximo dia 30, explicou que a vandalização das condutas e contadores tem estado a criar dificuldades na execução do projecto das 700 mil ligações domiciliars e a causar prejuízos avultados à empresa.

"Os tubos, contadores e outros equipamentos são diariamente vandalizados pelos populares", disse, denunciando, por outro lado, que há cidadãos que, mesmo já estando a beneficiar do abastecimento de água, se recusam a fazer o contrato e a pagar a taxa de ligação.

"Existem ainda instituições públicas e privadas que não pagam o consumo de água. É um prejuízo que todos os dias a EPAL enfrenta", disse o porta-voz, acrescentando que das 700 mil ligações domiciliars previstas, mais de 400 mil já estão concluídas.

Domingos Paciência mostrou-se preocupado com o elevado número de clientes devedores na Centralidade do Kilamba, principalmente, os moradores dos quarteirões U, R, Z e X, que têm obrigado a EPAL a fazer campanhas de cortes selectivos, depois de serem notificados.

Outros são punidos com o pagamento de multas. "Mesmo depois do corte de abastecimento de água, alguns clientes da EPAL têm recorrido à ajuda de chineses para, à revelia, continuarem a beneficiar do abastecimento. Esta situação também tem ocorrido na Centralidade do Sequele", disse.

Quanto à situação de abastecimento de água à Urbanização Vida Pacífica, o porta-voz explicou que a responsabilidade da EPAL é enviar água àquela localidade, cabendo a distribuição aos apartamentos a uma entidade privada, que tem a gestão do tanque que recebe a água fornecida pela EPAL.

Para pôr fim a esta situação, as administrações municipais, distritais e comunais, através do seu sector de fiscalização, foram exortadas a sensibilizar os munícipes para o pagamento do consumo de água e evitar a vandalização dos equipamentos.

A outra questão que também tem prejudicado a EPAL é o garimpo de água que ocorre em diversos pontos da província de Luanda, principalmente, em Viana, Cacuaco e Belas. "Apesar do apoio da Polícia Nacional, pensamos que esta situação também deve ser combatida pela fiscalização das administrações municipais e comunais", acrescentou.

O alto índice de garimpo tem provocado perdas enormes na produção do precioso líquido, resultando na diminuição da água que chega à residência dos consumidores. "Numa produção de 40 milhões de litros de água produzida, só 20 ou dez milhões de litros é que chegam às residências dos consumidores", exemplificou.

Sobre a Barragem de Laúca, Domingos Paciência disse que o enchimento que está em curso da albufeira não compromete o trabalho de captação de água para distribuição.

O rio Bengo, onde a Estação de Tratamento de Água de Quifangondo faz a captação do líquido para distribuir para os centros de distribuição de Cacuaco, Cazenga, Marçal e Maianga, está em alto nível. De igual modo, o rio Cuanza, que abastece a zona de Bom Jesus, Kilamba, Kikuxi, Luanda-Sul e Sudeste, está também em alto nível, sem registo de estiagens.

Os jornalistas visitaram os centros de distribuição de água da Maianga, Marçal, Cazenga e a Estação de Tratamento de Água de Quifangondo. Durante a visita os jornalistas constatarem o andamento das obras de requalificação em curso e interagiram com os responsáveis das obras.

O engenheiro Daniel Nunes, director do projecto de Quifangondo, explicou que, com a montagem de

novos equipamentos electromecânicos, a Estação vai produzir 140 milhões de litros de água por segundo. Com o equipamento antigo, devido ao tempo de uso, a estação produzia, unicamente, cerca de 70 a 80 milhões de litros de água.

Quanto aos centros de distribuição, a maior parte das infra-estruturas está em fase de conclusão das obras de reestruturação e ampliação e devem terminar ainda este ano.

8.5 “Custos avultados” sem retorno no fornecimento de água ao interior de Benguela

Jornal O PAÍS

22 De Março de 2017

Por que extensão geográfica se desdobra a distribuição de água potável feita pela E.A.S.B.? As áreas sob a responsabilidade de abastecimento da Empresa de Águas e Saneamento de Benguela, cingem-se nas cidades de Benguela, Baia-Farta, Cubal, Ganda, Chongoroi e Caimbambo.

o território municipal benguelense está coberto pelos vossos serviços na totalidade?

Ao nível do município sede temos a cobertura de 100% apenas no casco urbano. Nos bairros emergentes há algumas excepções, porém, existe um plano que foi criado com a intenção de prover água nessas localidades, encontrando-se neste momento na terceira etapa complementar, que aguarda por enquadramento financeiro.

Refere-se, porventura, ao multimilionário "Projecto Águas de Benguela"?

Sim, que consiste na captação, tratamento e distribuição de água, a partir do rio Catumbela e construção de diversos reservatórios, nas zonas altas. Foi planificado para entrar em vigor por fases, sendo que a primeira e segunda abrangeram a zona urbana e uma parcela da periferia.

Habitantes dos bairros "11 de Novembro" e "4 de Abril" queixam-se, respectivamente, de falta de água há mais de um ano e de fornecimento irregular. Tratando-se de zonas ao redor do centro da cidade, qual o motivo das falhas?

São bairros que cresceram nos últimos tempos, pertencem ao grupo dos, que serão contemplados nesta terceira etapa do projecto. Além disso, enfrentamos algumas barreiras nas zonas altas de Benguela pois, o circuito de abastecimento é velho,

uma vez que começou a funcionar em 1997. Parte do equipamento apresenta um estado avançado de degradação, todavia está inserido na nossa acção interventiva, com previsão de obras no princípio do mês de Abril. Nesse processo, alguns bairros como o 11 de Novembro, poderão ser incluídos, os demais tenderão a ter dificuldades no fornecimento de água até o "Projecto de Águas de Benguela" prosseguir.

Por questões de proximidade e por ser o município sede, não é já tempo de haver "água para todos"? Bem, o projecto "Água Para To

dos" está em curso, a ser executado de acordo com a disponibilidade financeira. É gerido pelo governo central, por meio da secretaria de Estado das Águas, logo, não me cabe definir os prazos.

Ao que consta, o sistema de cobrança de água nas regiões do interior da província de Benguela está em vias de iniciar. Sendo a obtenção de lucro a motivação principal no contexto empresarial, porquê esperar tanto e cobrar apenas agora?

O primeiro passo é o registo do volume de clientes que consome água em cada município, daí que esteja para breve o começo da facturação e cobrança. Temos esta rotina consolidada na zona costeira, Benguela e Baía Farta. Em 2015 tínhamos 45 mil clientes e em 2016 rondaram os 50 mil, é uma evolução nos procedimentos.

Quanto se estima que seja o desperdício monetário fruto desse abastecimento de água, ao longo de anos, sem qualquer contra-partida financeira colhida?

São, de facto, custos avultados. Sob a nossa gestão, os sistemas dos municípios do interior entraram em funcionamento em 2013. São muitos anos sem qualquer retorno. Para piorar, a maior parte dos circuitos funcionam com recurso a geradores. Para a manutenção dos sistemas, combustível e salários, nos anos de 2014, 2015 e 2016, respectivamente, a Ganda consumiu 27.204.075,00 Akz, 17.844.069,00 Akz e 15.450.254,00 Akz. Nos mesmos períodos, o Cubal somou 40.857.855,7 Akz, 23.030.477,12 Akz e 20.830.300,00 Akz.

Do mesmo modo, o município do Caimbambo incorreu em 17.509.104,00 Akz, 12.769.523,29 Akz e 9.866.930,00 Akz. Igualmente, o Chongoroi, 17.604.622,70 Akz, 13.012.131,83 Akz e 9.850.320,00 Akz.

E quanto à cobrança na sede? É feita integralmente?

Não. Segundo os nossos dados estatísticos, em 2015 facturamos setecentos e oitenta e nove milhões e

trezentos e trinta e oito mil kwanzas, (789.338.000,00 Akz).

Deste valor, cobramos quatrocentos e sessenta e sete milhões e novecentos e noventa e sete mil kwanzas (467.997.000,00 Akz). No ano passado, a facturação foi de um bilião, quinhentos e sessenta e sete milhões e seiscentos e cinquenta mil kwanzas (1.567.650.000,00 Akz), dos quais colectamos novecentos e oitenta milhões e quinhentos e vinte e um mil kwanzas (980.5~1.000,00 Akz). Isto revela que estamos a melhorar, a diferença entre o número facturado e o cobrado está a diminuir.

Debruçando-se sobre as receitas mensais, a empresa é auto-suficiente?

Não, não é auto-sustentável uma vez que, nem o valor facturado, nem tão pouco o cobrado, chegam para a cobertura dos nossos custos operacionais. Logo, a diferença é assegurada por subsídios a preço.

Supondo que todo o activo vos fosse pago mensalmente, quanto deveriam receber?

As dívidas são avultadas. Olhando para as nossas informações estatísticas, as mais consideráveis são as dos consumidores dos ramos públicos.

No papel de P.C.A., o que pretende então fazer para atingir esse grau de eficiência?

Bem, fundamental seria que todos quantos consomem água a pagassem. Temos encarado obstáculos neste âmbito, por isso, temos posto em prática diferentes medidas visando atingir melhores resultados, tais como pagamentos via bancária, amortização das dívidas e outras formas em curso na área comercial.

Que falhas assinala no comportamento dos clientes?

O perfil ideal de um cliente seria que, de livre e espontânea vontade, no final de cada mês, pagasse a taxa de água que consumiu, ajudando a empresa a tornar-se sustentável.

Quantos clientes estão registados na vossa base de dados?

Actualmente, temos cadastrados 50419 clientes, relativos aos municípios de Benguela e da Baía Farta.

Dadas as centenas de milhares de residências existentes nas áreas às quais fornecem água potável, não deveriam ambicionar ter muitos mais clientes?

É nossa intenção, de facto, aumentar esse número. A área comercial, através das campanhas feitas, tem vindo a identificar consumidores que não constam na

nossa base de dados, portanto, os registos estão a crescer anualmente, é um trabalho contínuo.

Quais os planos estratégicos que deverão entrar em vigor brevemente e quais os reservados para um futuro distante?

Na vertente técnica, tencionamos incrementar a quantidade de água distribuída até Maio. Temos também metas estabelecidas para alargar o leque de clientes e estão várias ações na nossa carteira, o que me faz crer que até 2018, iremos melhorar a qualidade dos nossos serviços. Contudo, não podemos multiplicar os usuários sem aperfeiçoar os canais de distribuição, uma vez que o "Projecto Águas de Benguela" previa que, até 2017, estivéssemos já com uma pressão de 3,5m³ por segundo, o que está longe de ser atingido pois, hoje temos apenas 1,5m³/s, uma diferença acentuada entre o planificado e o real.

Orgulha-se da qualidade da água distribuída?

Sim, porque é uma água testada, está de acordo com as normas da O.M.S. e, saliente-se, desde que o "Projecto Águas de Benguela" entrou em vigor, os índices de cólera na província de Benguela diminuíram.

A conduta dos recursos humanos da organização espelha os vossos princípios éticos?

Havemos de lá chegar. Temos tido esta questão em conta, mas falta para ser alcançado esse nível.

Segundo constou a OPAÍS, perto de um terço do vosso pessoal é, supostamente, desnecessário, estando o nepotismo e favoritismo na base disso. A ser verdade, representam custos. O que fazer então para tornar a empresa mais rentável?

Acho que é prematuro responder a essa questão pois, em Benguela temos à volta de 600 funcionários, distribuídos por diferentes áreas.

Quanto às facturas emitidas mensalmente, é recorrente haver acentuadas discrepâncias de um período para o outro, quando os usuários defendem que o consumo é equilibrado. Qual será a justificação?

Para esses casos, a nossa área comercial está disponível para ouvir os clientes queixosos, que deverão fazer-se acompanhar da leitura do contador de água, até porque, é impossível afirmar-se que consomem a mesma quantidade todos os meses.

Em residências com elevação de um andar ocorre, periodicamente, uma grave diferença na pressão da

água obtida no 1º andar, havendo alturas em que não há mesmo circulação no piso superior. A que se deve?

Isto poderá ter a ver com o estado interno dos canais de água de cada residência, visto que, aqui na zona urbana, o abastecimento é feito por meio da gravidade logo, a nossa responsabilidade enquanto fornecedor, termina no contador, daí para adiante é da responsabilidade do consumidor.

Alusivo ao Dia Mundial da Água, acha que os Benguelenses cuidam desse bem precioso dando-lhe uso e respeitando o seu inestimável valor?

Os esbanjamentos domésticos, nas lavagens de carros e afins, são um facto. Todavia, penso que a população começa a ter responsabilidade na forma como utiliza a água. Quanto aos sistemas de rega dos jardins públicos, sob a alçada da Administração Municipal, aí deveria, claramente, haver maior poupança pois a água desperdiçada poderia servir para abastecer localidades que ainda não têm acesso a esse bem vital.

8.6 Mais de metade da água para o consumo é desperdiçada

Jornal de Angola

22 De Março de 2017

Texto: Diogo Paixão

Mais de metade da água que chega às nossas casas é desperdiçada. Torneiras mal fechadas, banhos prolongados, excessos na limpeza doméstica e de viaturas, são práticas comuns que não ajudam a poupar os recursos hídricos.

Estimativas indicam que quinze minutos debaixo do chuveiro consomem 45 litros de água. Mas o desperdício vai além disso. Inclui falhas técnicas nas tubagens e sistemas públicos de distribuição, desvios ilegais feitos por algumas pessoas para benefício próprio e outras formas.

O director nacional do sector, Lucrécio Costa, entrevistado por ocasião do Dia Mundial da Água, que hoje se assinala, apela ao uso racional. Afirma que 60 por cento da água fornecida volta ao meio hídrico na condição de água residual e advoga que as pessoas devem ser educadas para o consumo regrado desde as primeiras idades.

Embora o país não esteja na chamada "linha de risco", num mundo em que a escassez de água pode ser a principal fonte de conflitos nas próximas décadas, o consumo racional deve ser uma cultura.

Antigo director da EP AL, Lucrécio Costa diz que se deve alterar o padrão do consumo, "fazendo o uso racional e dinamizando práticas correctas de reaproveitamento das águas residuais".

Este ano, o Dia Mundial da Água tem como lema central "As águas residuais", termo usado para as águas que, após a utilização humana, apresentam as suas características naturais alteradas.

Lucrécio Costa lembrou que o reaproveitamento das águas residuais é um desafio global plasmado nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

"Só vamos ter água e saneamento para todos se houver uso racional e nos transformamos em bons reaproveitadores residuais", acentuou.

Em matéria de tratamento das águas residuais, sublinhou Lucrécio Costa, o foco está virado para as grandes aglomerações populacionais e "nos últimos tempos foram construídos na capital algumas estações para este fim, principalmente nos condomínios de grande dimensão".

Programa "Água para Todos"

"Nas grandes cidades, tudo tem a ver com os planos directores de abastecimento e saneamento de águas residuais. Vamos tendo alguns investimentos e estes começam na componente abastecimento.

Quando atingem determinado nível passam a ombrear com os investimentos nos domínios das águas residuais", referiu Lucrécio Costa, para citar como exemplo o novo sistema de abastecimento de água no Namibe, já em fase final, que comporta estas duas valências, "Foi construída uma nova rede de abastecimento de água, ampliada a capacidade de produção e erguida uma estação de tratamento de águas residuais".

No meio rural, sublinhou Lucrécio Costa, os investimentos são menores e têm mais a ver com a estruturação adequada do reaproveitamento e das tecnologias para evitar uma excessiva contaminação. Segundo o director nacional de Águas, a taxa de cobertura é de 66 por cento nas zonas rurais e no meio urbano pode chegar aos 70 por cento se houver maior aproveitamento da capacidade instalada.

Lucrécio Costa destacou as ligações domiciliárias em Luanda e nas restantes regiões do país que estão a beneficiar milhares de pessoas e a criação de empresas provinciais de água, no quadro da reforma institucional. O responsável afirmou que o "Programa Água para Todos", destinado ao meio rural, registou um reajuste devido à crise económica provocada pela queda do preço do petróleo no

mercado internacional e aos resultados do Censo Geral da População.

Elaborado antes da realização do censo, o programa previa beneficiar cerca de oito milhões de pessoas no meio rural, mas os dados obtidos após a conclusão deste trabalho vieram relevar uma certa discrepância, o que em certa medida também afectou a sua execução.

Dentro de dois anos, sublinhou Lucrécio Costa, todas as sedes de províncias passam a ter sistemas modernos de tratamento de água e com maior capacidade. Presentemente, apenas Cabinda e Mbanza Congo não dispõem de novos sistemas, mas os projectos estão em curso.

O director nacional de Águas entende que o pagamento da água e da energia "deve ser encarado como um 'imposto", para garantir "uma eficiente e correcta manutenção dos equipamentos, mas há ainda muitas pessoas que se furtam a esta obrigação".

Garimpo de água

Um dos problemas que afectam o sector das Águas em Angola é o garimpo. Não há números exactos, mas as perdas são enormes. Para desincentivar esta prática, Lucrécio Costa defende a alteração do regulamento de abastecimento de água por camiões cisternas. "Temos de ter em conta que estes serviços têm uma componente pública. A água é levada a determinados pontos onde a rede convencional não chega. Estes serviços têm de ser integrados como complemento aos que já existem, desde que os pontos de enchimento sejam os que legalmente foram estabelecidos.

E quando assim não ocorre, significa que há prevaricação e aí tem de haver a actuação dos órgãos policiais e de Justiça", explicou. Lucrécio Costa lembrou que a destruição de uma conduta, como tem sido recorrente, é um crime público e a população é chamada a colaborar, denunciando tais práticas.

Qualidade da água

O director nacional admitiu que a qualidade de água que chega ao consumidor por "várias opções" não tem a qualidade desejada, fruto da violação das redes de distribuição.

Para garantir a qualidade do produto, foram construídos laboratórios nas cidades do Uíge, Ndalatando, Benguela, Saurimo e Lubango, no quadro do Plano Nacional de Moderação e Qualidade de Água.

Lucrécio Costa referiu que a execução do Plano Nacional de Moderação e Qualidade de Água também foi afectado pela crise económica e

financeira, mas está garantida a construção de laboratórios em Cabinda, Mbanza Congo e Cuito.

8.7 Água de qualidade para as populações rurais

Jornal de Angola

23 De Março de 2017

Texto: Domingos Dos Santos

Um Inovador sistema de tratamento e distribuição de água potável começou a ser implementado no sector do Gove, com una do Cuima, no Huambo, e vai ser também instalado em outras regiões do país no sentido de produzir água de qualidade para as populações rurais.

Implementado pela Fundação Eduardo dos Santos (FESA), em parceria com a Fundação Elecnor, o sistema tem como finalidade tratar água captada no reservatório da central hidroeléctrica do Gove, onde foi colocada uma bomba submergível de 36 metros cúbicos por hora de caudal único e de 115 de altura mano métrica sobre as paredes da margem directa à saída da bacia hidrográfica.

O sistema, composto por equipamentos que controlam a turbidez da água bruta, funciona de maneira totalmente automática, fazendo funcionar os filtros de forma independente, bem como em paralelo, conseguindo urna produção de 50 metros cúbicos de água por hora.

"Se a água bruta estiver acima de 15 ou 20 unidades nefelométricas de turbidez, o sistema é posicionado em série fazendo com que a água a ser tratada passe consecutivamente através dos filtros, num fluxo nominal de cerca de 30 ou 35 metros cúbicos por hora", refere uma fonte da Fundação Eduardo dos Santos, acrescentando que em ambos casos, a turbidez da água produzida vai estar sempre abaixo de urna unidade nefelométricas de turbidez, que é a unidade de medição que caracteriza a turvação da água. "Quando a turbidez da água bruta voltar aos níveis normais, o sistema passa nova a filtrar em série", sublinha a fonte.

Nos casos em que a qualidade da água saída dos filtros ser superior a cinco unidades nefelométricas de turbidez, durante um período de tempo de 10 a 15 minutos, o turbidímetro de água potável aconselha a lavagem dos filtros.

O turbidímetro é um equipamento capaz de medir o grau de turvação de vários líquidos.

Esse equipamento funciona emitindo um feixe de luz através de uma amostra líquida e a partir disso, as partículas sólidas que estão presentes no líquido reflectem.

Desta forma, o turbidímetro faz a análise da quantidade de partículas no líquido e determina ou não a pureza do produto.

"Uma vez feita a lavagem de filtros e a turbidez persistir, a estação de tratamento de água é bloqueada por uma hora para que o serviço de manutenção determine a anomalia existente", explicou.

Os equipamentos de filtração são lavados automaticamente nos cenários em que é accionado um interruptor de pressão diferencial e em caso de sujidade do leito filtrante, aumenta a diferença de pressão entre a entrada e a saída e o referido interruptor de pressão diferencial é accionado, pela má qualidade da água, neste caso, o sistema activa o turbidímetro. Se não ocorrer qualquer das circunstâncias acima referidas e depois de 48 ou 60 horas, a lavagem do filtro é iniciado, desencadeada por um temporizador interno.

O sistema foi construído em onze meses no valor 142 milhões, 685 mil, 386 kwanzas e tem capacidade de armazenamento de 100 metros cúbicos de água. O Projecto H20ME contemplou também a construção de quatro chafarizes, um fontenário, parque infantil e uma biblioteca totalmente equipada com meios informáticos e livros. O governador do Huambo, João Baptista Kussumua, que inaugurou o sistema, disse que o acesso a água potável, por parte de todos os residentes, é um objectivo que o governo terá sempre em consideração para o melhoramento das condições de vida da população. O governante reafirmou a necessidade de se reforçar a cooperação com organizações nacionais e estrangeiras para a consolidação do programa do Governo "Água para todos" e recomendou às autoridades locais e a população do Gove para preservarem o empreendimento.

João Baptista Kussumua destacou também o gesto da FESA na busca de parcerias com elevação técnica para tomar robusta as suas acções que representam contribuições valiosas, na solução dos problemas da localidade do Gove é na melhoria da qualidade de vida da população.

Por seu turno, o representante da FESA, o curador Puna Zau, que representou o Presidente da Fundação Eduardo dos Santos, Ismael Diogo da Silva, referiu que a construção das infraestruturas, representa um plano interventivo da instituição, no auxílio às comunidades rurais, para melhorar as suas condições

de vida e estimular o desenvolvimento sócio-económico da população.

Puna Zau ressaltou a importância da água na vida das populações e a participação deste projecto pioneiro em África, possuir o espaço multiuso com biblioteca e área para outras actividades sócio educativas, e ainda o parque infantil para uma ocupação útil dos tempos livres das crianças do Gove. E o Presidente da Fundação Elecnor, Fernando Arteché, valorizou a infra-estrutura agora inaugurada que contempla também uma componente lúdica, para além das actividades formativas, tendo igualmente reconhecido a importância a parceria entre as duas Fundações.

No final da cerimónia de inauguração foi assinado o título de doação ao Governo da província do Huambo, onde ficou expresso que a Estação de tratamento de água potável do Gove deverá ser utilizada exclusivamente, em benefício colectivo do povo angolano.

Para além de representantes do Governo provincial do Huambo, o acto inaugural foi prestigiado pelo Secretário de Estado das Águas, o engenheiro Luís Filipe da Silva, por representantes da Elecnor, representantes da Embaixada do Reino de Espanha em Angola, autoridades religiosas, tradicionais, estudantes e membros do Conselho de Curadores da FESA, encabeçados pelo Director Geral, Dr. João de Deus e os curadores Joaquim Duarte, Francisco Fortunato, Luísa Grilo e Eduardo Magalhães.

8.8 São necessários 650 mil milhões USD anuais para garantir água para todos

Jornal Expansão
24 De Março de 2017

É necessário um investimento anual de cerca de 650 mil milhões USD, até 2030, para garantir a concretização das infra-estruturas necessárias para garantir o acesso a água a toda a população mundial, de acordo com o Conselho Mundial da Água.

Mais de 10% da população não tem acesso a água potável, parte que atinge cerca de metade das pessoas em Angola, Moçambique ou Guiné Equatorial, problema relacionado com 3,5 milhões de mortes.

A organização WWC, na sigla em inglês, que junta mais de 300 entidades de 50 países, refere que mais de 923 milhões de pessoas não têm acesso a água potável, das quais 319 milhões na África subsaariana (32% da população da região), 554 milhões na Ásia (12,5%) e 50 milhões na América do Sul (8%),

situação responsável pela morte de 4.500 crianças por dia.

Entre estas regiões, a Papua Nova Guiné tem a menor disponibilidade, com apenas 40% da população a ter acesso a água potável", seguindo-se "a Guiné Equatorial com 48%, Angola com 49%, Chade e Moçambique com 51%, a República Democrática do Congo e Madagáscar com 52% e Afeganistão com 55%", refere um comunicado divulgado pelo WWC.

Aproveitando o Dia Mundial da Água, que se assinalou na quarta-feira, o WWC alertou todos os governos para a urgência de resolver este problema e realçou que "o custo total da insegurança da água para a economia global é avaliado em 500 mil milhões USD".

Mas, se for incluído o impacto ambiental, aquele valor pode aumentar para 1% do produto interno bruto (PIB) global.

Além do custo económico, a falta de água potável está relacionada a doenças que causam 3,5 milhões de mortes por ano, mais do que aquelas causadas por acidentes de viação e pela SIDA, em conjunto, segundo as contas da organização.

Pode também contribuir para a fome, guerras e migrações "irregulares e descontroladas", havendo uma "absoluta necessidade" de aumentar a segurança da água para ultrapassar os desafios colocados pelas alterações climáticas e pelos efeitos da actividade humana.

Reafirma que o acesso das pessoas ao saneamento e a água potável "são prioridades fundamentais para os governos locais e regionais", a fim de alcançar um dos objectivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, e só pode ser alcançado com um bom governo local, gestão sustentável dos recursos naturais e urbanização eficaz".

Assim, "encoraja os governos e os cidadãos a aumentar a segurança hídrica nos seus países, assim como prestar auxílio às nações com maiores dificuldades, nomeadamente na África subsaariana e Ásia".

Um dos objectivos da ONU é que todas as pessoas tenham acesso a água potável e saneamento até 2030.

8.9 15 Retratos sobre o reino de Angola

Jornal Folha 8

25 De Março de 2017

Eis, em 15 pontos, o retrato do reino de sua majestade o rei de Angola, José Eduardo dos Santos:

1 - Angola é uma cleptocracia (regime político corrupto) e os seus diligentes são uma elite indiferente ao resto da população. 'É por isso que, como escreve Ricardo Soares de Oliveira' no livro *Magnificent and Beggar Land: Angola Since the Civil War*", o Ocidente adora um cleptocrata.

2 - Mesmo pelos padrões dos Estados petrolíferos, Angola é quase risivelmente injusta. Os oligarcas deixam gorjetas de 500 euros nos restaurantes da moda em Lisboa, enquanto cerca de urna em cada seis crianças angolanas morrem antes de terem cinco anos. 3 - Esta pequena, mas poderosa, cleptocracia é aceite como uma parte integrante do sistema ocidental, sendo os expatriados que fazem a economia angolana mexer, desde as consultoras que ajudam a definir a política económica até aos bancos que financiam os negócios do clã Eduardo dos Santos.

4 - Os oligarcas angolanos habitam a economia do Lixo global das escolas públicas britânicas, dos gestores de activos suíços, das lojas Hermes, etc..

5 - A c1ique dirigente consiste largamente numas poucas famílias de raça mista da capital, que considera que os cerca de 21 milhões de angolanos negros no mato ou musseques são imperfeitamente civilizados, e com pouco desejo para os educar.

6 - Por trás de cada magnata angolano há uma equipa de gestão maioritariamente portuguesa (veja-se a Sonangol) que não se preocupa com as consequências da sua gestão. Por isso os estrangeiros bombam petróleo, fazem luxuosos vestidos e constroem aeroportos sem sentido no meio do nada.

7 - Os membros do clã Eduardo dos Santos fazem luxuosas viagens à Europa e passeios entre capitais europeias recorrendo a aviões 'a jacto.

S - O dinheiro dos governantes e o dinheiro do Estado é a mesma coisa.

Todo ele é roubado ao Povo. Mas como o dinheiro não fala, empilham-no nos bancos da Europa (e não só) e gastam-no como lhes dá na real gana: compram quadros, cirurgias plásticas, casas de praia e empresas.

9 - O perfil do cliente de elite angolano em Portugal, que representa mais de 40% do mercado de IW(Q

português, revela que se trata 'sobretudo de homens, empresários do ramo da construção, ex-generais ou com ligações ao governo. Vestem Hugo Boss ou Hermenegildo Zegna. Compram relógios de ouro Patek6 Philippe e Rolex. Do outro lado estão 70% de angolanos. O seu perfil é: pé descalço, barriga vazia, (sobrevive nos bairros de lata.

10 - Esses angolanos de primeira não olham a preços. Procuram qualidade e peças com o logo visível. É comum uma loja de luxo factura, numa só venda, entre 150 e 300 mil euros, pagos por transferência bancária ou cartão de crédito.

Li - Por outro lado, no país dos angolanos de segunda, 45% das crianças sofrem de má nutrição crónica e uma em cada quatro (2590) morre antes de atingir os cinco anos.

12 - Na joalheria de luxo, os angolanos de primeira (todos afectos ao regime) também se destacam, tanto pelo valor dos artigos que compram como pela facilidade com que os pagam. Chaumet, Dior e H. Stern? Sim, pois claro.

O preço não é problema. Quanto mais caro melhor. Comprar uma pulseira por 200 mil euros é como comer um pires de tremoços.

13 - Em Angola o acesso à boa educação, aos condomínios, ao capital acionista dos bancos e das seguradoras, aos grandes negócios, às licitações dos blocos petrolíferos, está limitado a um grupo muito restrito de famílias ligadas ao regime no poder.

14 - Refeições? Que tal trufas pretas, caranguejos gigantes, cordeiro assado com cogumelos, bolbos de lírio de Inverno, supremos de galinha com espuma de raiz de beterraba e uma seleção de queijos acompanhados de mel e amêndoas caramelizadas, com cinco vinhos diferentes, entre os quais um Château Grillet 2005?

15 - Quanto ao Povo, a ementa dessa subespécie é fuba podre, peixe podre, panos ruins, 50 angolares e porrada se refilarem.

8.10 Água potável o pior é (pois claro) Angola

Jornal Folha 8

25 De Março de 2017

Mais de quinhentos milhões de pessoas nas zonas rurais em todo o mundo não têm atualmente acesso a água potável, de acordo com um relatório divulgado pela organização não-governamental Water Aid, que - como era esperado num país que tem:20 milhões de

pobres - identificam Angola como país mais vulnerável.

Em todo o mundo, 663 milhões de pessoas não têm acesso a água potável, sendo que a grande maioria, mais de 500 milhões de pessoas, vive em zonas rurais, de acordo com o estudo. Entre os dez países com piores condições de acesso à água potável nas zonas rurais, sete são do continente africano, sendo que Angola - apesar de ter na filha do Presidente que domina o país há 38 anos a mulher mais rica de África lidera este grupo, em que figura também Moçambique, na sexta posição. "Na sequência de anos de guerra civil, Angola mostrou sinais de crescimento económico real nas últimas duas décadas e é agora a quinta maior economia de África. Porém, também está no topo da lista dos países com maiores percentagens de população rural sem acesso a água potável (71,800), fruto das más infra-estruturas e da falta de priorização e investimento por parte do Governo", sublinha o estudo da WaterAid.

Angola também está nos primeiros lugares dos países mais corruptos do mundo, sendo mesmo o primeiro a nível da mortalidade infantilidade anormal, portanto.

Em Moçambique, no sexto lugar daquele bloco de países, dois terços da população rural vivem sem água segura, e o país está "entre os mais vulneráveis e menos capazes de se adaptarem às alterações climáticas", segundo o Índice de Adaptação Global da Universidade de erre Dame, citado pelo estudo. Moçambique, cuja grande maioria da população (6890) vive em zonas rurais e 11,5 milhões de pessoas (6396 da população) não têm acesso a água potável, já sofre eventos climáticos extremos, incluindo ciclones, cheias e secas.

"Em Janeiro de 2015, chuvas torrenciais no norte e no centro de Moçambique causaram cheias graves, desalojando dezenas de milhares de pessoas e devastando colheitas e gado.

Algumas partes do sul de Moçambique também foram assoladas pela seca em 2016, com 1,5 milhões de pessoas a necessitarem de ajuda humanitária e 95.000 crianças em risco de malnutrição grave", lembra o estudo.

A organização apela ao aumento no financiamento público e privado para a água, o saneamento e a higiene, instando os governos a "ajudar a obter um aumento substancial e de longo prazo, desenvolvendo os sistemas nacionais robustos que 10 necessários para alcançar o acesso universal a serviços sustentáveis".

A WaterAid apela ainda ao respeito dos compromissos assumidos pelos países na Cimeira do Clima de 2015 em Paris e chama ainda a atenção para a necessidade de uma atribuição equitativa do financiamento para o clima.

"Menos de um terço do financiamento público internacional disponível para o clima está a beneficiar os países menos desenvolvidos, que são os mais necessitados", refere-se no estudo. Estudos que a WaterAid promete "disponibilizar em breve" demonstram, segundo a organização, que "os países de rendimento médio beneficiaram mais da despesa com água, saneamento e higiene relacionada com o clima, pelo que 5.10 necessários mecanismos melhores para assegurar que os fundos sejam atribuídos com base na necessidade e vulnerabilidade climática e não por um método de ma de espera".

"Os países mais pobres também precisam de apoio para identificar as necessidades, criar programas que lhes deem resposta e navegar pela complicada burocracia inerente ao acesso a financiamento remata o estudo.

8.11 ENDE E EPAL prestam péssimo serviço a população

Jornal O Crime

25 De Março de 2017

Texto: Simão de Deus

Em Angola, há muitos serviços péssimos, como, exemplo, a energia eléctrica e água potável, havendo cortes sem aviso prévio da ENDE e EPAL. Mas a lei diz que "antes de se fazer o corte, tem que a ver um aviso prévio", afirmou aquele responsável, acrescentando que são inúmeras as queixas que recebem por parte de vários consumidores, o que tem sido uma luta titânica. Têm recebido várias denúncias dos cidadãos sobre produtos com datas fora do prazo, sendo os outros em mau estado de conservação, sobretudo de supermercados e outros estabelecimentos comerciais, incluindo lojas informáticas, telecomunicações, bancas.

Acrescentou ainda que 80 por cento dos tinteiros estão vencidos, assegurando que os fornecedores e os consumidores desconhecem a Lei 15 (Lei dos Consumidores), que os defende.

Por outro lado, defendeu que o Governo deve dar formação aos fornecedores, para que os mesmos tenham domínio da Lei de consumidor, garantindo que quanto à Lei de Consumidor, em Angola, 80 por cento da população desconhece.

Francisco Domingos disse que a AAAC tem como objectivo a defesa do público quanto ao consumo e as datas de caducidade dos produtos, para que a vida dos mesmos se mantenha sã, uma vez que há muitos produtos expirados, aconselhando os cidadãos a não fazerem consumo de produtos expirados.

Com base nas constatações da AAAC, frisou que tem se encontrado vários produtos que compõe a cesta básica fora de prazo de utilidade (como trigo, olho alimentar, leite, detergentes), em várias localidades de Luanda, no mercado paralelo e cantinas.

Asseverou que a AAAC, em parceria com a INADEC, tem sensibilizado os fornecedores e consumidores sobre os cuidados a ter com os produtos postos a circular no mercado nacional. Referida organização, que existe desde 26 de Setembro de 2015, funciona apenas em Luanda, mas tem a intenção de se expandir para a nível nacional.

Segundo a fonte, a Lei do Consumidor no país funciona, justificando que há 15 anos muitos desconheciam-na.

8.12 Uíge carece de um estudo sobre tratamento de água

Jornal de Angola

25 De Março de 2017

Texto: Joaquim Júnior

A cidade do Uíge carece de estudos sobre o tratamento das águas residuais, para facilitar no futuro a construção de linhas de esgotos, valas de drenagem e uma estação de reciclagem de águas domésticas e pluviais, afirmou na quarta-feira o assistente técnico da Empresa de Água e Saneamento do Uíge (EASU).

O engenheiro Jaime Magueijo, de nacionalidade portuguesa, que falava no decorrer de um seminário sobre águas residuais, promovido pela EASU, em saudação ao Dia Mundial da Água, explicou que o estudo em causa permite a gestão segura do líquido poluído e dá a possibilidade de transformá-lo em fonte de geração de energia, produção de nutrientes para a agricultura e outros materiais recuperáveis.

"A água, quando bem gerida, contribui para o crescimento económico de qualquer região, promove emprego e melhora as condições sociais das populações. Também pode evitar as doenças hídricas, como a febre tifóide, cólera e diarreias agudas. Por isso, há toda a necessidade de se realizarem estudos mais aprofundados sobre as águas residuais na cidade, com vista à possível reutilização do produto", disse.

Na abertura do seminário, o director provincial da Energia e Águas do Uíge, Mendes Domingos, disse que o sistema de esgotos da cidade apresenta roturas e, em alguns casos. Já não suporta a quantidade de águas domésticas drenadas diariamente pelos habitantes.

Mendes Domingos sublinhou que a criação da Empresa de Água e Saneamento do Uíge vai permitir que, no futuro, seja dado um melhor tratamento às águas residuais da cidade. "Logo que as condições financeiras permitirem, vamos pedir o apoio do ministério de tutela no sentido de contratar uma empresa capaz de realizar o estudo", anunciou.

O responsável reconheceu que existe ainda escassez do líquido nas zonas rurais, onde apenas 143 aldeias entre 2.013 beneficiam de água potável e esclareceu que somente metade da população da província tem acesso ao abastecimento do produto. Mendes Domingos acrescentou que vários projectos de âmbito nacional, provincial e municipal estão a ser executados no Uíge, para que um maior número de habitantes passe a consumir água potável. Destacamos o projecto que está a ser implementado em duas fases na cidade do Uíge. Na primeira fase, os trabalhos foram realizados na ordem dos 98,9 por cento e na segunda as obras decorrem a 74,4 por cento", explicou.

8.13 Sector das águas expande serviços

Jornal de Angola

29 De Março de 2017

Texto: Jesus Silva

A Empresa de Águas e Saneamento do Lobito (EASL) vai estender a sua rede, através da criação de novos sistemas de distribuição, sobretudo nas zonas altas dos municípios do Lobito e Catumbela, anunciou ontem o presidente do conselho de administração.

Henrique Calenga referiu que a execução do programa faz parte das grandes estratégias da empresa que visam inverter o atual deficit de 20 por cento que se regista no fornecimento de água às populações.

Com este plano, disse o presidente do Conselho de Administração da EASL, as duas municipalidades e outra localidade de Benguela vão assistir brevemente a várias ligações domiciliárias.

Para o efeito, Henrique Calenga avançou que estão a ser implementados projectos nos sistemas do Lobito

Velho, nos bairros da Bandeira e do Bar Africano, o que originaram o aumento da capacidade de distribuição com mais 400 cúbicos por hora.

Henrique Calenga disse que os projectos em curso permitiram ainda a expansão de mais 36 quilómetros de rede, perfazendo um total de 340 quilómetros de rede. Assim, cerca de 91.800 pé soas da zona alta da cidade do Lobito estão a ser beneficiadas atualmente com água em quantidade e qualidade. Dos projectos em curso, Henrique Calenga avançou a execução do novo sistema de distribuição para a zona alta do Lobito, que inclui a Centralidade local, com vista a resolver o deficit ainda existente naquela região. "Arranca, em breve, o novo projecto para levar água à nova Centralidade do Luongo, no município da Catumbela", Henrique Calenga afirmou que, em 2016, foram feitas mais de 14 mil ligações domiciliárias, acções que vão contribuir para a melhoria das condições sociais e qualidade de vida da população. "Entre outros projectos, a empresa pretende colocar os seus serviços mais próximos da comunidade, com a abertura de agência, para que se possam efectuar contratos de ligações domiciliárias, pagamento reclamações", concluiu.

8.4 Cartoon

30 De Março de 2017



8.15 EPAL assina contratos de empreitada

Jornal de Angola

30 De Março de 2016

Texto: Nilza Massango

Milhões de habitantes dos municípios de Icolo e Bengo, Viana e Cacuaco, província de Luanda, vão

beneficiar, nos próximos três anos, do abastecimento de água potável, com a construção de novos sistemas de captação, tratamento e centros de distribuição, no quadro dos projectos do sub-sector das Águas, aprovados na linha de crédito da China.

Com o financiamento garantido, todas as condições estão criadas para o arranque das obras.

No total foram assinados ontem, no Icolo e Bengo, cinco autos de consignação entre a EPAL e a empreiteira Sinohydro para a construção de uma Estação de Bombagem e de Tratamento de Água (ETA), Estação de Tratamento de Água e Processo (ETAJ), um Centro de Distribuição de Água (CD), no Bom Jesus, e um Centro de Distribuição na zona do novo aeroporto, distrito de Bela Vista, município de Icolo e Bengo. Em Viana, a empreitada vai ser para a expansão do Centro de Distribuição do Pólo Industrial de Viana (PIV). Este último projecto é avaliado em 14.784.363,69 dólares.

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, disse que os vários projectos visam a melhoria no fornecimento de água potável, e que o centro de captação e tratamento de água de Bom Jesus pode vir a ser o maior da província de Luanda, com uma capacidade inicial de seis metros cúbicos/segundo, o que corresponde a 500 mil metros cúbicos por dia. A construção da estação de captação, bombagem e tratamento de água em Bom Jesus prevê disponibilizar água tratada a três milhões e 446 mil habitantes do norte e nordeste da província de Luanda, e o projecto está avaliado em 347.609.536 dólares. O centro de distribuição de água e o Bom Jesus, com uma capacidade de 50 mil metros cúbicos, está avaliado em 25.005.535,21 dólares e vai abastecer as áreas de Bom Jesus, Zango, Km 30, Capalanca, Viana e Cacuaco. A construção da Estação de Tratamento de Água e Processo - (ETAP), em Bom Jesus, para a reciclagem de água tratada para benefícios económicos e ambientais, está avaliada em 9.994.449 dólares.

O Centro de Distribuição de Água, a ser construído na zona do novo aeroporto, distrito de Bela Vista, Icolo e Bengo, vai atender a cidade a aeroportuária, a zona económica e arredores. O centro prevê beneficiar de água tratada cerca de 789.943 habitantes.

João Baptista Borges recordou que o Plano de Acção da EPAL prevê o aumento da capacidade e tratamento de água, para reduzir o défice de água que ainda existe em Luanda, reduzir o número de pessoas ou habitantes que ainda consomem água das cisternas e reduzir também a dimensão do mercado informal de água, que é actualmente uma preocupação. "A

província tem actualmente cerca de sete milhões de habitantes, segundo o último censo, e a capacidade existente nos outros sistemas não permite abastecer de água potável a mais de metade da população", disse o ministro, acrescentando que os projectos devem estar associados a outras acções, como a execução das ligações domiciliárias, a construção a de pontos de abastecimento colectivo de água em alguns centros de distribuição, como Kapari, Km 44, Bom Jesus e Benfica, bem como a interligação de alguns centros de distribuição e a construção de condutas que vão permitir, em breve, melhorias no abastecimento de água na província de Luanda.

O ministro João Baptista Borges referiu ainda que, no âmbito da ampliação dos sistemas de água, está previsto a construção na parte sul da província de Luanda da estação do Bita outro grande projecto inscrito no Pano de acção da EPAL. "O que se pretende é ver Luanda com mais água potável canalizada ao domicílio e menos cisternas", notou.

8.16 Afinal quem pode cobrar a taxa de serviços de limpeza

Jornal Expansão
03 De Março de 2017

Em 2016, o Decreto Presidencial n.º 107/16, de 20 de Maio, aprovou uma nova taxa de serviços de limpeza como contrapartida pelos serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos pelas administrações municipais ou entidades equiparadas da Província de Luanda. Nos Termos desse diploma, estão sujeitos à nova taxa os beneficiários dos referidos serviços, abrangendo pessoas singulares, pessoas coletivas ou entidades jurídicas equiparadas, tendo por referência o local da sua residência, domicílio, sede ou direcção efectiva.

No entanto, existem vários aspectos menos claros na lei e que podem suscitar dúvidas até quanto à legalidade da taxa. Desde logo, a lei não estabelece qualquer critério para determinar o que sejam micro-empresas, pequenas empresas, médias empresas ou grandes empresas para efeitos da aplicação das taxas dos serviços de limpeza. Ora, essa omissão é tanto mais importante quanto as grandes empresas têm de pagar uma taxa mais de dez vezes superior às Micro-empresas.

Por outro lado, não é claro quem pode cobrar a taxa em causa. Com efeito, estabelece-se no artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 107/16 Que a taxa de serviços de limpeza é cobrada juntamente com a factura referente ao fornecimento de electricidade, mas nos casos de agregados familiares não abrangidos

pela rede de distribuição eléctrica, o pagamento é feito através de empresas operadoras concessionárias ou empresas cobradoras Ora, a lei não determina quais as entidades que podem cobrar ou receber a taxa ou se os contribuintes, na situação descrita de agregados não abrangidos pela rede de distribuição eléctrica, têm de pagar a taxa por sua própria iniciativa. Por outro lado, a lei determina que as pessoas colectivas e entidades equiparadas deverão pagar a taxa de serviços de limpeza numa conta bancária a indicar pelo Governo Provincial de Luanda. Porém, a lei é omissa quanto à cobrança Da taxa em questão, pelo que se pode questionar se essa taxa deve também ser incluída nas facturas de electricidade das pessoas coletivas.

Para além desta indefinição sobre como é feita a cobrança da taxa e a entidade a quem compete essa cobrança, o mencionado diploma refere que a taxa de limpeza é devida mensalmente, embora o pagamento possa ser feito de forma trimestral, semestral ou anual. Significa isto que é o próprio contribuinte que pode escolher com que regularidade é que paga a taxa? E se assim for, como é que deve proceder um consumidor que recebe uma factura de electricidade, mas apenas quer pagar a taxa dos serviços de limpeza, por exemplo, cada seis meses? Não se encontra na lei uma resposta para estas questões.

O Decreto Presidencial n.º 107/16 Também não estabelece quando é devido o pagamento da taxa dos serviços de limpeza, o que é essencial, por exemplo, para determinar o momento a partir do qual o contribuinte se encontra numa situação de incumprimento geradora de juros de mora ou multas. Acresce que, embora a lei não seja clara quanto a este aspecto, a falta de pagamento da taxa dos serviços de limpeza dentro do prazo (que não está estabelecido na lei) parece também permitir o corte do fornecimento de energia eléctrica que apenas será reativado após apresentação da prova de pagamento da taxa em causa.

Não se entende qual a relação entre o pagamento da taxa de serviços de limpeza e o fornecimento da electricidade para justificar que um serviço tão essencial como o fornecimento de electricidade seja cortado por falta de pagamento de um outro serviço que, por exemplo, não é prestado pela mesma entidade.

Para além de outros aspectos em que o referido Decreto Presidencial é pouco claro, não é feita qualquer menção no diploma em questão aos casos em que os contribuintes não beneficiam de serviços de limpeza porque, por exemplo, suspenderam a sua actividade ou porque no município em questão não existe recolha de resíduos sólidos por parte das

autoridades municipais. A cobrança da taxa dos serviços de limpeza nesses casos permitiria, por exemplo, questionar a natureza deste tributo e a sua legalidade.

Assim, embora a cobrança da taxa dos serviços de limpeza possa vir a contribuir para uma otimização dos serviços de recolha e tratamento de resíduos, a verdade é que o Decreto Presidencial nº 107/16 Não veio estabelecer um quadro legal claro. Em aspectos importantes para qualquer tributo, tais como a forma de cobrança, o montante devido pelos contribuintes, a entidade competente pela cobrança ou o prazo de cumprimento da obrigação, o referido diploma é omissivo ou, pelo menos, muito pouco claro. Impõe-se, por isso, que a taxa de serviços de limpeza seja cobrada em estrita obediência à lei e, em caso de dúvida, o contribuinte não seja prejudicado pela indefinição legal.

8.17 O saneamento do meio é qualidade de vida

Jornal de Angola
22 De Março de 2017

Quando se fala de alterações climáticas, os efeitos no acesso a água de qualidade podem ser diversos. Desde o aumento do nível da água dos rios e mares, levando a ocorrência de inundações como a que se verifica actualmente na província do Cunene, ou à ocorrência de seca, também verificada em algumas províncias no sul de Angola. Estes problemas associados ao deficiente saneamento do meio podem colocar em perigo a saúde pública levando à ocorrência de doenças graves como a cólera. Para além disso, a falta de acesso ao saneamento básico e os inadequados hábitos de higiene praticados na evacuação das fezes têm consequências graves para a saúde pública em geral e das crianças menores de 5 anos em particular.

O impacto das mudanças no acesso a água provocadas pelas alterações climáticas pode ser ainda maior se as comunidades não definirem medidas de resiliência e de prevenção. Sendo assim, para definir medidas preventivas como a redução da defecação ao ar livre e aumentar a higiene básica e saneamento do meio, algumas comunidades em Angola adoptaram a metodologia denominada Saneamento Total Liderado pela Comunidade (STLC).

Esta metodologia consiste em treinar os membros de uma determinada aldeia, fornecendo técnicas que permitam promover a construção de latrinas usando materiais locais para acabar com a prática da

defecação ao ar livre e incentivar melhores práticas de higiene, como a lavagem das mãos com água e sabão ou cinza.

Os resultados do STLC nas comunidades

Com a introdução do STLC em 2008, Angola está a marcar passos mais de terminantes no sentido de aumentar a cobertura dos serviços de higiene e saneamento. Sob a liderança do Ministério do Ambiente e o apoio da UNICEF, o STLC em Angola tem sido implementado em algumas áreas das províncias do Bié, Moxico, Huíla, Cunene, Cuanza Sul, Cuanza Norte, Malanje e Uíge.

Um sinal do impacto do STLC é facto de muitas das áreas beneficiadas pelo programa não terem sofrido durante a epidemia de cólera de 2013-2014, demonstrando desta forma a capacidade de reduzir as doenças de origem hídrica ou fecal-oral e facilitando os avanços para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis (em particular o objectivo 6), estabelecidos pela ONU.

Como resultado da implementação desta abordagem, das 320 aldeias envolvidas entre 2013 e 2015, cerca de 101 possuem melhor higiene, saneamento e maior conhecimento dos benefícios de um ambiente saudável.

Neste mesmo período, cerca de 96,998 pessoas deixaram de defecar ao ar livre, o que contribuiu para a criação de um ambiente mais saudável e reduziu

A probabilidade de ocorrência de doenças de origem fecal-oral ou hídricas. Por outro lado, ao ser implementado em algumas escolas, o STLC beneficiou cerca de 36,490 alunos com idades entre os 5 e os 11 anos e 674 professores em 126 escolas consideradas sem defecação ao ar livre.

Os investimentos necessários

Apesar destes avanços, continuam a existir desafios evidentes para a expansão e sustentabilidade desta metodologia. Porém os municípios da Nharêa, Camacupa, Catabola e Cuito na província do Bié e a província do Moxico, através do governo provincial, sentiram a necessidade de alocar fundos dos seus orçamentos para implementação e sustentabilidade do programa STLC providenciando assim à sua população alternativas efectivas de saneamento.

É certo que o saneamento envolve investimentos significativos, mas o custo económico, social e para o ambiente é maior se não se investir nele (saneamento). Se a água é vida então o saneamento do meio é qualidade de vida e a falta de um investimento estratégico fará continuamente com que

as comunidades estejam sujeitas a relapsos e riscos contínuos como o que vivemos actualmente com os casos de cólera.

O Dia Mundial da Água

No Dia Mundial da Água celebrado a 22 de Março, o mundo inteiro reflecte sobre a importância do acesso à água como forma de garantir a qualidade de vida do homem. Por sua vez, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) aproveita a ocasião para lançar um relatório sobre os diferentes riscos que a criança corre com a escassez de água potável e as alterações climáticas.

Segundo o relatório, intitulado "Sedentos por um futuro: água e crianças num clima em mudança", até 2040, cerca de 600 milhões de crianças irão viver em áreas com recursos hídricos extremamente limitados. O mesmo relatório mostra como as mudanças climáticas têm um impacto no acesso à água e saneamento seguros e apresenta uma série de soluções, políticas, respostas e estudos de caso para mostrar como proteger as crianças agora e no futuro.

Em Angola a boa experiência com a implementação do STLC já contém bases adequadas, por isso acreditamos que a implementação de um programa de "Saneamento para Todos" à semelhança do que acontece com o programa "Água para Todos", podia ser uma opção, pois garantiria que cada vez mais populações vulneráveis tivessem acesso à água potável e a condições de higiene e saneamento adequados podendo deste modo reduzir o impacto da falta de água potável provocada pelas alterações climáticas.

8.18 Sindicalistas da Elisal acusados de corrupção

Novo Jornal

31 De Março de 2017

Texto: António Paulo

Um mau ambiente laboral entre trabalhadores e o sindicato que os representa instalou-se na Empresa de Saneamento Básico de Luanda (ELISAL). Os funcionários acusam os representantes dos trabalhadores de terem sido corrompidos pela entidade patronal, que resolveu promover todos os sindicalistas à categoria de chefes.

O primeiro secretário do sindicato, Carlos Marcos, reagiu às acusações, dizendo que não se trata de promoções, mas sim de um estatuto especial atribuído aos sindicalistas.

As promoções que decorreram de forma clandestina, de acordo com as nossas fontes, foram descobertas nos títulos salariais do mês de Janeiro. O primeiro secretário do Sindicato, Carlos Marcos, foi promovido a chefe de departamento, já o vice-secretário, Ventura Luciano, foi promovido a chefe de secção.

Na lista de promovidos a chefes de equipa, de grupos e supervisares, constam os nomes de Joaquim, Henriques, Kudituassa, Víctorino, Fungo, Agostinho Neto, Hortença Maria Eugénia, todos eles sindicalistas que exerciam as funções de ajudantes, motoristas, varredores e controladores de tráfego, respectivamente.

"Eles continuam nos seus postos de trabalho como se nada tivesse acontecido, mas a realidade é que já ganham como chefes. Há funcionários que já foram indicados para promoções há muito tempo e, até hoje, não recebem de acordo com a nova categoria porque aguardam pelas suas nomeações, ao passo que os sindicalistas já auferem. Descobrimos estas promoções por causa dos títulos de salários que, até Dezembro do ano passado, eram levantados pelos chefes. Hoje, são os próprios sindicalistas que levantam os títulos dos colegas", denunciaram as fontes.

Interpelado pelo Novo Jornal, o primeiro secretário do sindicato da Elisal, Carlos Marcos, negou as acusações de corrupção, justificando que os representantes dos trabalhadores beneficiaram de um estatuto especial, fruto da luta que têm desempenhado em prol dos funcionários.

"Fizemos muitas lutas e revolucionámos praticamente a empresa. Sentimo-nos indignados por não sermos reconhecidos. O patronato criou, então, um estatuto especial para os sindicalistas.

Quer dizer que, doravante, qualquer comissão sindical que for eleita estará na condição em que nos encontramos. Explicámos isto aos trabalhadores, mas eles não nos entendem. É apenas um ganho. Não é uma promoção. É um estatuto especial que se criou", desabafou.

O sindicalista garante que, apesar do estatuto que beneficiam, a luta em prol dos trabalhadores continuará e nega que o sindicato esteja a trabalhar a favor do patronato.

"Não deixámos de lutar. Esta direcção, em princípio, estava num braço de berro, mas agora muita coisa mudou. Conseguimos actualizar os subsídios de alimentação e de transporte.

Não tínhamos atendimento médico para os familiares e nós conseguimos isso. Conseguimos a promoção para os efectivos antes dos três anos da reforma. Por isso, não é verdade as bocas que dizem que trabalhamos em favor da entidade patronal", defendeu-se.

Assembleia para resolver conflitos Questionado sobre a incompatibilidade nas funções, enquanto gestor e sindicalista, Carlos Marcos respondeu não haver conflito, argumentando que o estatuto sindical prevê a promoção. "A lei sindical prevê a promoção do trabalhador, até na condição de chefe de secção. Todo o mundo sabe disso", rebateu o representante dos trabalhadores promovido a chefe de departamento.

Para aclarar a situação e resolver os "mal-entendidos", o responsável sindical informou que os trabalhadores vão reunir-se no dia 14 de Abril, em assembleia geral. "As memórias esqueceram-se do que fizemos. Tivemos tantos ganhos e Agora, dizem que fomos corrompidos. Não está certo. Por isso, vamos reunir no dia 14.

8.19 Trabalhadores criam tumulto na Elisal

Jornal O País

Texto: Romão Brandão

24 De Março de 2017

Dezenas de trabalhadores estiveram ontem na sede da Elisal, a reclamar do atraso no pagamento do salário do mês de Fevereiro, tendo criado um tumulto nas instalações que se encontram próximo a FIL (Feira Internacional de Luanda). Segundo o secretário-geral da comissão sindical, que falou a O PAÍS, António Kudituassa, trata-se apenas de um descontentamento dos trabalhadores.

Os funcionários da Elisal, e porque muitos têm créditos a pagar, não se compadecem com atrasos salariais, uma vez que quando isso acontece sofrem descontos. Por terem o mês de Fevereiro por pagar e o de Março prestes a terminar, decidiram pressionar a direcção da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda. "Já se fechou praticamente a folha do mês de Março e o mês de Fevereiro ainda não foi pago, então, os trabalhadores estão descontentes. Foi preciso a Polícia intervir, por causa do vandalismo, uma vez que alguns colegas estavam a impedir a saída das viaturas e a procurar, a todo o custo, entrar em conflito com os membros da direcção", explicou.

Para além dos membros da direcção, os trabalhadores também insistiam na destituição da comissão sindical,

por alegarem que esta já não tem defendido os seus interesses junto da direcção.

Até às 12 horas do dia de ontem, altura em que contactamos a comissão sindical, o tumulto estava controlado e foi-nos garantido que não houve necessidade de deter ninguém, uma vez que a direcção já se pronunciou sobre o assunto e o salário será pago nos próximos dias.

"Como comissão sindical tivemos contacto com a direcção e passaram-nos a informação de que até na Segunda-feira serão pagos os ordenados, não só de Fevereiro, como também de Março", disse o sindicalista, que acresceu que quanto ao facto de a sua comissão ser acusada de já não mais defender os interesses dos trabalhadores, isso não é verdade.

Kudituassa avança ser falso que a "comissão foi corrompida", até porque a mesma comissão tem um caderno reivindicativo aberto e tem negociado normalmente com a direcção da empresa, e muitas das coisas que constam no caderno têm sido resolvidas.

De lembrar que a última vez que os trabalhadores da Elisal reivindicaram estavam em causa as condições de trabalho, a falta de seguro de saúde e, principalmente, o facto de não se reverem na nova comissão directiva da empresa. Estavam enfurecidos com o rumo que a empresa tomara, uma vez que não eram ouvidos, diziam, em aspetos que acham fundamentais para o exercício aceitável daquela que chamam de 'profissão de risco'.

Sobre este assunto, António Kudituassa garantiu que paulatinamente tem-se resolvido alguns dos problemas apresentados, dadas as conclusões da última reunião que tiveram, onde se criaram as comissões de trabalho. "Não estamos a 100%, dadas as condições económica que vive o país, mas estamos no caminho certo quanto a resolução dos problemas expostos no caderno reivindicativo", sublinhou.

8.10 Trabalhadores da Elisal paralisam trabalhos devido a atraso nos salários

Jornal Visão

24 De Março de 2017

Texto: Borralho Ndombe

Os trabalhadores da Empresa de Limpeza e Saneamento Básico de Luanda (ELISAL) decidiram paralisar com os trabalhos devido ao atraso salarial de dois meses.

Desde Outubro do ano passado que os mais de 300 funcionários vêm reivindicar os constantes atrasos no pagamento do salário.

Em 2016, os homens que tratam do lixo da capital do país reclamaram também os dois meses de salários que não eram pagos, bem como a reconversão de carreira, e a violação dos direitos ligados à segurança e higiene no trabalho.

As faltas de salários estão a causar vários constrangimentos na vida dos trabalhos, que falaram dos seus problemas.

Lando Miguel, um dos funcionários, afirmou que o último ordenado foi pago em Janeiro. De lá para cá, deixaram de receber os seus ordenados. "Estamos há dois meses sem os nossos salários. Só nos pagaram o salário de Dezembro em Janeiro. A situação está mesmo mal nas nossas casas. As crianças estão a ser expulsas das escolas porque os pais não estão a pagar as propinas!": lamentou.

Tudo depende do salário, transporte vem do salário, alimentação vem do salário. Os atrasos nos impossibilitam chegar no local de trabalho. E não podemos faltar no serviço!:

Foram os próprios funcionários que convocaram a paralisação. Os técnicos alegam que o sindicato dos trabalhadores da ELISAL não defende os interesses dos associados.

Segundo Maurício Tavares, um outro funcionário, a empresa vai realizar uma festa neste sábado em alusão ao mês dedicado à mulher, quando os seus colaboradores nem dinheiro para pagar o transporte têm.

"A empresa não consegue pagar os nossos salários, mas vai dar uma festa de Kz 11 milhões para comemorar o mês de Março. Não estamos a conseguir viver sem os salários!:

Por sua vez Henriques António, da Comissão Sindical, afirma que o atraso é de um mês e não de dois como estão a dizer os trabalhadores. O sindicalista disse que a direcção da empresa prometeu pagar os salários na próxima semana.

"A empresa não está a pagar porque alega que há problemas técnicos a partir do ministério das finanças.

E prometeram resolver o problema esta semana para que até quarta-feira os trabalhadores tenham salários.

8.21 A síndrome da greve na Elisal

Jornal A República

31 De Março de 2017

Mais uma vez, os trabalhadores da empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) estão pesarosos com a actual direcção dessa empresa, já que a mesma não paga os respectivos salários há dois meses, facto que tem criado uma onda de descontentamento no meio dos trabalhadores que entrevêem as suas dificuldades cada vez mais se agudizando.

Entretanto, há muito que os trabalhadores da ELISAL têm-se desvendado agastados com a actual gestão da empresa que do ponto de vista de muitos funcionários dessa instituição ligada ao Estado não tem dado uma resposta satisfatória quanto à questão salarial dos seus trabalhadores que sentem na pele a discrepância salarial que se assiste nessa empresa.

Por outro lado, qualquer trabalhador deve ter um salário justo e harmonizável com a exigência do mercado, ou seja, constitui uma infracção, principalmente quando a entidade patronal resigna-se das suas responsabilidades em não pagar os honorários dos seus funcionários no tempo estabelecido, pois por lei qualquer entidade tutelar deve criar condições financeiras compatíveis, a fim de que os trabalhadores não accionem uma onda de asseveração, isto é, à greve embora o artigo 51º da Constituição imperante confere aos trabalhadores esse direito.

Cabe, porém, a Direcção da ELISAL accionar um mecanismo fino, que passa, seguramente, pelo pagamento dos dois meses em atraso, no sentido que essa situação seja revertida e ultrapassada, porque o saneamento básico é um bem público, visto que uma das garantias da salubridade no meio social.

De recordar que em 2004, os trabalhadores da respectiva empresa haviam decidido parar com os trabalhos exigindo melhores salários. Os mesmos exigiam da entidade patronal, um aumento na ordem dos 40%.

De acordo com uma fonte esta havia sido a segunda paralisação dos trabalhadores da empresa encarregue na limpeza da capital de Angola, num curto espaço de 14 dias.

Um dos grevistas na altura, disse à imprensa angolana, que a greve estava a ser feita, porque os trabalhadores estavam descontentes com a ELISAL, que os pagava apenas 4 mil Kwanzas, salário que segundo afirmou, "não compensava, atendendo a situação actual dos preços dos produtos básicos no país.

Com 4 mil kwanzas não é possível para um funcionário satisfazer a sua vida", sublinhou.

Segundo o mesmo, a Direcção da ELISAL, não respeita os seus trabalhadores "considera-os como brasão", lamentou.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Populares temem pela segurança

Novo Jornal

03 De Março de 2017

O aumento da criminalidade em Luanda, nos últimos meses, em alguns bairros da capital, tem tirado o sono a muitos cidadãos. No bairro Camacong e no da Socola, os moradores dizem que a situação se tornou insuportável. Mesmo com as reclamações feitas à esquadra policial com vista ao reforço do patrulhamento, nada tem sido feito, o que agrava o sentimento de insegurança vivido pela população.

Pedra Manuel, morador do bairro Camacong há mais de 10 anos, viu a sua casa ser invadida na semana passada por 15 indivíduos, todos encapuzados, cinco dos quais estavam armados. "Eram por volta das 22h00, quando os gatunos invadiram a minha residência. Sem apresentarmos resistência, abrimos a porta, entraram e fizeram-nos reféns. Levaram a botija, os telemóveis e alguns valores e saíram", contou Pedra para acrescentar que não há um dia em que não ouçam relatos de assalto.

O morador estranha ainda a forma como um dos assaltantes se movimentou em casa dele. "Fiquei com impressão de que no meio deles havia um que conhecia as coordenadas da casa, porque sabia onde ficavam as coisas", justifica. Por causa disso, os moradores têm de estar sempre alerta, ignorando o horário de dormir para qualquer eventualidade que surja. Uma senhora que preferiu o anonimato contou que, no caso dela, as coisas ocorreram de forma diferente. Como mostraram resistência ao abrir a porta aos meliantes, eles entraram pelo tecto e agrediram fisicamente o dono da casa.

"O meu pai não queria abrir a porta, então eles entraram pelo tecto, bateram no meu pai à nossa frente e pediram ao meu irmão mais velho que se despisse na presença de toda a família, isso assim não é bom", lamenta a jovem, que no momento da nossa reportagem se encontrava a acarretar água num dos fontenários do bairro.

De acordo com a cidadã, os pais nem chegaram a apresentar queixa à esquadra do bairro por causa do número de vezes em que se dirigiram àquela unidade sem sucesso.

"Nem nos demos ao trabalho de ir apresentar queixa à esquadra porque várias vezes fomos lá e as coisas

continuam iguais. A própria esquadra há alguns meses também foi alvo de assalto, então os próprios polícias temem pela sua vida", atira.

Já Mingas Bernardo, de 23 anos de idade, residente no bairro da Sacola, diz que por causa da onda de assaltos alguns jovens estão a tomar medidas para combater o crime, medidas estas que passam por perseguir os meliantes e torturarem-nos.

"Como sabemos que eles são muitos, ao fugirem, têm a tendência de se separarem. Então, nos organizamos e damos corrida aos que não estiverem armados e, se os apanharmos, fazemos justiça por mãos próprias, porque senão seremos vencidos pelos marginais e teremos que abandonar as nossas residências", disse, reconhecendo que colocam as suas vidas em risco.

9.2 Polícia prepara contra-ataque a delinquência nos bairros de Benguela

Jornal O PAÍS

07 De março de 2017

Texto: Zuleide de Carvalho

O novo comandante provincial, Elias Livulu, encabeçou uma visita de campo a bairros localizados na zona B, no município de Benguela, averiguando junto dos habitantes as principais queixas referentes à alta de crimes que assola a região.

Relativamente ao índice de delinquência registado no município sede, a lista de prioridades do Comando Provincial da Polícia Nacional em Benguela centra-se às zonas A, B e F, assinaladas como sendo de maior incidência do crime.

Deste modo e, por ter tomado posse recentemente, o comandante Elias Dumbo Livulu desencadeou esta Segunda-feira um processo de auscultação à população dos 26 bairros que constiuem a zona B.

Com base em informações e depoimentos dos cidadãos que vivenciam e são alvo dos crimes cada vez mais frequentes, Livulu comprometeu-se em definir estratégias policiais para combater o crime.

, Nas missões futuras dos agentes da Ordem Pública, haverá a preocupação de "tornar mais activo o policiamento, quer o diurno, quer o noturno", garantiu o comandante.

Para Elias Livulu, um "contacto directo com as pessoas e coordenadores de bairro, para que nos possam apontar, com verdade, os problemas de segurança que enfrentam", é a abordagem mais eficaz.

Feito o diagnóstico, a situação "é preocupante, mas não é assim tão assustadora como se colocava, porque os crimes que vão ocorrendo nos últimos tempos são "contra propriedades, furtos e roubos."> Genericamente, "crimes domésticos", declarou Livulu.

Por outro lado, no rescaldo da auscultação, o comandante provincial crê que na periferia haja alguma "negligência" dos cidadãos, pois "os seus animais são expostos à deriva, as casas ficam sem nenhuma proteção."

"O que nós constatamos é que muitos desses delinquentes são filhos dos próprios moradores e são encobertos pelos familiares", afirmou Elias Livulu, apontando este como sendo o facto que dificulta o trabalho investigativo, porque muitas vezes não são feitas denúncias.

O comissário Livulu pretende reunir os esforços necessários para levar adiante a árdua tarefa que temem mãos, combater e erradicar a criminalidade, tendo em conta que "os bandidos não podem ter morada aqui."

Crimes "pequenos" que fazem grandes estragos Manuel Quintas, coordenador do bairro Hoji Ya Henda, revelou que "os crimes que mais nos preocupam são os assaltos à mão armada", ocorrendo tanto contra residências, como contra pessoas em plena rua.

Ao declarar que telemóveis e botijas de gás são os bens furtados com mais regularidade, o coordenador, pronunciando-se em nome dos habitantes no bairro, espera da Polícia "uma resposta que venha melhorar a situação."

Queixando-se dos ataques criminais há cerca de dois anos, José Augusto referiu que "os jovens são uma rede, vêm armados", e actuam geralmente à madrugada.

Segundo o sob o Eduardo Pedro, o bairro Agostinho Neto possui 11.000 residentes. Face a esta situação, o responsável solicitou ao comandante provincial da Polícia "um pelotão de 30 homens para defender" os cidadãos.

Para além de dinheiro e bens domésticos, os assaltantes têm roubado também material de construção civil, encontrado nas várias obras visíveis pelas ruas do bairro.

A população que habita os bairros visitados como Bela Vista, Miramar, Viva a Paz, 17 de Setembro, entre outros, espera constatar em breve o cumprimento das promessas feitas pelo mais alto responsável da Polícia Nacional em Benguela.

10. AMBIENTE

10.1 Casas no Kwenha estão sob ameaça

Jornal de Angola
04 De Março de 2017

Um número sem conta de residências no bairro Kwenha, arredores da cidade do Luena, no Moxico, pode ser engolido pelas ravinas, caso não haja uma intervenção nos próximos tempos, informou o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB).

A preocupação foi manifestada através de uma nota a que a Angop teve acesso, esclarecendo que o fenómeno erosivo pode engolir residências dos habitantes do bairro Kwenha, a unidade de engenharia das Forças Armadas Angolanas (FAA) e a cadeia militar localizada naquelas imediações. Para avaliar os riscos, a corporação afecta ao Ministério do Interior inspecionou quatro principais ravinas, que evoluem na área, tendo identificado os riscos que representam para a comunidade, para possível intervenção.

Fez saber que, após a observação, a unidade provincial dos Bombeiros encaminhou os resultados à Comissão Provincial de Protecção Civil de Calamidades Naturais, para o devido seguimento e tratamento.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros realizou 23 reinspecções, 21 assistências a aeronaves que aterraram no aeroporto do Luena "Comandante Dangereux" e quatro actos de protecção em públicos. Foram ainda efectuados duas sessões de sensibilização da população dos bairros Kwenha, Alto Campo e Zorró, sobre a prevenção de incêndios.

10.2 Chuvas em Ondjiva inundaram mercado

Jornal de Angola
10 De Março de 2017

Mais de mil barracas de venda de bens diversos encontram-se alagadas devido à inundação do mercado informal de Oshamukuio, localizado nos arredores da cidade de Ondjiva, sede da província do Cunene.

Segundo a Angop, no maior mercado informal da província do Cunene as águas invadiram os espaços de venda de hortícolas, cereais, animais, roupa usada e os locais de armazenamento de outros produtos,

provocando enormes prejuízos aos comerciantes. As autoridades estão a criar condições para que os vendedores possam ter locais de maior segurança. Um novo mercado municipal com capacidade para 1302 bancadas, para conferir melhores condições de higiene e de acomodação, tanto para os vendedores quanto para os consumidores, tem as obras quase prontas.

10.3 Falta de chuvas está a reocupar os camponeses

Jornal de Angola
10 De Março de 2017

A criação de represas e de pequenas barragens no curso dos rios para a irrigação das plantações são as alternativas encontradas pelos camponeses do município do Cachiungo, província do Huambo, para fazer face à seca.

Os agricultores efectuaram novas culturas junto à margem de rios, sem prejudicar o curso normal das águas, uma forma de minimizar os estragos causados pela falta de chuva, disse ontem à Angop o presidente da Associação e Cooperativas de Camponeses.

João Lucas disse que nesta fase é dada prioridade à cultura de cereais e hortícolas e pediu aos camponeses que façam novas plantações. O município do Cachiungo tem 37.750 pequenos agricultores familiares, 22 cooperativas e 36 associações de camponeses.

A maioria das províncias angolanas não está a receber chuva há já algum tempo, criando transtornos à actividade agrícola e ao sistema hídrico de produção de energia eléctrica.

10.4 Reforçado controlo dos recursos naturais

Jornal de Angola
10 De Março de 2017
Texto: Kumuênbo da Rosa

A medida foi anunciada ontem pelo ministro da Agricultura, Marcos Alexandre Nhunga, numa conferência de imprensa após a reunião conjunta das comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. A introdução do sistema de quotas é apenas parte de um conjunto de outras medidas propostas do Ministério da Agricultura a fim de melhorar a gestão dos recursos florestais e valorizá-los de modo a aumentar a

produção nacional e promover a exploração e a exportação, principalmente da madeira e derivados.

Com base numa avaliação minuciosa do sector, reforçada com o manancial de informação resultante da primeira fase do inventário florestal nacional, as medidas aprovadas ontem concorrem ainda para acabar com algumas práticas consideradas nocivas aos interesses nacionais em matéria de gestão desses recursos quer do ponto de vista ambiental quer do ponto de vista económico.

Segundo o ministro Marcos Nhunga, o documento submetido à apreciação das comissões Económica e para Economia Real do Conselho de Ministros comporta medidas de execução até ao início da próxima campanha florestal, em Maio. Essas são consideradas "medidas de emergência", referiu o ministro.

A definição em si de um ano de campanha florestal, no período que vai do primeiro dia do mês de Maio até 30 de Setembro, é também resultado dessa nova abordagem que se pretende para o sector.

Uma abordagem que começa com a revogação de um despacho do ministro da Agricultura e desenvolvimento rural, sobre competências no licenciamento da exploração florestal, como consequência imediata da aprovação da Lei de Florestas e Fauna Selvagem.

Segundo Marcos Nhunga, com a revogação do despacho n.º15/2000 os governos provinciais deixam de poder emitir licenças de exploração florestal, operando-se a centralização dessa competência a nível do sector da Agricultura a vários níveis.

Ainda no que respeita às licenças, foram definidos mecanismos para se garantir a fiabilidade dos documentos e tomá-los menos vulneráveis à falsificação.

A licença de exploração, o guia de trânsito, os certificados de origem, fitossanitário, de registo de empresa de tratamento de madeira, a declaração de fiel depositário e o manifesto de propriedade vão ter os respectivos modelos modernizados, padronizados e uniformizados.

Gestão de espécies

No que se refere à gestão das espécies com maior procura, a proposta de definição de quotas por província e por licença tem em vista a necessidade de se garantir o equilíbrio em espécies como a Mussivi (*Guibourtia coleosperma*) e Girassonde (*pterocarpus angolensis*). O sistema de quotas por províncias e por

licenças é agora possível depois de concluída o ano passado a primeira fase do inventário florestal.

"Essa ferramenta vai permitir que possamos adoptar medidas para contingenciar recursos nas províncias do Moxico, Cuando Cubango, Cabinda e Lunda Norte", declarou Marcos Nhunga, salientando que "nestas zonas existem espécies muito procuradas pela maior parte dos empresários", pelo que se impõe fazer "uma gestão muito controlada dessas espécies sob pena de o país perdê-las".

Pau-rosa proibido

O ministro Marcos Nhunga destacou o valor do inventário florestal, como uma peça fundamental para que o sector da Agricultura tenha a informação correcta sobre os recursos que o país dispõe, bem como a sua localização.

Para a província de Cabinda, por exemplo, está em vista a proibição da exploração do Pau-rosa (*Swartzia fistuloides*), naquela que é aparentemente a situação de maior risco detectada na primeira fase do inventário florestal.

Segundo o ministro da Agricultura, a importância estratégica do sector madeireiro leva a que e já considerada a participação do Estado em algumas empresas, de modo a "obter dali algumas mais-valias".

Programação macroeconómica

Além das medidas de gestão dos recursos florestais, a reunião conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros aprovou o Relatório Mensal da Estratégia de Implementação da Programação Macroeconómica Executiva, sobre a evolução dos indicadores macroeconómicos face às projecções efectuadas no Orçamento Geral do Estado de 2017.

Também consta do relatório, para fins de correcção de eventuais desvios, a avaliação do grau de execução das políticas económicas, na perspectiva do controlo da inflação, a diversidade e aumento das exportações não petrolíferas e a estabilidade do sistema financeiro.

Crédito mal parado

A Equipa Económica procedeu também à apreciação da Estratégia de Actuação da RECCREDIT no Saneamento da Carteira do Crédito de Risco na Banca Pública-2017, mecanismo que tem por objectivo absorver parte do crédito mal parado dos Bancos Públicos, com classificação de risco mais elevado.

Durante a reunião a comissão foi informada sobre' o plano de saneamento e reestruturação do Banco de Poupança e Crédito (BPC), cuja finalidade é definir regras de controlo mais rigorosas, otimizar os custos operacionais e aperfeiçoar o modelo de governação, de modo a torná-lo mais adequado às exigências do mercado financeiro e às normas internacionais. As comissões apreciaram ainda um o relatório sobre a análise do quadro actual e das condições de viabilidade da fábrica de cimento do Cuanza Sul, que foi fundada em 2003.

O relatório preconiza a revisão da componente de financiamento, bem como alguns cenários de viabilidade técnica, financeira e económica, com vista a garantir o retomo do investimento efectuado pelo Estado.

Antes de se reunir com a equipa económica, o Presidente José Eduardo dos Santos deu posse aos novos secretários de Estado para o Comércio Externo, Francisco José Aleixo Fernandes, Alexandre David de Sousa Costa, para Agricultura Empresarial, Carlos Alberto Jaime Pinto, e para a Reinserção Social, Lúcio do Amaral.

Comércio Externo

O novo secretário de Estado para o Comércio Externo apontou o apoio às exportações, a formação de quadros e a regulamentação do sector como prioridades imediatas do seu gabinete. Francisco José Aleixo Fernandes lembrou que as tarefas que assume na equipa de Fiel Constantino inserem-se no programa integrado que foi anunciado no início de Fevereiro pelo Presidente José Eduardo dos Santos, numa reunião do Comité Central do MPLA.

Além da criação de uma área do Comércio Externo - do Ministério do Comércio -, funcional e dotada de quadros capazes, o programa integrado enunciado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, que serve de orientação para todas as instituições que intervêm no processo das exportações, inclui a adequação da legislação cambial e do próprio sistema bancário a regras sobre a movimentação de divisas pelas empresas e particulares, e uma atenção redobrada da regulamentação das actividades sectoriais do Governo que cuidam dos processos de exportação.

Francisco José Aleixo Fernandes acrescentou que o trabalho em equipa também integra a Agência Nacional para a Promoção das Exportações (APIEX). "Trata-se de uma agência e vamos estudar como integrá-la no sector do comércio externo", declarou, antes de anunciar que vai trabalhar com o ministro Fiel Constantino, numa estratégia de médio

e longo prazo para um futuro Ministério do Comércio Externo.

Apoio ao Agronegócio

O novo secretário de Estado para a Agricultura Empresarial também falou à imprensa sobre o que se espera deste sub-sector. Carlos Alberto Jaime Pinto referiu que a área de apoio ao empresariado já existia no Ministério da Agricultura, dirigido desde Setembro por Marcos Alexandre Nhunga.

"Com a criação desta secretaria de Estado vamos dar o nosso melhor no sentido de encontrarmos soluções para melhorar o ambiente logístico de apoio ao agronegócio e também ao financiamento para que a actividade dos empresários ajude a reduzir paulatinamente as importações, principalmente de produtos alimentares."

10.5 Recursos Florestais

Jornal de Angola

11 De Março de 2017

A gestão dos recursos florestais, a valorização para aumentar produção nacional e promover a exploração e a exportação dos referidos recursos e derivados constitui uma aposta inadiável, sobretudo nesta fase de diversificação da economia. O controlo dos recursos florestais constitui uma obrigação vital da parte do órgão do Estado. Porque da exploração e exportação da madeira e derivado advém parte significativa do crescimento da nossa economia.

É importante saber que medidas neste sentido foram já propostas pelo Ministério da Agricultura, tendo passado recentemente pelas comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros e vão contribuir para a redefinição e o relançamento do sector florestal, Por razões não apenas ligadas ao melhor aproveitamento do sector para fins económicos, comerciais, mas igualmente ligadas à preservação ambiental, precisamos de ver os recursos florestais a melhor servirem Angola e os angolanos.

A busca incessante e insustentável pelos recursos florestais transforma muitas regiões do país em verdadeiros destinos de exploradores, na maioria das vezes, desprovidos de quaisquer preocupações ambientais, que desmatam largas áreas.

Embora o Instituto de Desenvolvimento Florestal considere aceitável e controlado o processo de desflorestação no país, não há dúvidas de que podemos fazer mais. Reconhecemos todos que há uma grande pressão pelos recurso florestais, muitos

deles explorados sem a observância de regras, mas defendemos igualmente que é ainda possível impor as normas que regulam o sector. Mais do que o controlo assegurado pela instituição que lida e acompanha tudo relativo às florestas em Angola, é preciso que nos certifiquemos de que os esforços actuais contrariam as perdas.

Acreditamos todos que a nova abordagem que o Executivo pretende para o sector florestal, com a redefinição de novas regras para a exploração do recurso florestais, contribui para rentabilizar melhor o sector.

Com as condições criadas, que permitem explorar e agregar valor ao produto derivados dos recursos florestais, fazemos crescer significativamente o nosso produto interno bruto (PIB), tal como exemplarmente fizeram numerosos países.

Não temos muitas opções nesta fase em que estamos todos empenhados na diversificação da economia, porque é fundamental que as fontes de receitas do Estado variem e cresçam consideravelmente. E podemos inclusive transformar as nossas riquezas florestais em activos importantes, para alavancar sectores industriais diversos, entre eles o do papel, da farmacêutica convencional e tradicional e da borracha, entre outras.

Olhando para o nosso recurso florestais, podemos dizer que temos matérias-primas para alimentar numerosos projectos que tenham como fonte a madeira as plantas, folhas, raízes e ervas, entre outros recursos florestais. Então há dúvidas de que parte deste importante manancial de recursos não conhece a devida exploração e a consequente utilização, além do desvio para o contrabando, realidades que devem cessar.

A realização da primeira fase do inventário florestal nacional foi um passo decisivo na desejada direcção, para nos podermos certificar sobre as nossas potencialidades e para sabermos exactamente com que recursos contar. Afinal, não vamos poder controlar, licenciar a exploração e permitir outras intervenções de natureza comercial e económica na utilização dos recursos florestais senão formo capazes de uma informação precisa sobre o mesmo. Fazemos votos de que o processo de inventário florestal conheça a fase subsequente e conclusiva para, definitivamente, sermos capazes de traçar o nosso "mapa florestal" e adotar medidas para que se impõem para exploração racional e a devida preservação das espécies.

Como temos vindo a fazer referência, variadas vezes, é fundamental que continue a ser privilegiada a formação de quadro do Instituto de

Desenvolvimento Florestal, o apetrechamento com meios modernos e que, mais importante, tenhamos meio para monitorizar a taxa de desflocação em todo o país.

Urge apertar o cerco nas modalidades para a concessão de licença de exploração e outros requisitos formais, agora reavaliado pela comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministro para assegurar maior sustentabilidade no processo de exploração dos recursos florestais.

Esperamos ser capazes das medidas que estão a ser avaliadas, sendo importante a componente ligada ao inventário, para melhor controlar e gerir os recursos florestais. Com a realização do inventário florestal, acreditamos que Angola deu um passo relevante não apenas em direcção ao controlo, mais fundamentalmente na eliminação das perdas resultantes da Acção humana e natural

O processo de desflorestação que sucede em muitas regiões do país por acção directa daqueles dois factores, a acção humana e natural, pode ser melhor mitigado através de medidas e recomendações contidas no primeiro inventário florestal.

10.6 Chapas de zinco foram entregues a famílias afectadas

Jornal de Angola
13 De Março de 2017

Cerca de mil famílias afectadas pela chuva nas zonas de Chiweca, Gika Lombe e Vala vão receber chapas de zinco, numa iniciativa da Cabinda Gul Oil Company, subsidiária da Chevron, anunciou ontem o director para as Relações Públicas e Assuntos Governamentais da companhia petrolífera na região.

Gomes Cambuta, que procedia à entrega de chapas ao administrador adjunto de Cabinda, Lourenço Domingos Bilolo, para serem distribuídas à população, disse que a doação faz parte do programa de responsabilidade social da companhia petrolífera.

Numa primeira fase, o projecto de distribuição de chapas vai abranger 28 famílias, sendo que as restantes devem receber o material nos próximos tempos.

O director para as Relações Públicas e Assuntos Governamentais da Cabinda Gul Oil Company disse que a entrega do material é uma resposta ao apelo das autoridades administrativas para o apoio às pessoas necessitadas.

A companhia petrolífera tem participado em acções de apoio às comunidades locais, com a construção de escolas, criação de programas infantis, de combate à malária e de prevenção do VIH Sida.

O administrador municipal adjunto de Cabinda, Lourenço Bilolo, informou que as autoridades administrativas cederam terrenos na zona de São Vicente, para que as famílias sinistradas possam construir as suas casas de forma segura e condigna.

10.7 População em zonas de risco sensibilizada a deixar as casas

Jornal de Angola

13 De Março de 2017

Texto: Jesus Silva

A Administração Municipal do Lobito continua a trabalhar na sensibilização dos habitantes de zonas de risco, para abandonarem o mais rápido possível estes locais, disse, no sábado, a administradora municipal adjunta.

Maria Firmino Kalesso referiu que é preciso que a população deixe de insistir na construção de casas junto das linhas de água e em zonas de risco, por causa dos perigos que esta prática acarreta.

A administradora municipal adjunta do Lobito falava no termo de uma visita de constatação a valas drenagem do município, realizada no quadro da homenagem as mais de 80 vítimas mortais das enxurradas da madrugada do dia 11 de Março do ano antepassado.

Durante a actividade, a responsável municipal do Lobito disse ser preciso que as pessoas tomem consciência desses perigos e evitar que se percam mais vidas humanas.

Maria Kalesso apelou aos munícipes para ajudarem na conservação das valas de drenagem, no âmbito do Projecto "Eu Amo o Lobito", realizado com as comunidades, e que visa a limpeza regular das referidas infra-estruturas depois das chuvas.

A administradora municipal adjunta condenou as pessoas que encaram as valas de drenagens como aterros sanitários. "Cada cidadão deve ser fiscal do seu vizinho, para evitarmos que esta problemática continue a fazer parte do nosso dia a-dia", avança. Presente na homenagem às vítimas das enxurradas do II de Março do ano antepassado, a administradora municipal da Catumbela, Filomena Pascoal, reiterou a necessidade de as famílias participarem mais nas acções de preservação do meio.

A administradora visitou a zona dos Cabrais, local onde foram reassentadas os sobreviventes das enxurradas, para participar de uma missa de homenagem a todas as vítimas mortais.

Além da missa, os membros das duas administrações municipais, familiares dos falecidos e população em geral depositaram e lançaram flores na vala de drenagem do bairro da Luz, onde tinham sido encontrados a maioria dos corpos vítimas, alguns arrastados de outros bairros. As enxurradas de II de Março de 2015 provocaram mais de 80 mortes, entre elas a de 35 crianças, destruiu 119 casas, oito escolas ficaram parcialmente danificadas e cerca de 400 famílias foram deixadas ao relento.

10.8 Centenas de famílias são desalojadas

Jornal de Angola

16 De Março de 2017

Texto: Dionísio David

Mais de 240 famílias de Ondjiva, na província do Cunene, foram forçadas a abandonar as suas casas, em consequência das inundações que se registam em grande parte dos bairros da cidade e arredores, revelou ontem administrador comunal.

Amadeu Hidisangue, que falava no termo de uma visita a vários bairros da comuna de Ondjiva, constatou os estragos causados pelas chuvas e garantiu que as autoridades estão a desenvolver estratégias para responder as situações de emergência e diminuir as dificuldades dos sinistrados.

O administrador comunal informou que as inundações que se registam, neste momento, sobre a cidade capital da província surgem na sequência das cheias do rio Evale, situado na bacia hidrográfica do Cuvelai e das enxurradas na região.

Amadeu Hidisangue disse que, apesar de se verificar grandes enchentes sobre a cidade, a situação está sob controlo e que as comissões de moradores continuam a trabalhar no levantamento das famílias sinistradas.

O responsável salientou que o objectivo deste levantamento visa determinar com exactidão o número de pessoas afectadas, isto, por 'bairro, para depois junto das entidades da Administração Municipal do Cuanhama se encontrarem as devidas soluções.

Amadeu Hidisangue ressaltou que, neste momento, entre os bairros mais afectados pelas inundações

destacam-se os Castilhos, Pioneiro Zeca, Bangula e Naipalala I.

Em relação aos apoios a conceder aos sinistrados, Amadeu Hidisangue garantiu que as autoridades estão a fazer esforços para mobilizar meios à dimensão das necessidades de cada urna das famílias afetadas. O administrador de Ondjiva disse que em relação ao bairro dos Castilhos, cujas habitações foram seriamente inundadas, a responsabilidade deve ser atribuída às famílias, tendo em conta que a situação de realojamento dos moradores há muito foi solucionada, entre 2008 e 2009, por ocasião das piores cheias e inundações que afectaram a província.

"Muitas das famílias tinham beneficiado de casas, no bairro Onahumba, nos anos 2008 e 2012, mas, por causa do oportunismo e desonestidade, muitas pessoas acabaram por arrendar as residências e voltar às habitações que se encontram em terrenos de risco", disse Amadeu Hidisangue, para acrescentar: "Face a actual situação, a responsabilidade já não é das autoridades, mas sim das famílias, pelo que algumas destas vão ser responsabilizadas pela prática de desonestidade e oportunismo."

O responsável acrescentou que a Administração Comunal vai continuar a tornar medidas punitivas contra as pessoas que adoptarem práticas desonestas, bem como a demolição das casas antes abandonadas e declaradas sinistradas. Amadeu Hidisangue explicou que a medida serve para evitar que as famílias retomem às zonas de alto risco com a intenção de voltar a receber novas casas, um negócio que acontece nos bairros, nos últimos anos.

Maior atenção

O administrador comunal de Ondjiva fez um apelo às comunidades da periferia da cidade e aos moradores dos bairros para redobrem a atenção face aos perigos que as cheias representam, sobretudo às crianças e idosos durante a travessias de pontos e zonas consideradas de risco.

Para a prevenção, Amadeu Hidisangue considera ser necessário que a população informe os serviços de Protecção Civil e Bombeiro sobre eventuais casos de perigo quer relacionados com cheias, quer com descargas eléctrica, uma vez que existem vários cabos e fios eléctricos descamados pelas tuas.

O segundo-comandante provincial dos serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Paulo Kalunga, informou que, até agora, as enchentes sobre a cidade de Ondjiva resultaram já em dois afogamentos: "Apelo às comunidades para terem maior atenção com os vários obstáculos nesta fase das chuvas,

tendo em conta a existência de cacimbas e outras escavações muito profundas".

10.9 "La Nifía" causa fortes inundações no país

Jornal de Angola

16 De Março de 2017

Texto: Edna Dala 5

A informação foi avançada ontem pelo oficial de programas para as questões humanitárias e de género do Fundo das Nações Unidas para a População (Fnuap).

Luís Samacumbi disse que o efeito La Nina pode causar inundações no país, agravando a vulnerabilidade da população local, que tenta superar o impacto da prolongada seca.

Em declarações ao Jornal de Angola, o oficial de programas do Fnuap disse que, além de Angola, a região da Africa Austral vai ser afetada pelo mesmo fenómeno. Países como o Botswana e a Namíbia, acrescentou, já declararam a situação como "uma emergência", prevenindo todos os actores para se prepararem para uma resposta atempada.

Para o caso de Angola, o oficial de programas do Fnuap garantiu que o país está preparado. Sustentou que a província do Cunene, uma das regiões de risco, conta com um plano de contingência que apresenta uma estrutura realística capaz de responder aos actuais desafios das alterações climáticas.

A cidade de Ondjiva acolheu, em fevereiro, um exercício de simulação de enchentes que visou testar a eficácia do plano de contingência na província. Organizado pela Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC), Fundo das Nações Unidas para População (Fnuap) e o programa da Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), o exercício de simulação além de testar a eficácia do plano, destinou-se também a testar a coordenação e gestão da informação, bem como capacitar os participantes de habilidades para realizar acções imediatas de resposta perante uma emergência.

Samacumbi disse que o plano de contingência contempla um programa de actualizações necessárias de acordo com o que pode ser identificado como lacunas. Recordou que o principal objectivo do plano de contingência é salvar vidas através de um processo de intervenção rápida.

O oficial de programas sublinhou que ficou provado que o plano de contingência da província do Cunene

é robusto, aplicável e adaptado ao contexto. Defende a realização duas vezes por ano dos exercícios de simulação, para que todos os actores e sectores se familiarizem com o plano. "O exercício de simulação foi um ensaio do que as pessoas devem fazer em contexto de situação real e provar se estão preparadas ou não", referiu.

Luís Samacumbi lembrou que a região sul tem vivido o fenómeno de seca recorrente e o efeito da estiagem em 2015 e 2016 naquela província foi o pior dos últimos 35 anos. Nos últimos dois anos, as secas provocadas pelo El Niño afectaram 1,2 milhões de pessoas em seis províncias do Sul de Angola.

O oficial de programas sublinhou que o Fnuap vai continuar a trabalhar na componente de preparação, por contribuir para uma resposta activa, efectiva, adequada, coordenada e antepada. O Fundo das Nações Unidas para a População conta com um grupo de trabalho denominado "Grupo de gestão de situações humanitárias", que reúne regularmente para analisar e fazer o mapeamento que facilita em contextos de emergência.

Luís Samacumbi apontou que um dos grandes problemas é a limitação de recursos financeiros para dar respostas e, em alguns casos, a limitação de recursos humanos.

A coordenação, disse Samacumbi, é um aspecto importante para que todos os actores que trabalham no contexto humanitário intervenham e tenham uma cooperação a nível das Nações Unidas.

10.10 Cunene com cheias depois de cinco anos de seca severa

Jornal A República

Data: 17 De Março de 2017

A Província do Cunene está a registar cheias causadas pela chuva e a subida de caudais, após cinco anos de seca severa, que afectou 500 mil pessoas.

A informação prestada hoje pelo segundo comandante do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros do Cunene, Paulo Calunga, refere que as cheias estão a afectar a cidade de Ondjiva, capital da província, mas que a situação está controlada.

"Neste momento estamos a ser pressionados pelas águas que vêm a montante, estamos a falar das águas que estão a vir a partir do Vinhate, passando pela sede do Muculongonjo, Mupa, Evale e depois aqui os arredores de Ondjiva e depois Namacunde" explicou.

O responsável frisou que as cheias foram provocadas pelo aumento do caudal do rio Evale, inundando a sede de Ondjiva. "Estamos numa situação de cheias provocadas pelas águas do rio, a partir do Evale, ela espalha-se, o rio não tem caracterização e esta água vem de forma descendente para a sede de Ondjiva que é a capital da província" feriu.

Paulo Calunga frisou as cheias têm trazido outra "grande preocupação" aos serviços de protecção civil e bombeiros, que se prende com os afogamentos. "Desde o final de Fevereiro tivemos já dois afogamentos e um é bastante recente. Aconteceu no perímetro do mercado de Chamucuí, uma pessoa de 35 anos, à noite, a tentar fazer a travessia em estado de embriaguez, o infortúnio aconteceu": disse. Os aguaceiros que caem nos últimos dias sobre a província do Cunene causaram várias inundações, alagando ruas e residências, na capital provincial, o que obrigou alguns habitantes de Ondjiva a abandonarem temporariamente as suas casas.

10.11 Milhares de pessoas são desalojadas

Jornal de Angola

21 De Março de 2017

Texto: Silvino Fortunato

As chuvas que se abatem sobre a cidade de Ndalatando, desde sábado último, causaram até ao momento ferimentos a quatro crianças e o desalojamento de mais de três mil pessoas. As inundações provocaram a destruição de 749 residências.

A Protecção Civil e Bombeiros informou que solicitou a mobilização de apoios para as vítimas e as autoridades trabalham presentemente para o realojamento das 749 famílias que viram as suas casas a desabar nos bairros Vieta, 11 de Novembro, Kilamba Kiáxi, Posse, 28 de Agosto, Kipata, Va1ódia, Tiro aos Pratos, Sassa, Che Guevara, Ilha e São Filipe. Ao todo são 3.444 pessoas que se encontram ao relento.

As crianças feridas, entre os sete e os 15 anos de idade, foram surpreendidas por um deslizamento de terras no bairro Embondeiros. Uma ponte desabou e uma viatura de Toyota Corolla foi arrastada pelas águas das chuvas, ficando danificada.

O vice-governador provincial para a Área Política e Social, José Alberto Kipungo, considerou a situação grave e caótica. "Os sinistrados vivem momentos difíceis, sobretudo por estarem sem alimentação e vestuário", afirmou.

O governo provincial teme a eventual eclosão de um surto epidémico de cólera. "E preciso a mobilização urgente de apoios por parte do empresariado e de outras pessoas singulares para a alimentação e protecção das vítimas das chuvas", apelou o vice-governador. O Comando do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros pede que as pessoas ajudem com bens alimentares, roupa usada, chapas de zinco, tendas, assim como assistência médica e medicamentosa.

Por falta de alojamentos de campanha, a corporação instalou inicialmente os populares afectados pelas chuvas em algumas escolas.

Mas por causa das aulas alguns abandonaram tais refúgios e foram buscar abrigo em casa de familiares, amigos ou vizinhos. As autoridades indicaram a localização de alguns espaços para a construção dirigida de residências especialmente para as pessoas que perderam as suas casas e aquelas que ainda vivem em zonas consideradas de risco. A maioria das residências destruídas pelas chuvas foi construída nas linhas de escoamento das águas pluviais.

O INAMET prevê chuvas intensas e prolongadas para os próximos dias, pelo que é previsível que mais zonas possam ser inundadas, atendendo até às características físicas do território da cidade de Ndalatando.

10.12 Agravadas penas para crimes ambientais

Jornal Angola

22 De Março de 2017

Texto: Alexa Sonhi

A exploração ilegal de recursos florestais é um crime que passa doravante a ser punido com até oito anos de prisão, informou ontem, em Luanda, o director do Gabinete Jurídico do Ministério da Agricultura, citando a nova Lei de Bases de Florestas e Faunas Selvagens, promulgada em Diário da República a 24 de Janeiro.

Moisés Esteves, que falava a jornalistas no final de uma cerimónia de apresentação pública do instrumento jurídico, no âmbito do Dia Mundial das Florestas, ontem assinalado, acentuou que as sanções penais foram criadas em harmonia com a Lei de Base do Ambiente e a legislação penal vigente no país.

Quanto à fiscalização, Moisés Esteves sublinhou que os ministérios da Agricultura, dos Transportes e do Interior decidiram proibir, a partir de Maio, a transportação de madeira em touro em camiões a

nível das províncias. O director do Gabinete Jurídico do Ministério da Agricultura informou que a nova lei de bases traz como novidade medidas de ordenamento florestal, que proíbem a exploração de qualquer recurso florestal que esteja em extinção em Angola.

Uma outra novidade é a assinatura de contratos de concessão e planos de repovoamento e de gestão florestal entre o Ministério da Agricultura e as pessoas que queiram explorar os recursos florestais, imposição que não havia na lei anterior, que apenas exigia licença de exploração.

"As florestas ocupam um grande valor na diversificação da economia angolana, daí estar prevista, na nova lei, a conservação de um regime especial cambial para a exploração florestal", acentuou Moisés Esteves.

O ministro da Agricultura, Marco Alexandre Nhunga, que presidiu à cerimónia de apresentação da lei, disse que o documento representa o cumprimento de uma das recomendações da Política Nacional de Florestas e Faunas Selvagens e Áreas de Conservação aprovada em 2010.

Marco Nhunga anunciou a deslocação de equipas técnicas do Ministério da Agricultura às províncias para a divulgação da lei junto das autoridades provinciais e dos empresários florestais, para que seja do conhecimento de todos.

O titular da pasta da Agricultura disse ter consciência de que a nova lei "não é uma obra acabada", mas que, na sua opinião, representa a vontade de bem fazer do Executivo em torno dos princípios da gestão sustentável dos recursos do país.

A comissária para a Economia Rural e Agricultura, Pescas e Ambiente da União Africana, Josefa Sacko, também presente na cerimónia, afirmou à comunicação social que, por o mundo estar globalizado, há cada vez mais necessidade de preservação das florestas para garantir uma exploração sustentável dos recursos faunísticos e vegetais.

"É por isso que Angola precisa de ter leis que disciplinem com rigor, fundamentalmente, o corte da madeira para não perdermos as nossas florestas, porque, se assim não for, o país vai ter problemas climáticos bastante graves", alertou Josefa Sacko.

10.13 Cidades de Ndalatando e Ondjiva fustigadas pela chuva

Jornal o PAÍS

22 De Março de 2017

Texto: André Mussamo

A capital da província do Cuanza-Norte voltou a registar abundantes chuvas e fortes ventos durante a tarde de ontem e as previsões continuavam a referir que o cenário não se alteraria nas horas seguintes.

Uma fonte da direcção local da Protecção Civil revelou que uma casa de carácter definitivo tinha ficado sem tecto na rua dos Voluntários, no centro da cidade.

"Este é o primeiro dano que registamos numa residência de construção sólida na cidade. A casa ficou sem o telhado e neste momento os especialistas ainda continuam no terreno a recolher mais informações", detalhou a nossa fonte que prometia dados consolidados para esta Quarta-feira no habitual balanço diário.

O balanço provisório das autoridades registava até ontem 4 pessoas feridas, 749 famílias que tinham ficado sem abrigo em consequência do desabamento de igual número de residências, fruto de fortes chuvas durante o último fim-de-semana. Dados do Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiros divulgados Segunda-feira, indicam os bairros Vieta, Tiro aos Pratos, Sassa, Kilamba Kiayi, II de Novembro, Posse, 25 de Agosto, Kipata, Valódia, Che Guevara e São Filipe, todos localizados na periferia de Ndalatando, como sendo os mais afectados.

Uma fonte local da comissão multisectorial que está a lidar com mais esta crise em consequência do retorno das chuvas, revelou que todas as casas sinistradas têm uma característica em comum: foram construídas recentemente em cursos naturais de água, em zonas de elevado risco, de onde já tinha sido desalojadas populações, e são todas de construção precária.

"Se olharmos para as casas que desabaram poderemos constatar que são todas de adobe e construídas nos últimos 5 anos. Nenhuma casa dos bairros mais antigos da cidade, mesmo as construídas com adobe, desabou", revelou a nossa fonte que disse igualmente que calamidades do género podiam ser evitadas se a população fosse mais colaborativa e acatasse as instruções das autoridades.

Situações do género são recorrentes na cidade de Ndalatando, dada a característica do relevo da região que se encontra circundada por cadeias de montanhas

que encaminham as águas pluviais para as zonas mais baixas.

Infelizmente, segundo a fonte que vimos citando "os cidadãos insistem em construir nas elevações e nos cursos de água. Quando chove é comum o registo de deslizamento de terras e a submersão de numerosas casas edificadas".

O adobe, feito apenas de uma mistura de terra e água, submerso por horas não resiste ao poder corrosivo da água e logo ocorre a catástrofe com milhares de pessoas a perderem os seus tectos e haveres sem o mínimo de possibilidade de serem socorridas.

Até ontem estavam contabilizados mais 275 residências que tinham desabado e 474 outras estavam submersas, podendo a qualquer momento desabar.

A fonte alude que a chuva causou igualmente um deslizamento de terra e ferimentos a quatro pessoas.

Mais de 200 famílias afectadas pelas inundações em Ondjiva

Enquanto isso, duzentas e cinquenta e cinco famílias residentes na cidade de Ondjiva, sede capital da província do Cunene, estão desabrigadas por causa das inundações derivadas da chuva que cai diariamente na região.

De acordo com o administrador municipal do Cuanhama, Gonçalves Namweya, a chuva causou várias inundações, alagando ruas e residências, na capital provincial' o que obrigou alguns habitantes de Ondjiva a abandonarem temporariamente ~s suas casas.

Segundo informou, são populações que construíram residências ao longo das linhas de água, sobretudo nos bairros dos Castilhos, Naipalala, Cashila e Pioneiro Zeca, na cidade de Ondjiva, realçando que os dados são ainda provisórios, porque estão a decorrer os trabalhos de catalogação das casas afectadas.

Referiu que actualmente, as famílias afectadas estão alojadas em casas de familiares, enquanto decorrem trabalhos para encontrar-se soluções imediatas para as acolher.

O governador da província criou uma comissão para encontrar possíveis soluções para atenuar os efeitos das cheias, sobretudo na questão do realojamento das famílias em áreas seguras.

Estragos também no Seles (C. Sul)

Duas residências e uma viatura foram afectadas por ventos fortes e chuva que se abateram nas últimas 48 horas no município do Seles. O comandante interino dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros' Matias Jaime, disse a imprensa que as residências ficaram sem tecto, enquanto que a viatura ficou sem vidros, com danos aliados em quase um milhão de Kwanzas.

A propósito, Matias Jaime apelou à população a construir em zonas seguras para que, em caso de tempestade, não tenham este tipo de constrangimento.

Esta é a primeira vez, este ano, que se registam danos causados pela chuva eventos fortes no Seles.

Previsão do tempo em Angola

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMEI) previa ontem até às 12h00 de hoje, Quarta-feira, para a região Norte, a ocorrência de aguaceiros ou chuva fraca a moderada, acompanhada, por vezes, de trovoada, durante a noite nas províncias de Cabinda, Zaire, Uíge, Malanje, Cuanza-Norte, Bengo, Cuanza-Sul e em alguns municípios de Luanda.

Na mesma zona do país, segundo INAMEI observa-se ainda aguaceiros ou chuva fraca ao entardecer, na Lunda-Norte e Lunda-Sul, e neblina ou nevoeiro matinal no Zaire, Uíge, Malanje e Cuanza-Norte.

No centro, o INAMEI previa que céu estivesse pouco ou parcialmente nublado, apresentando-se temporariamente muito nublado nas províncias do Huambo, Bié e em alguns municípios do Moxico, com ocorrência de aguaceiros ou chuva fraca acompanhada, por vezes, de trovoada no Huambo, Bié e em algumas localidades de Benguela e Moxico.

Na região Sul, anuncia-se céu parcialmente nublado, alternando-se com períodos de céu muito nublado na Huíla e em alguns municípios do Cunene e Cuando Cubango, onde se prevê a ocorrência de aguaceiros ou chuva fraca e acompanhada, por vezes, de trovoada (ver pág. 29).

10.14 Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem materializa política do executivo

Jornal O PAÍS

22 De Março de 2017

Texto; Hermenegildo Tclúpilica

O ministro da Agricultura, Marcos Alexandre hunga, afirmou, ontem, em Luanda, que a Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem representa um passo importante no quadro da materialização da política do Executivo angolano para o sector das florestas e da fauna selvagem.

"A Lei que temos o grato prazer de apresentar hoje (ontem), não é certamente a ideal, nem muito menos uma obra acabada, entretanto, representa a demonstração da vontade de bem fazer em torno dos princípios da gestão sustentável dos nossos recursos", disse Marcos Nhunga, que falava no acto de apresentação da Lei de Base de Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação, em alusão ao dia 21 de Março, Dia Internacional da Árvore e da Floresta. Acrescentou que a lei estabelece as normas que visam garantir a conservação e o uso racional e sustentável das florestas e da fauna selvagem e dos ecossistemas existentes no território nacional' bem como as bases gerais do exercício de actividades a elas relacionadas.

Neste contexto, disse, representa um marco importante para o reconhecimento do papel das florestas e da fauna selvagem para o desenvolvimento sustentável do país.

Salientou que como instrumento jurídico, reconhece as obrigações do Estado, a quem compete assegurar a protecção destes recursos, os direitos e obrigações dos cidadãos, bem como os deveres e direitos para o exercício da actividade económica nos domínios florestal e faunístico. Prosseguiu o ministro, que um enfoque especial é dado aos direitos de uso e usufruto destes recursos pelas comunidades rurais em pleno respeito dos seus usos e costumes, entendendo ser não menos importante a sua visão holística sobre a protecção das florestas e fauna selvagem fora das áreas de conservação, onde se estabelecem os fundamentos das medidas de protecção e conservação deste importante património.

Disse ainda que a obrigatoriedade dos processos de florestamento e reflorestamento nas áreas em exploração e não só, bem como a introdução gradual das concessões florestais são também evidenciadas neste instrumento.

O governante referiu-se igualmente à importância da certificação das florestas no quadro dos princípios e critérios internacionalmente aceites, de forma a tornar a madeira de Angola um produto competitivo no mercado internacional

Para o titular da pasta da agricultura, outra referência da lei é o reforço do papel e da competência da fiscalização florestal e faunística nas suas vestes de guardiões da sua aplicação, bem como o estabelecimento de um quadro demonstrativo abrangente das infracções de natureza administrativa e dos actos e omissões praticados em violação da mesma.

Marcos Nhunga enfatizou que a lei representa um suporte indispensável para aqueles que com ela lidarão no seu dia-a-dia, com a prevenção e punição dos actos lesivos às florestas e à fauna selvagem. "Estamos convictos de que à nossa frente existe ainda um longo caminho a trilhar, que se circunscreve emacções como a sua mais ampla divulgação junto de todos aqueles que directa ou indirectamente preservam e utilizam estes recursos, a elaboração dos seus regulamentos e outros diplomas que a mesma vier a aconselhar", indicou.

Com 198 artigos, a Lei de Bases de Floresta e Fauna Selvagem (Lei nº06/17, de 24 de Janeiro) estabelece as normas que visam garantir a conservação e o uso racional e sustentável das florestas e da fauna selvagem existentes no território nacional e as bases gerais do exercício de actividades a elas relacionadas.

10.15 Vítimas da seca no Sul do país recebem apoio alimentar

Jornal O PAÍS

22 De Março de 2017

Texto: João Katombela, na Huíla

Um total de 1730 famílias entre Vátuas, Himbas, e Muakhona dos municípios dos Gambos, na província da Huíla, e do Curoca, província do Cunene, beneficiaram recentemente de uma doação em bens alimentares de uma campanha denominada "Natal Sem Fome", recolhida no final do ano passado.

Organizada pela Associação de Agro Pecuaria Comercio e Industria do Lubango (AAPCIL), a referida campanha, teve por objectivo minimizar as

dificuldades das várias famílias afectadas pela seca que nos últimos tempos assolou

Sul do país.

Ao todo, são 17,3 toneladas de diversos produtos alimentares, como o milho, farinha de milho, feijão e óleo vegetal que, no entender da coordenadora da Campanha, Filomena Oliveira, não poderá suprir todas as necessidades das famílias carenciadas.

"Estas doações são apenas soluções paliativas, é preciso que haja políticas estruturantes que integrem estas famílias no sector produtivo, como, por exemplo, a captação de água a partir do rio Cunene, que passa a 55 quilómetros da sede municipal do Curoca, bem como a criação de lavras comunitárias. 'Isso vai permitir que sejam elas a produzir alimentos para o próprio sustento", disse. Para Filomena Oliveira, a solução destes problemas, passa pela adopção de medidas definitivas' como a produção de forragem com recurso à mais alta tecnologia.

"Sabemos que a chuva nesta região do país não cai com regularidade, em função das alterações climáticas que se tem registado um pouco por todo mundo, mas aqui neste município (Curoca), apesar de haver pouca água, ainda é possível optar pela produção de forragem verde hidropónica, que não precisa de muita água, mas sim de sol, o que tem muito nesta região do país" assegurou.

Para o fomento da agricultura no município dos Gambos, província da Huíla, a referida campanha entregou ainda sementes de milho melhorado e feijão que vão servir as famílias na próxima época agrícola.

Por seu turno, o soba Gabriel Munthumina (no Curoca) agradeceu o gesto dos empresários, tendo dito que, apesar de tudo, os produtos alimentares recebidos ainda não são o suficiente para resolver os problemas que afligem a população, pelo que clama por soluções definitivas, como o incentivo da agricultura com a distribuição de sementes e material para o efeito.

10.16 Ainda não é Abril e já há chuvas mil" em Benguela

Jornal O PAÍS

23 De Março de 2017

Texto: Zuleide de Carvalho

O incómodo e constrangimento intensificados pelos danos que a chuva consigo traz, estendem-se tanto para as estradas, como para os passeios de Benguela,

ambos deixados em estado lastimável, prejudicando pedestres, automobilistas e viaturas.

Quem tem sorte, encontrando terreno seco nos passeios, arrisca-se a terminar o caminho sujo e molhado pois, muitos condutores não afrouxam a velocidade ao transitar pelas águas, encharcando tudo e todos por perto.

Nasser Monteiro, de 30 anos, vive no bairro Quioche e considera isto "lastimável, está tudo alagado." Comos estragos aparentes, queixou-se, enunciando o motivo na base: "não tem esgotos, de ponta a ponta" das estradas.

Conhecendo bem os bairros adjacentes à zona urbana, realçou que a situação está generalizada, "aqui, atrás do Hospital Geral de Benguela, esta periferia toda, até aqui na cidade", vêem -se buracos "lagoas" e lama.

Para "descer do táxi temos que pular", evitando pisar num dos inúmeros buracos alagados, reclamou o jovem. Sendo uma realidade antiga, como precaução, convém "andar com botas. Se chover muito, não se sai de casa."

Ontem, viu-se obrigado a faltar ao serviço porque trabalha na Caotinha que, de acordo com o seu testemunho, o acesso encontra-se num "estado lamentável, o camião não consegue andar, sujeito a ter um acidente."

Aqui e acolá, diferentes bairros vivem os mesmos problemas.

Estando estas problemáticas um pouco por toda a parte, no bairro da Bela Vista, segundo Fernando Castelo-Branco, residente, "o quadro está mal, há muito lixo, lama, com essa chuva que chegou, está muito mal mesmo."

A caminhar para o emprego, alternando a passagem entre estrada e passeios, evitando assim as grandes poças de água, o jovem Ernesto Brito é da opinião que "Benguela não está preparada para receber chuvas, infelizmente."

Na Kalomanga reside Delfina Chilombo, onde as "lagoas" forçam os cidadãos a "pisar nas águas a caminho dos serviços." Conformada, perguntou de forma retórica "o que havemos de fazer?"

Para além disso, há a preocupação com as doenças causadas pelas águas paradas e o lixo amontoado.

António Candeeiro contou: "aqui, em frente à MAXI, quando chove é péssimo". Solidário com os automobilistas, dentre diversos buracos visíveis

naquele percurso, salientou "um buraco tão grande, perigoso", onde viu vários veículos prestes a "virar."

"Esta via está mesmo mal, precisa de reabilitação. Os camionistas reclamam muito quando chove, não temos valas. Um vizinho, hoje de manhã, estava a tirar a água (de casa) com bacias", relatou o munícipe.

Victorino César, um rapaz de 14 anos, caminha diariamente por 35 minutos para deslocar-se à escola e outros 35 para regressar a casa, tempo esse, claramente aumentado quando são dias de chuva.

De mochila às costas, bata branca, chinelos e lama nos pés, contou que "por causa dessa chuva, eu prefiro molhar os pés e os chinelos do que molhar os sapatos, porque são PDUCOS".

Danos em habitações já se fazem sentir

Para Óscar de Almeida, de 35 anos, habitante no bairro Esperança com a mulher e os seus 6 filhos, o dia de ontem começou mal, sem vista de melhoria significativa ao longo da manhã.

Tudo porque ventos trazidos pelas enxurradas fragilizaram o telhado de chapas da sua casa durante a madrugada, permitindo entrar a chuva. Acordando cedo, percorreu Benguela à procura de novas chapas para reparar o seu tecto.

Camionista, o munícipe faz viagens inter-provinciais, logo, deu "graças a Deus" pois, "calhou estar aqui em Benguela, senão, não sei o que seria da minha família", lastimou. Como resultado da busca pelos utensílios, a sua motorizada encalhou num buraco, na estrada e, teve de descer para a água para solucionar o problema, ficando com mãos, pernas, pés e ténis, visivelmente lamacentos.

Tornando pior uma situação por si só desagradável, o cidadão faltou ao trabalho para resolver os problemas da sua casa. Lamentando o facto de não ter avisado disse: "só irei justificar logo, nos recursos humanos".

Por sorte, conseguiu comprar algum material de que precisava. Tendo de fazer fiado para o restante, levou mãos à obra para tapar as falhas abertas na cobertura, prevenindo estragos maiores nas descargas de água vindouras.

10.17 Chuva em Luanda reinstala pandeDlónio de sempre

Jornal O PAÍS

23 De Março de 2017

Texto: André Mussamo

Duas mortes confirmadas no município do Kilamba Kiaxi, outras duas mortes no município de Cacuaco e quatro desaparecidos são os primeiros números confirmados de vítimas num balanço provisório efectuado ontem pelas autoridades. Há ainda por confirmar outras duas mortes.

Centenas de casas e ruas inundadas, dificuldades no acesso a rede de transporte de casa para os locais de trabalho e vice-versa são outros constrangimentos referidos pelos transeuntes de Luanda durante uma ronda efectuada pelo O PAIS esta Quarta-feira, 22.

Grande parte das inundações, segundo as autoridades municipais e distritais, é consequência lógica do entupimento das passagens hidráulicas das águas pluviais pelos resíduos sólidos que vêm arrastados pelas correntezas das águas.

A construção desordenada nas valas e lagoas e deposição de resíduos sólidos de forma desordenada nas zonas residenciais e o deficitário sistema de recolha dos mesmos, o que permite a criação de lixeiras, em período de chuvas acarreta as consequências que habitualmente levam Luanda ao desvairo que ocorre quando chegam as chuvas.

Para além de levar em consideração a informação meteorológica, bom seria que as autoridades providenciassem a limpeza dos caminhos naturais da água, nomeadamente as pontes e pontecos, as manilhas e outras passagens, o que permitiria o encaminhamento das águas pluviais para o destino final que é o oceano, através das grandes valas de drenagem

O porta-voz do comando provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), Faustino Minguês, disse à Angop que os municípios mais afectados foram os de Belas, Viana, Luanda, Cazenga, Kilamba-Kiaxi e Cacuaco.

Nos bairros do Morro Bento, Chichi, Gamek à direita, Camuxiba, Terra Vermelha, Malangino, Cantintom, Palanca, Golfe-II, (municípios de Luanda e Kilamba-Kiaxi] várias ruas estão intransitáveis para peões e viaturas devido à existência de grandes poças de água.

Situação idêntica regista-se em determinadas ruas dos bairros dos distritos do Rangel, Sambizanga, Neves Bendinha e no município do Cazenga.

De acordo com o responsável, no município de Cacuaco nos bairros dos pescadores estão inundadas mais de 200 residências, enquanto nos Mulenvos de Cima e Baixo mais de 300 habitações ficaram inundadas.

No Zango I, mais de 200 residências ficaram, igualmente, inundadas e algumas tiveram as suas coberturas destruídas.

Já no distrito urbano da Ingombota, que ocupa grande parte da zona urbana da cidade capital, verificou-se a inundação da Avenida 4 de Fevereiro (Marginal), bem como a queda de duas árvores, sem prejuízos matérias.

Entretanto empresas de limpeza, unidade técnicas locais e bombeiros iniciaram já o trabalho da retirada das  guas e a recolha do lixo.

Em algumas zonas da província, a chuva iniciou às 17 horas, em outras às 18, situa o que se prolongou  t    madrugada de Quarta-feira e causou engarrafamentos de vários quilómetros.

Com uma popula o estimada em mais de seis milhões de habitantes, fazem parte da capital do país os municípios de Luanda, Belas, Talatona, Kilamba-Kiaxi, Viana, Cazenga, Cacuaco, Icolo e Bengo e Quiçama.

Descarga atmosférica paralisa subestac o da ENDE no Cazenga

Uma descarga atmosférica, na sequência da chuva, atingiu a subestac o da Empresa Nacional de Distribuic o Eléctrica (ENDE) denominada SONEF, no município do Cazenga, em Luanda, tendo causado um incêndio de pequenas proporc es.

O porta-voz do Comando Provincial do Serviço Nacional de Protec o Civil e Bombeiros (SNPCB), Faustino Minguês, disse   Angop, que depois de uma explosão gerou-se fumaça, obrigando   rápida interven o dos bombeiros.

Segundo a fonte, o incêndio causou problemas no transformador e outros aparelhos essenciais, tendo fica privados de electricidade os bairros da Mabor, Hoji ya Henda (Cazenga), Mam  Gorda (Viana), Grafanil, Camama e Sap  (Kilamba-Kiaxi).

Cidadãos chineses ficam feridos num acidente em cadeia na Fidel Castro

Dois cidadãos de nacionalidade chinesa ficaram gravemente feridos na sequência de um choque em cadeia registado na manhã de ontem na Avenida Comandante Fidel Castro (Via expresso).

O porta-voz do Comando Provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), Faustino Minguês, disse que o acidente ocorreu no sentido Cacuaco/Viana, e estiveram envolvidos seis camiões de transporte de materiais de construção, todos da mesma empresa.

O porta-voz da Brigada Especial de Trânsito (BET), João Pereira, disse que o excesso de velocidade, aliado ao pavimento molhado devido à chuva esteve na origem do acidente.

"Os camiões seguiam muito próximo uns dos outros e quando o primeiro travou de repente, devido ao pavimento escorregadio, os restantes chocaram em cadeia, e três ficaram muito danificados", explicou.

Informação sobre Previsão Sazonal de chuvas deve ser respeitada

As autoridades provinciais, municipais e outras administrações de comunidades devem respeitar e tratar correctamente a informação disponibilizada pela Previsão Sazonal de Chuvas do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET), com vista a evitarem danos e vítimas nas suas localidades, aconselhou ontem, em Luanda, o responsável da instituição.

Segundo o director -geral do instituto, Domingos José do Nascimento, em declarações à Angop, a propósito das elevadas quedas pluviométricas que várias localidades do país registaram na Terça-feira e suas consequências, os prejuízos causados pelas chuvas podem ser minimizados, desde que se observem algumas precauções em função da publicação dessas previsões.

Tendo em conta que as mesmas são publicadas trimestralmente desde Setembro do ano anterior e actualizadas mensalmente, os governos locais têm os dados disponíveis sobre as frequências das chuvas, as épocas de maior intensidade, incidência, descrição, entre outras informações que podem ser usadas para programarem acções preventivas. Para o entrevistado, o Governo do Cunene é exemplo a seguir, na medida em que, ao ter os dados sobre a Previsão Sazonal de Chuvas, preveniu-se sobre as cheias dos rios e suas consequências naquela província.

Por outro lado, o INAMET alerta, num comunicado, para a ocorrência, Quinta-feira e Sexta-feira, de aguaceiros (chuva forte) ou chuva moderada, por vezes, acompanhada de trovoadas em Benguela, com

realce para a capital da província; os municípios do Lobito, Balombo e arredores da Ganda.

Para o efeito, prevê-se períodos de chuva moderada a forte (30- 50mm/24) evento moderado a forte (30-40 km/hora) durante o dia 24 de Março, podendo as quedas pluviométricas atingir maior intensidade durante a madrugada e manhã.

Diante do que poderá acontecer, instituto apela às autoridades governamentais provinciais e locais para a tomada de medidas de precaução e segurança, face ao risco de ocorrência de descargas eléctricas e chuva intensa nesta província do litoral centro de Angola.

10.18 Chuvas fazem estragos em Luanda

Jornal de Angola

23 De Março de 2017

Texto: Victorino Joaquim

A chuva que se abateu sobre Luanda no princípio da noite de terça-feira e madrugada de quarta-feira causou a morte de uma moradora do bairro Sambizanga, de 60 anos, Inundou 186 casas, alagou ruas, derrubou árvores, provocou deslizamentos de terras na encosta da Boavista e o lamaçal dificulta a circulação de pessoas e automóveis.

Estes estragos foram constatados ontem pela vice-presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda para a Área Política e Social, Mara Baptista Quiosa, durante a visita aos distritos urbanos do Rangel, Maianga e Samba.

No distrito urbano do Sambizanga, a cidadã de 60 anos perdeu a vida devido à queda de um poste de energia de média tensão. Na encosta da Boavista, um deslizamento de terras causou o desabamento de cerca de trinta casebres construídos à revelia em zonas de risco, sem causar vítimas.

O administrador do distrito urbano da Ingombota, Hélder Baleia, garantiu que as famílias que perderam os seus casebres já estão a ser acompanhadas pela área social da administração, ao mesmo tempo que uma equipada Unidade Técnica da Administração Local já trabalha para retirar a areia da estrada da Boavista causada pelo deslizamento de terras.

Mara Baptista Quiosa admitiu que existem pessoas que insistem em viver em zonas de risco, o que tem causado preocupação às administrações. Aproveitou o momento para apelar aos cidadãos a renúncia à construção, em zonas de risco, para o bem de todos.

Sem precisar as ruas, Mara Batispta Quiosa disse que a chuva derrubou árvores nos distritos urbanos do Rangel, Maianga e Ingombota, mas já foram removidas pelos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, deixando as ruas livres para a circulação automóvel.

Mara Baptista Quiosa começou ontem por visitar as ruas da Brigada, da Dona Amália, e dos Singular, no distrito urbano do Rangel, e terminou no distrito urbano da Samba, passando pelo distrito urbano da Terra Nova. Em todas essas ruas, o cenário de inundações era igual. Uma parte da rua da Brigada ficou intransitável. No local eram visíveis homens e máquinas, a trabalharem para tapar os buracos e de sobstituírem as vias de escoamento das águas concentradas, junto ao Hospital Américo Boavida.

O administrador do distrito urbano do Rangel, Francisco Naval, disse à imprensa que as águas residuais concentradas na rua da Brigada são provenientes do bairro Rangel, devido ao mau estado das ruas e falta de limpeza das valas de drenagem.

Anunciou que uma empresa chinesa está a realizar trabalhos de limpeza das valas de drenagem para facilitar o escoamento das águas. Já nas ruas do Alentejo, Ribatejo, Henrique Gago da Graça, no distrito urbano da Terra Nova, na rua direita da Enana, no distrito urbano da Maianga, e na rua Heróis do Mar, no distrito urbano da Samba, estão equipas técnicas das respectivas administrações, a realizar trabalhos de sucção das águas paradas. Neste locais estão máquinas e camiões cisterna a retirar a água.

Na rua Heróis do Mar, a jovem Esmeralda Kindando, 25 anos, aproveitou a visita da vice-presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, para mostrar péssimo o estado em que fica a sua casa sempre que chove.

A casa de Esmeralda Kindando estava inundada, não só com a água da chuva de ontem, mas também com as águas dos esgotos que saíam da vala de drenagem. Presente no local, a administradora do distrito urbano da Samba, Mariana Francisco, que prometeu tomar medidas para resolver o problema.

Na mesma rua, Isabel Maneco, 47 anos, disse à reportagem do Jornal de Angola que teve de faltar ao serviço, para ajudar os filhos a retirar a água que inundou completamente o quintal de casa. A situação, disse, está a gerar grande mal-estar, porque é repetitiva. Sempre que chove não são tomadas as medidas mais assertivas para cortar o mal pela raiz.

10.19 Baixo caudal do Kwanza e fraca precipitação podem inviabilizar produção de electricidade

Jornal Expansão

24 De Março de 2017

Texto: Martins Chambassuco

As baixas precipitações que se fazem sentir na região norte e centro do País e o baixo caudal do rio Kwanza são os maiores constrangimentos à entrada em funcionamento em pleno da segunda maior barragem de África, o Aproveitamento Hidro eléctrico de Laúca (AR Laúca), na província de Malanje, indicam dados técnicos do Ministério da Energia e Águas (MINEA), a que

Expansão teve acesso.

O documento, que faz referência ao enchimento da albufeira AR Laúca, revela que a terceira etapa, prevista entre 12 de Abril a 12 de Julho, quando se espera que o reservatório atinja uma quota de 830 metros, o equivalente à retenção de 2,6 mil milhões de metros cúbicos de água, está condicionada. Segundo refere o MINEA, o início de produção de energia, que está prevista para Julho, está condicionada devido baixo caudal que se verifica.

O cenário hidrológico (caudal) para este ano, revela o MINEA, a baixa disponibilidade de água, somada aos esforços de AR Capanda e AR de Cabambe para o enchimento da albufeira do AR Laúca nas condições acima descritas, poderão gerar limitações na capacidade de geração hidro energética do Sistema Norte até ao final do ano.

Uma fonte do Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza (Gamek) explica que o ritmo de retenção de água para atender às necessidades das três unidades geradoras de Laúca previstas para este ano (com capacidade de produção de 334 MW cada uma) é o mais baixo dos últimos 13 anos.

Estes indicadores, prosseguiu, em termos técnicos "dão-nos umas perspectivas negativa para aquilo que são os objectivos do Ministério da tutela que este ano recebeu 248,8 mil milhões Kz do OGE 2017 para o desenvolvimento das infra-estruturas do sector eléctrico, no quadro do plano do sector de curto prazo".

"Neste caso quero referir que os testes podem não acontecer se os níveis de retenção se mantiverem baixos. Não é ser pessimista, a certeza é que a natureza está a contribuir para que os prazos de produção de

USD Custo das linhas de transporte empastes de energia eléctrica não sejam cumpridos" referiu.

O AR Laúca é o maior complexo hidrelétrico do País e o segundo maior em África, com uma altura de 156 metros de altura e 1.242 metros de comprimentos. De acordo com o MINEA, a albufeira terá 188 quilómetros de extensão.

Actualmente, estão a ser construídas duas subestações de 400 e 220 quilovolts prospectivamente. Duas infra-estruturas determinantes para a recepção dos 2.070 megawatts de energia a produzir em Laúca.

Para o transporte, está em curso a construção de uma linha de energia de tensão, entre Laúca e Cambambe. Um trabalho que vai possibilitar a interligação de energia eléctrica produzida no rio Kwanza e a proveniente do Ciclo Combinado do Soyo, com uma capacidade a instalar de 500 megawatts. Este programa visa diversificar a matriz energética do país.

10.20 Chuva causa estragos no cazenga

Jornal A Republica

24 De Março de 2017

Texto: Por Mafuta Malanda

A Chuva que caiu na madrugada de segunda-feira, 20 de Março do corrente ano, causou estragos no bairro da Mabor, município do Cazenga.

A chuva que começou a cair às 2h00 da madrugada daquela segunda-feira inundou as principais vias do bairro que no princípio do mês em curso, tinham sido reabilitadas por causa da actividade de massa que o MPLA realizou no dia 4, no campo das Malhas. Afinal, a reabilitação dessas vias não passou de mero improvisado, pois com apenas uma chuva os buracos que foram cobertos voltaram a abrir e até pioraram, deixando as ruas intransitáveis. É o exemplo da famosa rua do "Poupalá", que voltou a encher com água, mesmo tendo sido entulhada há pouco menos de três semanas, facto que preocupa os moradores, pois aventam dias difíceis.

A cidade de Luanda, na verdade, não está preparada para receber chuvas. Ainda no bairro da Mabor, duas famílias ficaram desalojadas devido à chuva de segunda-feira. A família Oliveira Santos viu a árvore que está junto a sua residência a cair sobre a casa, deixando-a destruída parcialmente, estando a família, neste momento, ao relento. Já a família Ndombaxi, viu a sua fossa desabar e, com ela, uma parte da residência, deixando-a igualmente destruída parcialmente. Com as chuvas que começaram a cair,

são muitos os cidadãos que temem que venhamos a viver os problemas do ano passado, como a febre-amarela, o paludismo e outros.

10.21 Chuva cria transtornos e sufoca Luanda

Jornal A Republica

24 De Março de 2017

A Chuva que caiu na tarde de terça-feira, 21 do corrente mês, em Luanda, criou transtornos aos municípios da cidade capital, tendo deixado muitos bairros intransitáveis, pelo que muitos cidadãos sentem na pele os efeitos das chuvas.

Entretanto, esse caso tem sido repelente, uma vez que a cidade capital demonstra, mais uma vez, a falta de um trabalho aturado, ou seja, questões que se prendem com as infra-estruturas dos bairros, assim como a falta de um plano governativo sobre Luanda, sendo que daria um maior impacto infra-estrutural e organizacional.

Por outra, nota-se a falta de valas de drenagem para o escoamento das águas da chuva em algumas zonas e a deficiente manutenção da rede de esgotos em algumas vias, aliado aos buracos existentes, são apontadas como as principais dificuldades, provocando os engarrafamentos e encurtamento das rotas dos candongueiros (taxistas).

Na manhã de quarta-feira, 22 de Março, o Jornal A República constatou, durante uma ronda efectuada em algumas zonas de Luanda, as dificuldades da circulação em diferentes bairros da cidade capital, designadamente Kilamba Kiaxi, Golf 2, etc.

A província de Luanda é constituída por uma área de 2257 quilómetros quadrados e uma população estimada em mais de seis milhões de habitantes distribuídos pelos municípios de Luanda, Cacuaco, Talatona, Kilamba-Kiaxi, Viana, Icolo e Bengo, Quiçama, Cazenga e Belas.

10.22 Chuva faz 11 mortos e inunda mais de 5000 casas

Novo Jornal

24 De Março de 2017

AS chuvas que caíram em Luanda na noite de terça e a madrugada de quarta-feira fizeram 11 mortos, seis feridos e o desaparecimento de quatro pessoas. As intempéries deixaram ainda inundadas cerca de 5.500 residências e desalojaram 344 famílias. Os dados foram apresentados nesta quinta-feira pelo Serviço de Bombeiros Civil e Protecção Civil (SBPC).

De acordo com porta-voz do SBPC, Faustino Minguês, as 11 mortes ocorrem no município do Cazenga, com cinco casos, Cacucaco com três, e em Viana, Kilamba Kiaxi e Sambizanga com um caso cada.

Uma criança de dois anos morreu em Viana e dois dos três mortos em Cacucaco foram arrastados pelas águas depois de as suas casas terem desabado sob a força da chuva e do vento, quatro resultaram do desabamento de uma ponte.

As chuvas, que há meses não caem na cidade de Luanda e com intensidade, deixaram mais de cinco mil casas inundadas, 20 desabadas e mais de 300 famílias desalojadas.

O município de Viana, de acordo com o porta-voz, foi o mais afectado, com um total de 2.797 residências inundadas.

10.23 Chuvas continuam a causar danos irreparáveis em Luanda

Jornal A Republica

24 De Março de 2017

Texto: Kimbi Lombongo

As chuvas que se abatem sobre a província de Luanda têm causado prejuízos enormes nas vidas dos habitantes, que não dispõem de recursos financeiros para melhorarem as condições das suas residências. A maior parte dos habitantes desta província litoral tem dificuldades extremas para construção de uma residência condigna e na reparação de um tecto para contrapor-se às quedas pluviométricas que vão caindo, torrencialmente, sempre que as mesmas

acontecem. O estado lastimável das estradas, ruas e avenidas, em determinadas áreas da província de Luanda, tem deixado embaraçado os habitantes que, realmente, conseguem encontrar poucas soluções para continuarem a viver nas zonas afectadas pelas inundações provocadas pelas chuvas torrenciais.

Maria Humba, moradora no Zango 4, disse encontrar muitas dificuldades para se manter dentro da sua cubata de chapas, porque as águas acabaram por entrar debaixo da porta improvisada, que era a principal entrada da residência. Embora ter molhado algumas roupas que se encontravam num cesto, jamais desejava abandonar a sua cubata, que tanto lhe custara a construir depois de ter adquirido o terreno há mais de dezasseis anos. "Desde que o meu marido faleceu, fiz tudo para construir esta casa que é minha. Aqui vivo com dois filhos que me ajudam muito. Antes vivíamos no Golf, na casa do meu filho mais velho. Aqui me sinto bem, por ter a minha própria casa, embora tenha, ainda, muito para fazer!" - Assegurou a nossa entrevistada.

Iuliano Kabusso, morador no Cazenga, dizia estar muito preocupado com o desabamento de duas paredes de sua residência, e que só não causou danos humanos porque as mesmas acabaram por cair para fora de casa, evitando, assim, um grande estrago. Pois o tecto, embora tivesse baixado, mesmo assim, não se desmontou ficando completamente intacto. "Esta casa foi construída há mais de trinta anos. Na altura, eu ainda trabalhava no Comércio Interno. Hoje, as condições estão muito difíceis e não consigo repará-la. Tudo mudou, porque há mais de dez anos que vivo de biscates para sustentar a família. E não são poucas as bocas para sustentar. Não sei quando é que as condições irão melhorar", concluiu.

Manuel Baptista, morador no Baia-30, Viana, dizia estar preocupado devido ao desabamento da sua fossa, que não suportou a corrente das águas que fortemente caiam no quintal. Uma ruptura fez com que a fossa desabasse, provocando a sua prematura extinção. "Fui obrigado a tapar a fossa porque o cheiro nauseabundo que vinha da mesma poluiu grandemente o ambiente em redor. Criei um lugar improvisado, por enquanto, para atender as necessidades maiores" - afirmou com muita convicção.

Domingas Adão, moradora em Catete, dizia ter perdido as suas lavras por causa das inundações. As chuvas acabaram por destruir as suas lavras de mandioca e de milho. "Já não sei o que fazer. Apenas, espero as ajudas dos meus filhos, em Luanda, que vão continuar a me ajudar para esperar o tempo de cacimbo!" - Finalizava ela com muita tristeza.

O Jornal A República espera ouvir outros sinistrados pelas chuvas, que vêem os dias amargos para continuarem a viver sem constrangimentos, enquanto a situação lhes for madrastra...

10.24 Chuva deixa milhares de famílias ao relento

Jornal de Angola

25 De Março de 2017

Texto: Marcelo Manuel

Mais de três mil residências da cidade de N'Dalatando e arredores, construídas em áreas Consideradas de risco, ficaram completamente destruídas, em consequência das fortes chuvas que caem nos últimos dias sobre a região.

A administradora municipal do Cazengo, Leonor Garibaldi, reconheceu ser difícil a situação da população que, além de perder as suas casas, também ficou sem os seus haveres, mas lembrou que a situação seria acautelada caso acatassem os conselhos das autoridades de não construírem em áreas de risco.

Segundo a responsável, a população insiste em construir em zonas de risco e incorre igualmente na prática de venda de terrenos, o que, para tal, pediu às autoridades tradicionais para colaborarem com as administrações nas suas áreas de jurisdição e denunciarem situações que podem comprometer a vida de muitas famílias.

Leonor Garibaldi disse que as entidades tradicionais devem redobrar as acções de sensibilização para dissuadir a construção de casas em zonas pantanosas, montanhosas, cursos normais de água e em outras que não reúnam condições de habitabilidade humana. Comovido pela situação, o Governo da Província do Cuanza Norte mobiliza recursos para aquisição de tendas para o reassentamento dos sinistrados. Leonor Garibaldi fez saber que nesta altura decorrem trabalho de desmatção e limpeza na zona do Quilómetro Onze, com vista a criar-se áreas específicas destinadas à autoconstrução dirigida. Recordou que se trata de um momento de angústia, daí a necessidade de os naturais e amigos do Cuanza Norte ajudarem com bens as vítimas das chuvas de N'Dalatando. Em relação à venda de ilegal terrenos, a administradora referiu que nenhum cidadão tem autonomia para o fazer e chamou atenção aos sobas para não enveredarem na mesma, alertando-os que não se podem considerar donos da comunidade, pois as terras pertencem ao Estado. "Queremos que haja uma boa colaboração com as autoridades tradicionais

na identificação de terras seguras, para que possamos desmatar e, posteriormente, serem entregues à população. A ideia é encontrar espaços para o fomento da auto-construção dirigida", sustentou.

O soba do bairro Posse, o mais populoso da cidade de N dalatando com 25.858 habitantes, Conceição Cahango, solicitou das autoridades competentes uma intervenção urgente na recolha do amontoado de lixo espalhado na comunidade sob sua jurisdição.

Além dos resíduos sólidos, disse, as chuvas que caem em N dai atando estão a danificar as zonas de acesso, facto que toma intransitável a circulação de viaturas e mercadorias.

O soba José Oitenta sugeriu a criação de valas de drenagem devidamente construídas nos bairros mais críticas, de modo a permitir que as águas sigam o curso normal até ao desfiladeiro, sem causar danos aos bens da população.

As autoridades tradicionais que participaram no encontro com os membros da administração lamentaram a falta de meios.

O director provincial da Cultura, David João Buba, solicitou de igual modo a intervenção dos sobas na sensibilização da população para a adesão ao processo de registo eleitoral, com o fim previsto para o dia 31 deste mês.

10.25 Viana demarca terrenos para famílias desalojadas

Jornal de Angola

25 De Março de 2017

A administração do município de Viana, província de Luanda, assegurou que há terrenos para a construção de moradias por famílias que vivem em zonas de risco.

A informação foi avançada pelo administrador municipal adjunto para a área Técnica, Infra-estrutura e Serviços Comunitários, Fernando Binge, quando falava à comunicação social à margem do acto de apresentação dos funcionários recém-nomeados para cargos de direcção da administração de Viana.

Os terrenos estão localizados nas zonas do Tande e Cassaka, nos distritos urbanos de Baia e Vila Flor, encontrando-se atualmente em execução projectos de loteamento, alguns já em fase terminal, para a distribuição de lotes às famílias desalojadas de áreas de risco no município de Viana.

A última chuva que caiu em Luanda deixou 1.021 casas inundadas, ruas intransitáveis e está na origem do aumento de ravinas, além de ter colocado algumas famílias na condição de desalojadas.

A Comissão Municipal de Proteção Civil está a fazer um levantamento do número de famílias que vivem em zonas de risco e, quando começar a distribuição de lotes, a prioridade vai ser dada às que já estão registadas.

"Um dos grandes desafios da administração é proporcionar mais saúde aos cidadãos, mas a melhoria da qualidade de vida não depende só das autoridades, uma vez que é necessário também o empenho pessoal de cada munícipe", declarou Fernando Binge.

A melhoria das condições de vida, acrescentou o responsável, passa também pela higiene do meio, sendo necessário disciplinar a população com campanhas de educação ambiental, à semelhança do trabalho que decorre nas escolas.

O administrador adjunto manifestou a sua preocupação com a possibilidade de haver óbitos por cólera, devido ao consumo de água imprópria em algumas áreas de Viana, distribuída por camiões-cisternas.

Por esta razão, Fernando Binge lembrou que está em curso um programa de desativação do sistema dos camiões-cisternas e de motobombas, urna forma de pôr fim à comercialização de água imprópria proveniente da zona do Pantanal.

O administrador adjunto do município de Viana assegurou que, em relação às bacias de retenção das águas da chuva, foram contornados os problemas resultantes da inundação no ano passado da "ba ciado Coelho".

10.26 Uíge: chuva desaloja dezassete famílias na aldeia do kimalalo

Jornal A República

31 De Março de 2017

Texto: AG

Segundo a autoridade tradicional, as chuvas acompanhadas de fortes ventos e granizo destruíram também escolas na mesma localidade de Kimalalo.

O século de Kimalalo, ao revelar o facto disse não haver vítimas mortais, pelo que lamentou o sucedido

e pede apoio ao governo para permitir a reparação das residências dos sinistrados.

António Joaquim Matengo, um dos sinistrados lamentou que o vento levantou todo tecto da sua residência e destruiu as paredes, tendo perdido quase todos os bens materiais que se encontravam no interior da residência.

A cidadã Madalena Dorcas Raul, viúva, informou que neste momento vive com quatro filhos, cuja casa foi totalmente danificada e encontra-se abrigada em casa de um parente, pelo que pede ao governo e pessoas de boa fé no sentido de apoiá-la.

Lamentou pelo facto de ter perdido também todos haveres e suplicou na ocasião, na necessidade de serem apoiados com urgência para repor com maior brevidade os bens que perdeu.

Entretanto, para além de Kimalalo, a chuva destruiu igualmente a única escola primária da aldeia Cambala, onde actualmente as crianças assistem aulas debaixo das árvores.

O soba local, António Gaspar solicita as autoridades competentes para apoiar a reconstrução da mesma infra-estrutura com vista a melhorar as condições de acomodação das crianças. O município do Songo possui uma região de dois mil 800 quilómetros de extensão, distribuídos por uma comuna, 13 regedorias, 81 aldeias e 14 bairros, conta com uma população de 62 mil 362 habitantes, segundo os dados do Censo/2014.

11. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO
MINEIRA